

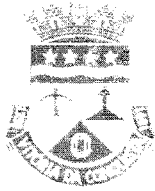
AUTUAÇÃO: 07 / 02 / 2022 **PROCESSO Nº** PAI 006/2022 **PORTARIA Nº** SMTc 089/2022

NOME: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP. CNPJ Nº 08.822.105/0001-80

NOME: SILVANA PINTO NEVES REIS (DIRETORA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001	002	003	004	005	006	007	008	009	010	011	012	013	014	015	016	017	018	019	020
021	022	023	024	025	026	027	028	029	030	031	032	033	034	035	036	037	038	039	040
041	042	043	044	045	046	047	048	049	050	051	052	053	054	055	056	057	058	059	060
061	062	063	064	065	066	067	068	069	070	071	072	073	074	075	076	077	078	079	080
081	082	083	084	085	086	087	088	089	090	091	092	093	094	095	096	097	098	099	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160
161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180
181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200

O PREENCHIMENTO DESTA CAPA É EXCLUSIVO DA PREFEITURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

PUBLICADO no período de 14/02 a 19/02 na forma da Lei Orgânica
Fundamental

PORTARIA SMTc N.º 089, 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso das atribuições pelos Decretos Municipais n.ºs, 18.484 de 13 de março de 2018, 19.827 de 04 de outubro de 2019 e 20.920 de 07 de abril de 2021, expedidos pelo(a) Chefe do Poder Executivo Municipal e.

CONSIDERANDO a representação de irregularidades praticadas, em tese, pela pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, supostamente, descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP nº 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS).

CONSIDERANDO que representação formalizada por meio do Protocolo GEP nº 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS), preenche todos os requisitos previstos no art. 11, §1º, 12 e 58 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018:

CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município recomendou por meio do Parecer n.º 156/2019 a instauração de Processo Administrativo de Inadimplência para investigar os fatos relatados na representação:

CONSIDERANDO que os fatos relatados na representação contrariam o interesse público, bem como as legislações pertinentes:

CONSIDERANDO que tais fatos constituem infrações conforme disposto no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

CONSIDERANDO a garantia constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório e nos termos do art. 33 Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.122, ano 11, de 17 de maio de 2018:

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo de Inadimplência tramita, no âmbito da Administração Pública Municipal, de acordo com as normas processuais contidas no Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018:

RESOLVE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Inadimplência, na forma dos art. 16, Decreto Municipal n.º 18.484 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018, para apurar representação de irregularidades praticadas, em tese, pela pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, em tese, RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, supostamente, descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP nº 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS).

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais **ANTÔNIO GABRIEL OLIVEIRA ARAÚJO** (matrícula 07-19728-4, assistente administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e do Controle), **ANDRÉIA SANTOS AZEVÊDO DAMACENO** (matrícula 07-14900-0, administradora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação) e **MEG DE SOUSA MARQUES** (matrícula 07-18644-4, agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação), para, sob a presidência do primeiro, formarem a comissão responsável pela apuração dos fatos relatados na representação supracitada.

Art. 3º - Garantir autonomia à comissão designada, para apurar tanto a conduta já denunciada, quanto eventuais irregularidades conexas verificadas no curso do procedimento:

Art. 4º - A Comissão poderá requisitar 01 (um) assessor jurídico e 01 (um) estagiário de Direito à Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º - Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão do Processo Administrativo de Inadimplência, salvo a imposição de circunstâncias excepcionais, conforme determina o art. 18 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal da Transparência e do Controle, 07 de fevereiro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MATEUS NASCIMENTO NOVAIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE



art. 11, §1º, 12 e 58 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município recomendou por meio do Parecer n.º 099/2019 a instauração de Processo Administrativo de Inadimplência para apuração dos fatos relatados na representação;

CONSIDERANDO que os fatos relatados na representação contrariam o interesse público, bem como as legislações pertinentes;

CONSIDERANDO que tais fatos constituem infrações conforme disposto no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993;

CONSIDERANDO a garantia constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório e nos termos do art. 33 Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.122, ano 11, de 17 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo de Inadimplência tramita, no âmbito da Administração Pública Municipal, de acordo com as normas processuais contidas no Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Inadimplência, na forma dos art. 16, Decreto Municipal n.º 18.484 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018, para apurar representação de irregularidades praticadas, em tese, pela pessoa jurídica MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.073.469/0001-62, em virtude de supostamente ter descumprido as cláusulas Primeira (itens 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 197/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP nº 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS).

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais **ANTÔNIO GABRIEL OLIVEIRA ARAÚJO** (matrícula 07-19728-4, assistente administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e do Controle), **ANDRÉIA SANTOS AZEVEDO DAMACENO** (matrícula 07-14900-0, administradora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação) e **MEG DE SOUSA MARQUES** (matrícula 07-18644-4, agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação), para, sob a presidência do primeiro, formarem a comissão responsável pela apuração dos fatos relatados na representação supracitada.

Art. 3º - Garantir autonomia à comissão designada, para apurar tanto a conduta já denunciada, quanto eventuais irregularidades conexas verificadas no curso do procedimento;

Art. 4º - A Comissão poderá requisitar 01 (um) assessor jurídico e 01 (um) estagiário de Direito à Procuradoria Geral do Município.

Art. 5º - Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão do Processo Administrativo de Inadimplência, salvo a imposição de circunstâncias excepcionais, conforme determina o art. 18 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal da Transparência e do Controle, 07 de fevereiro de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MATEUS NASCIMENTO NOVAIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

PORTARIA SMTN N.º 089, 07 DE FEVEREIRO DE 2022

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA

dom.pmvc.ba.gov.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso das atribuições pelos Decretos Municipais n.ºs, 18.484 de 13 de março de 2018, 19.827 de 04 de outubro de 2019 e 20.920 de 07 de abril de 2021, expedidos pelo(a) Chefe do Poder Executivo Municipal e,

CONSIDERANDO a representação de irregularidades praticadas, em tese, pela pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, supostamente, descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP n.º 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS).

CONSIDERANDO que representação formalizada por meio do Protocolo GEP n.º 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS), preenche todos os requisitos previstos no art. 11, §1º, 12 e 58 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Município recomendou por meio do Parecer n.º 156/2019 a instauração de Processo Administrativo de Inadimplência para investigar os fatos relatados na representação;

CONSIDERANDO que os fatos relatados na representação contrariam o interesse público, bem como as legislações pertinentes;

CONSIDERANDO que tais fatos constituem infrações conforme disposto no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/1993;

CONSIDERANDO a garantia constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório e nos termos do art. 33 Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.122, ano 11, de 17 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo de Inadimplência tramita, no âmbito da Administração Pública Municipal, de acordo com as normas processuais contidas no Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo de Inadimplência, na forma dos art. 16, Decreto Municipal n.º 18.484 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018, para apurar representação de irregularidades praticadas, em tese, pela pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, em tese, RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, supostamente, descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP n.º 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sr.ª Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS).

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais **ANTÔNIO GABRIEL OLIVEIRA ARAÚJO** (matrícula 07-19728-4, assistente administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e do Controle), **ANDREIA SANTOS AZEVEDO DAMACENO** (matrícula 07-14900-0, administradora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação) e **MEG DE SOUSA MARQUES** (matrícula 07-18644-4, agente administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação), para, sob a presidência do primeiro, formarem a comissão responsável pela apuração dos fatos relatados na representação supracitada.

Art. 3º - Garantir autonomia à comissão designada, para apurar tanto a conduta já denunciada, quanto eventuais irregularidades conexas verificadas no curso do procedimento;

Art. 4º - A Comissão poderá requisitar 01 (um) assessor jurídico e 01 (um) estagiário de Direito à Procuradoria Geral do Município.



Art. 5º - Estabelecer o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão do Processo Administrativo de Inadimplência, salvo a imposição de circunstâncias excepcionais, conforme determina o art. 18 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória da Conquista, edição n.º 2.080, ano 11, de 16 de março de 2018;

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal da Transparência e do Controle, 07 de fevereiro de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

MATEUS NASCIMENTO NOVAIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

PORTARIA Nº. 04/2022-FSVC

NOMEAÇÃO (FAZ).

O Diretor Geral da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista - FSVC, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, § 4º, da Lei Municipal nº. 1.785, de 12 de dezembro de 2011 e, ainda, o artigo 15, inciso II do seu Estatuto Social da FSVC, de 20 de março de 2012,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Sra. **FLÁVIA ROCHA DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo de confiança de Gerente do Serviço de Ensino e Pesquisa, junto à Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista, remunerada pelo símbolo CC-IV.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Diretor Geral da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista - FSVC, Estado da Bahia, em 04 de fevereiro de 2022.

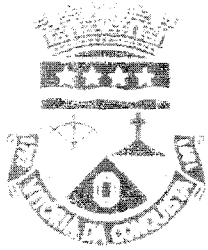
DIOGO GOMES DE AZEVEDO FEITOSA
DIRETOR GERAL - FSVC

RELATÓRIO

AVISO DE RECEBIMENTO – NAI - PERÍODO: DE 04/02/2022 ATÉ 04/02/2022

PLACA	NR AIT	DT. INFR.	CÓD. INFR.	LOCAL INFR.	VL c/ DESCONTO	VL APÓS VENCIMENTO
AGJ2857	1340698	15/01/2022 06:38:00	74550	AV LUIS EDUARDO MAGALHAES, N 555	R\$ 104,13	R\$ 130,16
AVG1778	695511	25/01/2022 10:25:51	73662	AVENIDA LAURO DE FREITAS	R\$ 104,13	R\$ 130,16
AYG5J93	1471140	26/01/2022 16:20:00	55414	AVENIDA LAURO DE FREITAS	R\$ 156,18	R\$ 195,23
BQW6D46	695386	27/01/2022	55412	AVENIDA	R\$ 156,18	R\$ 195,23

dom.pmvc.ba.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

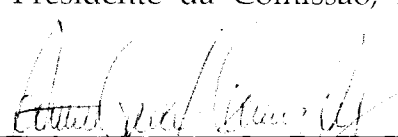
Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS


Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 09h00 horas, na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, CEP. 45.005-040, Alto Maron, nesta, aí presentes *Antônio Gabriel Oliveira Araújo, Andréia Santos Azevêdo Damaceno e Meg de Sousa Marques*, respectivamente presidente e vogais da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, procedeu-se à instalação da Comissão e tiveram início os trabalhos relacionados com a apuração dos fatos mencionados na referida portaria, DELIBERANDO-SE preliminarmente por iniciar os trabalhos da comissão por meio da designação de secretário para o processo, atuação dos documentos que integram a denúncia e expedição de comunicações internas às autoridades instauradoras comunicando o início dos trabalhos da Comissão, do que, para constar, eu, Antônio Gabriel Oliveira Araújo, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.



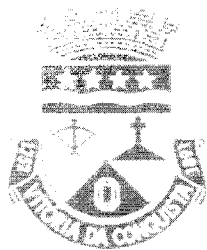
Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



Andréia Santos Azevêdo Damaceno
Membro



Meg de Sousa Marques
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

DESPACHO

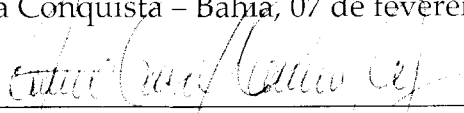
NOMEIA SECRETÁRIO PARA A COMISSÃO

O Presidente da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designado pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, no uso de suas atribuições e com fundamento nas disposições contidas no artigo 23, §1º, do Decreto Municipal n.º 18.848/2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018, Edição n.º 2.080.

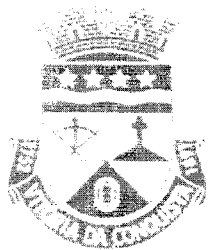
RESOLVE:

DESIGNAR *Meg de Sousa Marques*, *Agente Administrativa*, *Mat. 07.18644-4*, para desempenhar as funções de Secretária da referida comissão.

Vitória da Conquista – Bahia, 07 de fevereiro de 2022.



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br


Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP


Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

TERMO DE COMPROMISSO

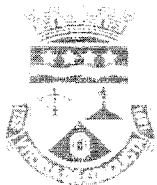
Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, em vista da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, o Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, compareceu na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, Alto Maron, CEP. 45.005-040, nesta, nomeia a servidora **Meg de Sousa Marques, Agente Administrativa, Mat. 07.18644-4**, para prestar compromisso quanto às atribuições, os direitos e deveres da função de Secretária da referida Comissão de Inquérito, tendo declarado que os compreendia e que assume o compromisso de fielmente desempenhá-los. Diante disso, após a constatação de que não existe nenhum impedimento para o exercício da função, foi deferido o compromisso pelo Presidente da Comissão de Inquérito. Do que, para constar, eu **Antônio Gabriel Oliveira Araújo**, na condição de Presidente da Comissão, lavrei o presente Termo, que vai assinado pela Secretária.



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



Meg de Sousa Marques
Secretária



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS


610

TERMO DE AUTUAÇÃO DE DOCUMENTOS

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, em vista de decisão constante na Ata de Instalação e Início dos Trabalhos de 07 de fevereiro de 2022, fl. 007, juntei aos autos do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, os documentos a seguir discriminados, que, após numerados e assinados, passam a constituir as folhas de números que lhes seguem:

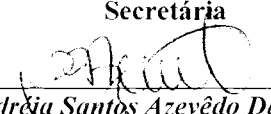
- a) Capa Denúncia 003/2019 (fls. 011);
- b) Folha de acompanhamento (fl. 012);
- c) Informações de Origem do Protocolo GEP n.º 17035/2019 (fl. 013);
- d) Protocolo GEP 17035/2019 (fls. 014);
- e) Ofício DRAC N.º 97/2018 (fl. 015);
- f) Protocolo GEP 37917/2018 (fls. 016-025);
- g) Protocolo GEP 21204/2018 (fls. 026-031);
- h) Protocolo GEP 25149/2018 (fls. 032-034);
- i) CI 43/2018 (fls. 035-037);
- j) OF – 0023/2018 e anexos (fls. 038-044);
- k) Contrato n.º 198/2017 SMS (fls. 045-071);
- l) Primeiro Termo Aditivo do Contrato n.º 198/2017 SMS (fls. 072-079);
- m) Informações de Origem do Protocolo 17035/2019 (fl. 080-083);
- n) Parecer Convertido em Diligência (fls. 084-085);
- o) Informações de Origem do Protocolo 17035/2019 (fls. 086-087);
- p) Diligência (fls. 088-091);
- q) Informações de Origem do Protocolo 17035/2019 (fl. 092);
- r) Protocolo GEP 17035/2019 (fls. 093-094);
- s) Relatório dos procedimentos ofertados, agendados e realizados (fl. 095);
- t) Protocolo GEP 17035/2019 (fls. 096-102);
- u) Parecer n.º 156/2019 (fls. 103-110).

Do que, para constar, lavrei, na condição de Secretária da Comissão, o presente termo.



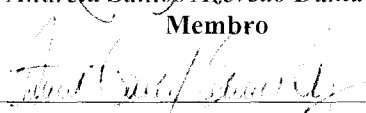
Meg de Sousa Marques

Secretária



Andréia Santos Azevêdo Damaceno

Membro



Antônio Gabriel Oliveira Araújo

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

DENÚNCIA N.º 062/2019

DATA DE EXPEDIÇÃO DA DENÚNCIA: 19/09/2019

ASSUNTO: DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO 198/2017, PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 113.522/2017-SUS

PARECER JURÍDICO N.º 156/2019-PGM/PAD

PESSOA JURÍDICA DENUNCIADA: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

CNPJ: 08.822.105/0001-80

DENUNCIANTE: HAIKA LIMA GONÇALVES / DIRETORA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

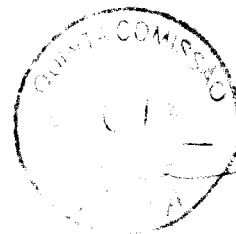
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO: PAI

PROCEDIMENTO DISTRIBUIDO A COMISSÃO: 05

GEP N.º 17035/2019

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

Governo do Estado da BAHIA



Tipo, Espécie, Número e Ano

Processo, PROCESSO GEP N° 17035/2019 – Interno

Data de Abertura

28/03/2019

Requerente

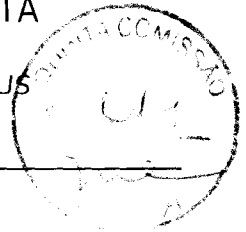
JACIANE FERRAZ DE OLIVEIRA

DETALHAMENTO

GEPI Nº 17035/2019 – SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO, REFERENTE A NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 28 de março de 2019

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, solicitamos a V.Sª. providências necessárias para emissão de parecer jurídico que possa orientar quanto a decisão a ser tomada em relação ao contrato nº 198/2017 SMS, celebrado com a **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**.

Insta salientar que foi encaminhada notificação ao referido prestador em janeiro de 2019, em razão do descumprimento do contrato, sobretudo, pela não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados. Entretanto, a empresa não se manifestou sobre o caso até a presente data.

Portanto, considerando que o município precisa garantir a continuidade dos serviços oftalmológicos para a população de Vitória da Conquista e municípios pactuados e que a Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados por diversas vezes sinalizou que o prestador não vem cumprindo com suas obrigações contratuais há meses, conforme documentos acostados ao processo, solicitamos análise jurídica para condução e resolução do caso.

SILVANA PINTO NEVES REIS

DIRETORA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
24438-7

DIRETORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS - SMS

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

1082

Cabine da Secretaria de Administração

Recebido em 28/03/2019 às 14h 15min

Assinado por: [Assinatura]





PREFEITURAMUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria de Saúde
www.pmvc.ba.gov.br

Protocolo

DIRETORIA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS.

Vitória da Conquista, 07 de janeiro de 2019.
OFÍCIO DRAC Nº 97/2018

Da: Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS.
Para: Retina EYE – Clinic - Sociedade Simples LTDA EPP.
Att: Diretor – [REDACTED]



NOTIFICAÇÃO (FAZ)- Descumprimento ao contrato n.º198/2017.

Considerando o Contrato nº 198/2017 firmado entre a empresa Retina EYE Clinic e o Município de Vitória da Conquista, que descreve na Cláusula Segunda-vejamos:

CLÁUSULA SEGUNDA - AMPARO LEGAL

2.3 A CONTRATADA declara, ainda, aceitar os termos das Normas Gerais do SUS, inclusive no que tange à sujeição às necessidades e demanda do CONTRATANTE, constantes das planilhas de programação de compra de serviços, acrescentando-se que as referidas planilhas poderão sofrer acréscimos ou diminuição sobre o valor conveniado, que não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento) anual do valor original, conforme orientação da SESAB - Secretaria de Saúde do Estado, na última avaliação da PPI - Programação Pactuada e Integrada, em 2010, e ainda, disponibilizar agenda de procedimentos para a regulação da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados.


Ante a previsão expressa no contrato da obrigação da contratada em cumprir a execução dos serviços constados nas planilhas, evidencia-se o não cumprimento do item 2.3, uma vez que foi constatado pela CRPEE o não envio da agenda mensal de todos os procedimentos pactuados.

Ademais, foram solicitados a realização dos procedimentos: 04.05.03.0005-3 (injeção intra – vítrea), 04.05.05.002-0 (yag laser) e 04.05.03.007-0 por e-mail e não houve respostas deste prestador.

Diante do exposto e da necessidade imediata para resolução do problema relacionado a procedimentos oftalmológico, solicitamos a esta empresa resolução do caso o mais breve possível, no intuito de garantir à continuidade dos serviços de saúde a população, evitando assim as penalidades e os recursos administrativos previstos no referido contrato.

Desta forma, fica a empresa, NOTIFICADA, a cumprir imediatamente o contrato e no prazo 10 DIAS comprovar ou sanar a irregularidade apontada, bem como, apresentar defesa por escrito que deverá ser encaminhada a esta Diretoria no prazo estabelecido.

Ao ensejo renovamos votos de estima e consideração, e estamos à disposição.

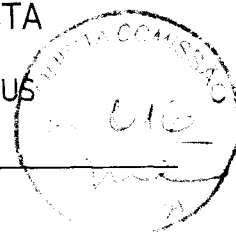

Carlos Alberto Ferraz de Andrade
Diretoria de Regulação,
Controle e Avaliação do SUS

Sandhya Maria Dias
Rubene Campos

07/01/19



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS



Protocolo - **37917/2018**

Ref. REFERENTE EMPRESA YRETINA

Vitória da Conquista, 22 de agosto de 2018

De: Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Para: Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Em atenção: Carlos Alberto Ferraz de Andrade.

Informamos a Vossa Senhoria que não recebemos a agenda referente ao mês de Setembro do ano em curso da Clínica IRetina Eye Institute prestador de serviço de Oftalmologia e procedimentos .

Vale ressaltar que o prestador não está cumprindo o contrato nº 198/2017 na sua totalidade, desde o início do contrato em 01/12/2017, causando vários transtornos para o serviço e população . Segue em anexo das cópias das agendas que recebemos nos últimos 06 (seis) meses com o quantitativo aquém do estabelecido em contrato.

Diante do exposto, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

MARIA APARECIDA MORAES RODRIGUES
COORDENADORA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS
03863-8
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS - SMS

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

478



Re: AGENDA SUS - JULHO



qui 14/06/2018 17:46

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>;

Boa tarde!

Marca para 20 de Julho.

14 horas 2 Consulta

14h:20 3 Mapeamento de Retina

Dr. Jorge Rocha Só atende acima de 40 anos.

Em 8 de junho de 2018 08:48, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:
Bom dia!

Solicitamos o envio da agenda de atendimento SUS do mês de Julho.

64
21/06/2018

Att.

CRÊNCIA CASR - CRPEE.

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332

www.iretina.com.br

Re: Agenda SUS AGOSTO

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

qui 02/08/2018 10:22

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>;



Bom Dia!!!

Data: 31/08/2018

Mapeamento de Retina: 1 paciente as 14:30Hs

1 paciente as 14:45Hs

Médico: Dr. Jorge Rocha. MD, PhD

Atenciosamente,

FILIAL 3: RETINA EYE CLINIC S/S LTDA - EPP

Noma Fantasia: Casa do Olho

Data de abertura: 21/02/2014

Av. Frei Benjamim, Nº 2472 Bairro Brasil, CEP: 45.051-075, Vitória da Conquista-Ba

CNPJ: 08.822.105/0004-80

Insc. Estadual: Isento

Insc. Municipal: 530050

CPFMEB: 7729

CNPJ: 7508077

A iRetina Eye Institute é uma instituição médica oftalmológica, subespecializada no diagnóstico e tratamento das doenças que acometem a retina e vítreo como: Retinopatia diabética, hemorragia vítrea, descolamento de retina, degeneração senil da mácula, oclusões vasculares da retina, etc.

As instalações foram devidamente projetadas para o melhor conforto do paciente. Coordenada pelo Dr. Jorge Rocha especializado em Retina e Vítreo pelo Doheny Eye Institute da Califórnia, EUA, com Doutorado pela USP/ São Paulo e várias contribuições científicas em congresso e publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Nós trabalharemos arduamente para fortalecer ainda mais o nosso relacionamento e certos de que o nosso trabalho conjunto proporcionará soluções Premium aos nossos pacientes, mais uma vez agradeço a confiança.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Dr. Jorge Rocha,

CRM-Ba -11552

Founding Board of Director RWC(Retina World Congress)

Diretor iRetina Eye Institute

Diretor de Relações Internacionais da SBRV(Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo)

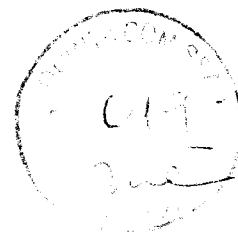
Secretário da SBO(Sociedade Brasileira de Oftalmologia)

Re: AGENDA SUS - JUNHO

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

sex 18/05/2018 12:08

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>;



Agenda para 07 de Junho de 2018.

Dr Jorge Rocha

Marca pacientes acima de 30 anos.

8h: 2 Mapeamento

8h20: 2 Tonometria

8h40m: 2 Consultas

du
24/05/2018

A iRetina Eye Institute é uma instituição médica oftalmológica, subespecializada no diagnóstico e tratamento das doenças que acometem a retina e vítreo como: Retinopatia diabética, hemorragia vítrea, descolamento de retina, degeneração senil da mácula, oclusões vasculares da retina, etc.

As instalações foram devidamente projetadas para o melhor conforto do paciente. Coordenada pelo Dr Jorge Rocha, especializado em Retina e Vítreo pelo Doheny Eye Institute da Califórnia, EUA, com Doutorado pela USP/ São Paulo e várias contribuições científicas em congresso e publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Nós trabalharemos arduamente para fortalecer ainda mais o nosso relacionamento e certos de que o nosso trabalho conjunto proporcionará soluções Premium aos nossos pacientes, mais uma vez agradeço a confiança.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Certo do interesse de V. Sas.

Dr. Jorge Rocha,
CRM-Ba -11552

Founding Board of Director RWC(Retina World Congress)

Diretor iRetina Eye Institute

Diretor de Relações Internacionais da SBRV(Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo)

Secretário da SBO(Sociedade Brasileira de Oftalmologia)

Em 9 de maio de 2018 09:22, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:

Bom dia !

Solicitamos o envio da agenda de atendimento SUS do mês de Junho.

Re: AGENDA SUS - JUNHO

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

ter 15/05/2018 09:45

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>;



1 anexos (17 KB)

TABELA SUS JUNHO.pdf;

Bom dia!

Segue em anexo agenda para dia 07/06/2018 para Dr Jorge Rocha.
Ele não atende criança, marca a partir de 30 anos.

A iRetina Eye Institute é uma instituição médica oftalmológica, subespecializada no diagnóstico e tratamento das doenças que acometem a retina e vítreo como: Retinopatia diabética, hemorragia vítrea, descolamento de retina, degeneração senil da mácula, oclusões vasculares da retina, etc.

As instalações foram devidamente projetadas para o melhor conforto do paciente. Coordenada pelo Dr. Jorge Rocha, especializado em Retina e Vítreo pelo Doheny Eye Institute da Califórnia, EUA, com Doutorado pela USP/ São Paulo e várias contribuições científicas em congresso e publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Nós trabalharemos arduamente para fortalecer ainda mais o nosso relacionamento e certos de que o nosso trabalho conjunto proporcionará soluções Premium aos nossos pacientes, mais uma vez agradeço a confiança.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Certo do interesse de V. Sas.

Dr. Jorge Rocha,
CRM-Ba -11552

Founding Board of Director RWC(Retina World Congress)

Diretor iRetina Eye Institute

Diretor de Relações Internacionais da SBRV(Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo)

Secretário da SBO(Sociedade Brasileira de Oftalmologia)

Em 9 de maio de 2018 09:22, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:

Bom dia !

Solicitamos o envio da agenda de atendimento SUS do mês de Junho.

Handwritten signature/initials

1 REGINA

OFÍCIO INDICANDO A CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS



20 de Abril

8:00 05 Consulta

8:20 10 Mapeamento de Retina

03 de Maio

08:00 22 Mapeamento de Retina

08:20 25 Tonometria

08:40 25 Consulta Oftalmológica

14:00 23 Mapeamento de Retina

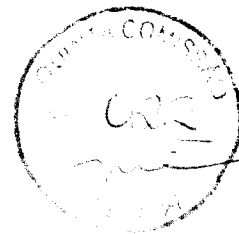
14:20 24 Tonometria

14:40 25 Consulta Oftalmológica

dis
17/03/2018
12.4.18

Médico: Dr. Jorge Rocha, CRM-Ba 11.552

Marcar pacientes acima de 20 anos.



IRETINA EYE INSTITUTE

CNPJ 08.822.105/0004-80

AV. FREI BENJAMIM, 2472, BAIRRO BRASIL

CEP: 45.051-075 VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

(77)3421-0656 / 0800-0715707

OFERTA DE ATENDIMENTO - MARÇO DE 2018

CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA
08:00		10																												
08:30																														
09:00																														
09:30																														
10:00																														
10:30																														
11:00																														
11:30																														
12:00																														
14:00		10																												
14:30		10																												
15:00																														
15:30																														
16:00																														
16:30																														
17:00																														
17:30																														
18:00																														
TOTAL	20	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO MÊS																														30

Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552

Obs.: Autorizar os seguintes procedimentos para cada paciente:

03.01.01.007-2 CONSULTA;

02.11.06.010-0 FUNDOSCOPIA;

02.11.06.011-9 GONIOSCOPIA;

02.11.06.012-7 MAPEAMENTO DA RETINA;

02.11.06.025-9 TONOMETRIA.

Falecimento

131-99166-8256

131-99166-8256

114

Fwd: AGENDA 02/2018

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

qua 24/01/2018 10:40

Para cpdcmc@hotmail.com <cpdcmc@hotmail.com>, fabricianevida@uol.com.br <fabricianevida@uol.com.br>

1 anexos (9 KB)

AGENDA SUS 2018.pdf

Bom dia!!

Cara Cintia,

Peço que desconsidere o email anterior, Dr Jorge não poderá atender dia 15 e 16 devido brevidade dos dias, pois o mesmo tem agenda para o Congresso Norte/Nordeste de Oftalmologia o qual é Presidente e assumo o meu erro nas datas. Como havíamos conversado na última reunião será mesmo um dia em Fevereiro e logo em seguida passarei as datas para março, para que possamos dar um atendimento de qualidade aos pacientes. Fico feliz pela parceria para prestarmos saúde, eficiência e qualidade para nossos pacientes.

Está confirmando para dia 05/02/2018 5 pacientes para iniciarmos.

Agradeço por tudo!!

----- Mensagem encaminhada -----
De: iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>
Data: 23 de janeiro de 2018 16:09
Assunto: AGENDA 02/2018
Para: cpdcmc@hotmail.com


Boa tarde!

Segue em anexo agenda para fevereiro.

PROFISSIONAIS	ESPECIALIDADES	DIA	DATA	HORÁRIO	Nº PACIENTES
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	TERÇA		06/02/2018	07:00 5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	QUINTA		15/02/2018	14:00 5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	QUINTA		15/02/2018	15:00 5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	SEXTA		16/02/2018	08:00 5

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332

www.iretina.com.br

 Livre de vírus www.avast.com

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332

www.iretina.com.br



OFÍCIO INDICANDO A CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

FORNECEDOR: RETINA EYE CLINIC S/S LTDA EPP	CNPJ: 06.822.105/0004-80
ENDEREÇO: AVENIDA FREI BENJAMIM 2472, BAIRRO BRASIL	CEP: 45.051-075
TELEFONE: 77 3421.0656 / 771 991668258 / 0800 0715707	DATA: 07/06/2018
MUNICÍPIO: VITÓRIA DA CONQUISTA	E-MAIL: /retinaeye@gmail.com

Conforme solicitação do item 6.2.1 referente aos Documentos Relativos à Oferta de Serviços, letra a, segue abaixo a proposta de oferta de exames com finalidade diagnóstica

Código	Procedimento	Valor de Tabela SUS para serviço	*Oferta Mensal - Capacidade Instalada	***Valor total para o período do contrato
02.11.05.001-1	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA MONOCULAR	R\$ 24,24	0	R\$ -
02.11.05.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO	R\$ 40,00	0	R\$ -
02.11.05.005-4	CERATOMETRIA	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.05.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO 3 MEDIDAS)	R\$ 10,11	0	R\$ -
02.11.05.010-0	FUNDOSCOPIA	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.05.011-9	GONIOSCOPIA	R\$ 6,74	0	R\$ -
02.11.05.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA	R\$ 24,24	2	R\$ 48,48
02.11.05.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.05.025-9	TONOMETRIA	R\$ 3,37	2	R\$ 6,74
02.11.05.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA	R\$ 24,24	0	R\$ -
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OFTALMOLOGISTA)	R\$ 10,00	2	R\$ 20,00
04.05.05.011-9	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RÍGIDA	R\$ 651,60	10	R\$ 6.516,00
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	R\$ 1.112,83	10	R\$ 11.128,30
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL	R\$ 771,60	13	R\$ 10.030,80
TOTAL				R\$ 27.750,32

Observações: Para os Códigos 04.05.05.011-9, 04.05.05.015-1, 04.05.05.037-2 necessita de agendamento prévio devido a programação da sala cirúrgica

Blumenfeld, 07/06/2018
Luzia Maria de Souza



OFÍCIO INDICANDO A CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

FORNECEDOR: RETINA EYE CLINIC S/S LTDA EPP		CNPJ: 08.822.105/0004-80
ENDEREÇO: AVENIDA FREI BENJAMIN, 2472, BAIRRO BRASIL		CEP: 45.051-075
	DATA: 21/09/2017	ESTADO: BAHIA
MUNICÍPIO: VITÓRIA DA CONQUISTA	E-MAIL: iretinaeye@gmail.com	

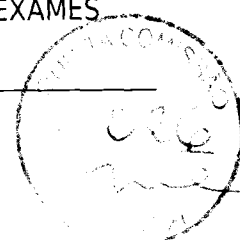
Conforme solicitação do item 6.2.1 referente os Documentos Relativos à Oferta de Serviços, letra a, segue abaixo a proposta de oferta de exames com finalidade diagnóstica

Código	Procedimento	Valor de Tabela SUS para serviço -	*Oferta Mensal - Capacidade Instalada	***Valor total para o período do contrato
02.11.06.001-1	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	R\$ 24,24	0	R\$ -
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO	R\$ -	0	R\$ -
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO 3 MEDIDAS)	R\$ 10,11	0	R\$ -
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA	R\$ 6,74	0	R\$ -
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA	R\$ 24,24	45	R\$ 1.090,80
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	R\$ 3,37	0	R\$ -
02.11.06.025-9	TONOMETRIA	R\$ 3,37	49	R\$ 165,13
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA	R\$ 24,24	0	R\$ -
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OFTALMOLOGISTA)	R\$ 10,00	50	R\$ 500,00
04.05.05.011-9	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RÍGIDA	R\$ 543,00	5	R\$ 2.715,00
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDÁRIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	R\$ 794,88	8	R\$ 6.359,04
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICAÇÃO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL	R\$ 643,00	26	R\$ 16.718,00
TOTAL				R\$ 27.547,97

Observações: Para os Códigos 04.05.05.011-9, 04.05.05.015-1, 04.05.05.037-2 necessita de agendamento prévio devido a programação da sala cirúrgica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES
ESPECIALIZADOS



Protocolo - **21204/2018**

AGENDA IRETINA EYE INSTITUTE

Vitória da Conquista, 23 de maio de 2018

Prezado Senhor,

Cumprimentado - o cordialmente, venho por meio deste, encaminhar agenda que a Clínica IRetina Eye Institute enviou para atendimento no mês de Junho/2018, foi disponibilizado 01 (uma) única data com 02 (duas) consultas oftalmológicas e 04 (quatro) procedimentos.

Ressaltamos que o prestador não está cumprindo o contrato nº 198/2017 na sua totalidade, causando vários transtornos para Secretaria de Saúde.

Segue agendas em anexo de Fevereiro à Junho/2018.

Diante do exposto, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Coordenação da CRPEE

CINTIA ALVES COSTA

COORDENADORA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS
24255-9
COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS - SMS

IRETINA EYE INSTITUTE
08.822.105/0004-80

FEVEREIRO.2018

QUANTIDADE DE PACIENTES



	1	2	5	6	7	8	9	12	13	14	15	16	19	20	21	22	23	26	27	28
	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA
08:00				5								0								
08:30																				
09:00																				
09:30																				
10:00																				
10:30																				
11:00																				
11:30																				
12:00																				
14:00											0									
14:30											0									
15:00																				
15:30																				
16:00																				
16:30																				
17:00																				
17:30																				
18:00																				
TOTAL	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO MÊS																			5	

OFERTA DE ATENDIMENTO - MARÇO DE 2018
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS



QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA																							
	1	2	5	6	7	8	9	12	13	14	15	16	19	20	21	22	23	26	27	28	29	30	
	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	
08:00		10																					
08:30																							
09:00																							
09:30																							
10:00																							
10:30																							
11:00																							
11:30																							
12:00																							
14:00	10																						
14:30	10																						
15:00																							
15:30																							
16:00																							
16:30																							
17:00																							
17:30																							
18:00																							
TOTAL	20	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL DO MÊS																						30	

Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552

Obs.: Autorizar os seguintes procedimentos para cada paciente:

03.01.01.007-2 CONSULTA;

02.11.06.010-0 FUNDOSCOPIA;

02.11.06.011-9 GONIOSCOPIA;

02.11.06.012-7 MAPEAMENTO DA RETINA;

02.11.06.025-9 TONOMETRIA.

LIBRARY OF CONGRESS

IRETINA EYE INSTITUTE

CNPJ 08.822.105/0004-80

AV. FREI BENJAMIM, 2472, BAIRRO BRASIL

CEP: 45.051-075 VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

(77)3421-0656 ((71)99166-8258

OFERTA DE ATENDIMENTO - ABRIL DE 2018

CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

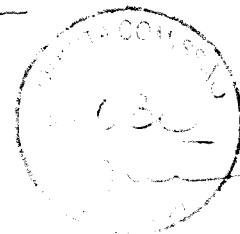
QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA

QUANTIDADES PARA CONSULTA

Data de atendimento : 05/04/2018 - Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552 (ATENDE PACIENTES ACIMA DE 16 ANOS)

Data de Atendimento: 06/04/2018 - Médico Oftalmologista: Claudia Nogueira Uzeda da Silva CRMBA 10.342

1 REGINA



OFÍCIO INDICANDO A CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

20 de Abril

8:00 05 Consulta

8:20 10 Mapeamento de Retina

03 de Maio

08:00 22 Mapeamento de Retina ✓

08:20 25 Tonometria ✓

08:40 25 Consulta Oftalmológica ✓

14:00 23 Mapeamento de Retina ✓

14:20 24 Tonometria

14:40 25 Consulta Oftalmológica

dir
1763412/18
19-4-18

Médico: Dr. Jorge Rocha, CRM-Ba 11.552

Marcar pacientes acima de 20 anos.

Re: AGENDA SUS - JUNHO

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

sex 18/05/2018 12:08

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>;



Agenda para 07 de Junho de 2018.

Dr Jorge Rocha

Marca pacientes acima de 30 anos.

8h: 2 Mapeamento

8h20m: 2 Tonometria

8h40m: 2 Consultas

A iRetina Eye Institute é uma instituição médica oftalmológica, subespecializada no diagnóstico e tratamento das doenças que acometem a retina e vítreo como: Retinopatia diabética, hemorragia vítrea, descolamento de retina, degeneração senil da mácula, oclusões vasculares da retina, etc.

As instalações foram devidamente projetadas para o melhor conforto do paciente. Coordenada pelo Dr. Jorge Rocha, especializado em Retina e Vítreo pelo Doheny Eye Institute da Califórnia, EUA, com Doutorado pela USP/ São Paulo e várias contribuições científicas em congresso e publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Nós trabalharemos arduamente para fortalecer ainda mais o nosso relacionamento e certos de que o nosso trabalho conjunto proporcionará soluções Premium aos nossos pacientes, mais uma vez agradeço a confiança.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Certo do interesse de V. Sas.

Dr. Jorge Rocha,

CRM-Ba -11552

Founding Board of Director RWC(Retina World Congress)

Diretor iRetina Eye Institute

Diretor de Relações Internacionais da SBRV(Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo)

Secretário da SBO(Sociedade Brasileira de Oftalmologia)

Em 9 de maio de 2018 09:22, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:

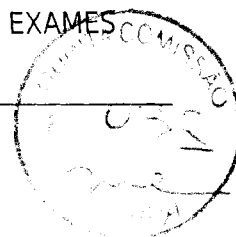
Bom dia !

Solicitamos o envio da agenda de atendimento SUS do mês de Junho.

904



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES
ESPECIALIZADOS



Protocolo - **25149/2018**

RETINOGRAFIA FLUORESCENTE

Vitória da Conquista, 15 de junho de 2018

Prezado Senhor,

Cumprimentado - o cordialmente, venho por meio deste, encaminhar declaração da filha da paciente que necessita da realização de uma **Retinografia Fluorescente** que os Prestadores Médicos Associados e Retina Eye ofertaram em contrato nº197/2017 e 198/2017 SMS, a Central de Regulação entrou em contato com os prestadores, no entanto o primeiro prestador afirmou que não dispõe de equipamento e a Retina Eye, por sua vez, informou que o equipamento precisa ser enviado de Salvador para Vitória da Conquista, porém não disponibilizou agenda.

O que diz a Cláusula Quinta - da Execução dos Serviços.

Ressaltamos que o não cumprimento do contrato está gerando vários transtornos para esta Central de Regulação. Segue em anexo declaração e cópia de solicitação.

Diante do exposto, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

CINTIA ALVES COSTA

COORDENADORA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS
24255-9
COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS - SMS

DECLARAÇÃO



Eu, [REDACTED], declaro que compareci por diversas vezes a Central de Marcação de Vitória da Conquista - BA, para agendar o procedimento de Angiofluoreceinografia para minha mãe, a Senhora Solange Gonçalves Veri, que tem hipertensão arterial, diabetes melitus, insuficiência renal e recentemente foi diagnosticada por dois oftalmologistas com uma lesão hemorrágica nos olhos em virtude de retinopatia diabética proliferativa.


Para o procedimento de Angiofluoreceinografia a Central de Marcação informou que não há prestador e encaminhou a paciente para uma nova consulta no HOC.

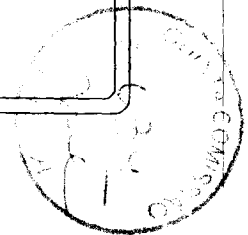
O oftalmologista do HOC solicitou então que a paciente fizesse o procedimento de retinografia fluorescente, procedimento esse que é ofertado por dois prestadores, a saber, Médicos Associados e Retina. No entanto, o primeiro prestador afirmou que não dispõe do equipamento necessário para realizar o procedimento. A Retina, por sua vez, informou que a atendente da clínica entraria em contato com a coordenação da Central.

Visto a gravidade do problema de saúde da paciente solicito uma posição dos órgãos competentes.

Vitória da Conquista - BA, 30 de maio de 2018.

[REDACTED]

 PREFEITURA DE VITÓRIA DA CONQUISTA Secretaria Municipal de Saúde www.pmvc.com.br	SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	 HOC <small>HOSPITAL DE OLHOS DE CONQUISTA</small>	 SUS
NOME DO PACIENTE : _____		DATA DE NASCIMENTO : _____	DOCUMENTO DE IDENTIDADE : _____
ENDEREÇO DO PACIENTE : _____		_____	MUNICÍPIO : VITÓRIA DA CONQUISTA
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO : Retinopatia Diabética RETINOPATIA			
EXAME (S) SOLICITADO (S):	CÓDIGO:	CÓDIGO:	
Retinografia			
BIOMETRIA			
PROFISSIONAL SOLICITANTE: marcos antonio s. oliveira <small>oftalmologista</small> CRM: 12386		DATA: 05/12	AUTORIZAÇÃO: DATA: ____/____/____
UNIDADE SOLICITANTE: _____		CÓDIGO: _____	UNIDADE PRESTADORA: _____
DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO (S) EXAME (S): DATA: ____/____/____ HORÁRIO: ____:____		SENHA DA CENTRAL DE MARCAÇÃO DE EXAMES: _____	
Assinatura e Carimbo do Prestador: _____		ASSINATURA DO USUÁRIO OU RESPONSÁVEL: _____	
		CASO NÃO ASSINE APLICAR O POLEGAR DIREITO AO LADO	





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria de Saúde
www.pmvc.ba.gov.br



Central de Regulação e Procedimentos Especializados - CRPEE

Vitória da Conquista, 06 de Junho de 2018

CI 43/2018

Da: Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados(CRPEE)

Para: Diretoria de Regulação Controle e Avaliação

Cumprimentando cordialmente, e em atenção ao Controle e Avaliação realizado por esse serviço em relação ao Contrato da Empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES DE SAÚDE A NÍVEL AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SUS/BA de nº198/2017**, vimos relatar alguns fatos que vem ocorrendo ao longo do início do contrato até a presente data:

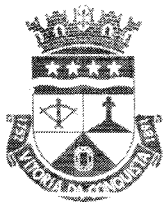
A empresa foi contratada para ofertar os procedimentos do anexo 1 do contrato nº 198/2017 SMS e no 1º aditivo de 2018, onde teve seu primeiro aditivo em 02/04/2018 para as devidas correções em tabela deste anexo.

É válido ressaltar que a contratada tem um valor mensal disponível de **R\$ 27.545,94** (Vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) para a execução dos procedimentos ofertados à Rede SUS.

Como são prestadores novos, advindos da Chamada Pública 07/2017, todos os seus membros foram convocados para uma reunião com os setores da CPPEE, Contas Médicas e Diretoria de Regulação, no dia para esclarecimentos e leitura do contrato e apresentação e ajustes que se fizesse necessário naquele momento e conseguinte a disponibilização da agenda a Central de Regulação e Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, para que as regras do contrato fosse cumprida e assim havendo a prestação de Serviço aos usuários do SUS a contento a toda comunidade, como rege os princípios e diretrizes do SUS.

Os fiscais do contrato são Cintia Alves e Josemeire Nóbrega Almeida, ambas servidoras municipais. Estas vêm ao longo do período observando as seguintes irregularidades pontuadas mais abaixo. Consta em anexo as várias cobranças realizadas por email, ofício e inúmeras ligações realizadas afim de evitar danos a prestação de serviço aos usuários da Rede SUS:

No contrato nº 198/2017:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria de Saúde
www.pmvc.ba.gov.br



Central de Regulação e Procedimentos Especializados - CRPEE

- Cláusula 1.4 A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**, acréscimos ou supressões nos serviços até 25% do valor atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

– Vimos aqui que desde o início do contrato a Contratada vem descumprindo esse item, visto em anexo as agendas que tem enviado a CRPEE, apesar de vários contatos realizados com a Contratada. A execução do contrato tem sido uma média de 7% nos três meses(março/abril e maio de 2018), como consta nos anexos. Além de ter fornecido a primeira agenda em fevereiro de 2018 com apenas 3 consultas de oftalmologista faltando pouco menos de uma semana para que a CRPEE pudesse agendar tais procedimentos e nos meses subsequentes as agendas tem se mantido com um número de procedimentos inespereável para o tamanho do contrato estabelecido com a Contratada. Também consta nos anexos o ofício da CRPEE Nº23/2018 datado de 06/02/2018 com a cobrança dos procedimentos descritos no contrato.

- **CLÁUSULA SEGUNDA – AMPARO LEGAL**

- 2.3 A **CONTRATADA** declara, ainda, aceitar os termos das Normas Gerais do SUS, inclusive no que tange à sujeição às necessidades e demanda do **CONTRATANTE**, constantes das planilhas de programação de compra de serviços, acrescentando-se que as referidas planilhas poderão sofrer acréscimos ou diminuição sobre o valor conveniado, que não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento) anual do valor original, conforme orientação da SESAB – Secretaria de Saúde do Estado, na última avaliação da PPI – Programação Pactuada e Integrada, em 2010, e ainda, disponibilizar agenda de procedimentos para a regulação da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE.

– A contratada não tem disponibilizado o solicitado para CRPEE.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS COMUNS

4.1 Atenção à Saúde e Participação nas Políticas Prioritárias do SUS

- 4.1.1 Garantia de acesso aos serviços pactuados e conveniados de forma integral e contínua;

Como a agenda está sendo recebida pela CRPEE num contingente insuficiente, muito abaixo que 5% do contrato, esse acesso se torna comprometido aos usuários do SUS.

- 4.1.4 Cumprir os compromissos contratualizados, zelando pela qualidade e resolutividade da assistência; Manutenção, sob regulação do gestor do SUS, da totalidade dos serviços conveniados, de acordo com as normas operacionais vigentes;

Como não temos recebido a agenda em tempo oportuno e nem os procedimentos em sua totalidade, como podemos verificar em



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria de Saúde
www.pmvcb.ba.gov.br



Central de Regulação e Procedimentos Especializados - CRPEE

documentos em anexo a Contratada não vem prestando o serviço com resolutividade, dessa forma sobrecarregando os demais prestadores.

Ainda em relação a **Contratada** o contrato rege:

6.2 A **CONTRATADA** se obriga ainda a:

Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando material apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe profissional necessária à sua execução

É nítido em conversa por email que a Contratada não tem profissional suficiente para prestar os serviços a Rede SUS, além de muitas vezes os procedimentos ofertados serem ofertados um único dia da semana, dificultando ainda mais o acesso dos usuários.

E por tudo citado aqui que solicitamos do Sistema Municipal de Auditoria Avaliação e Controle - SIMAAC que venha acompanhar e fiscalizar e até autuar se necessário for, enquanto medidas cabíveis, visto que a DRAC tem feito várias cobranças sem êxito até o momento, comprometendo assim a assistência aos usuários da Rede SUS. da Contratada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP** de imediato, como reza o contrato nas cláusulas abaixo, bem como cabendo inclusive infração Administrativa se necessário descrita na cláusula 16 do Contrato:

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

10.1 O presente contrato terá a sua execução acompanhada pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS - DRAC.

10.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer à DRAC todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.


10.3 O acompanhamento do contrato pela DRAC não impede o Sistema Municipal de Auditoria Avaliação e Controle – SIMAAC de acompanhar, fiscalizar, avaliar o contrato em tela.

Segue em anexo o contrato, aditivo e email dos contatos realizados com a Contratada. Os fiscais do Contrato se encontra a disposição para quaisquer esclarecimento, bem como a Coordenação da CRPEE.

Atenciosamente.


Cíntia Alves

Coordenação da CRPEE.

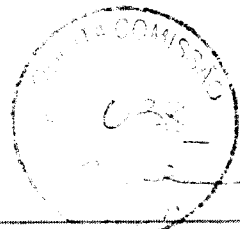

Josemar Nóbrega Almeida
Fiscal do contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE

www.pmvc.ba.gov.br



OF- 0023/2018

Vitória da Conquista, 06 de fevereiro de 2018.

Da: Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE

Para: Retina Eye Clinic Sociedade Simples LTDA EPP

Att. Sr. [REDACTED]

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, solicitar agenda de todos os procedimentos ofertados no contrato nº 198/2017 SMS, conforme tabela em anexo.

Diante do exposto, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Coordenação da CRPEE

Cintia Alves Costa
Coordenadora CRPEE
COREN-BA: 380.065 / Mat. 24256

Recebido Tiago Santos
06-02-18



OFERTA DA IRETINA 2018

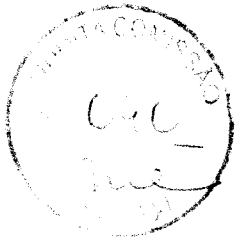


Março			
I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	Disp.	Agend.	Total
03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	11	11
02.11.06.000-0 - TONOMETRIA	30	0	30
02.11.06.000-0 - GONIOSCOPIA	0	30	30
02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	7	7

Abril			
I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	Disp.	Agend.	Total
03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	13	13
02.11.06.000-0 - TONOMETRIA	59	1	60
02.11.06.000-0 - BIOMETRIA ULTRASSONICA (ECOBIOMETRIA)	0	3	3
02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	12	12
02.11.06.000-0 - CERATOMETRIA	0	4	4

Maio			
I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	Disp.	Agend.	Total
03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	80	80
02.11.06.000-0 - TONOMETRIA	79	0	79
02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	45	45

Re: AGENDA 02/2018



iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

qua 24/01/2018 20:24

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>

Boa tarde!

Peço desculpas por informação errada sobre a data.

Informo a liberação para marcar 5 pacientes para 06/02/2018 às 7h.

Fabriziane Santos
71 99952 8258
71 33539896
71 30134444

Livre de vírus www.avast.com.

Em 24 de janeiro de 2018 10:04, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:

Por favor, entre em contato com a Coordenação da Central de Marcação: 3424-8940

Att.
GERÊNCIA CASR - CRPEE.

De: iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>
En: quarta-feira, 24 de janeiro de 2018 10:43
Para: cpdcmc@hotmail.com
Assunto: Fwd: AGENDA 02/2018

----- Mensagem encaminhada -----
De: iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>
Data: 23 de janeiro de 2018 16:09
Assunto: AGENDA 02/2018
Para: cpdcmc@hotmail.com

Boa tarde!
Segue em anexo agenda para fevereiro.

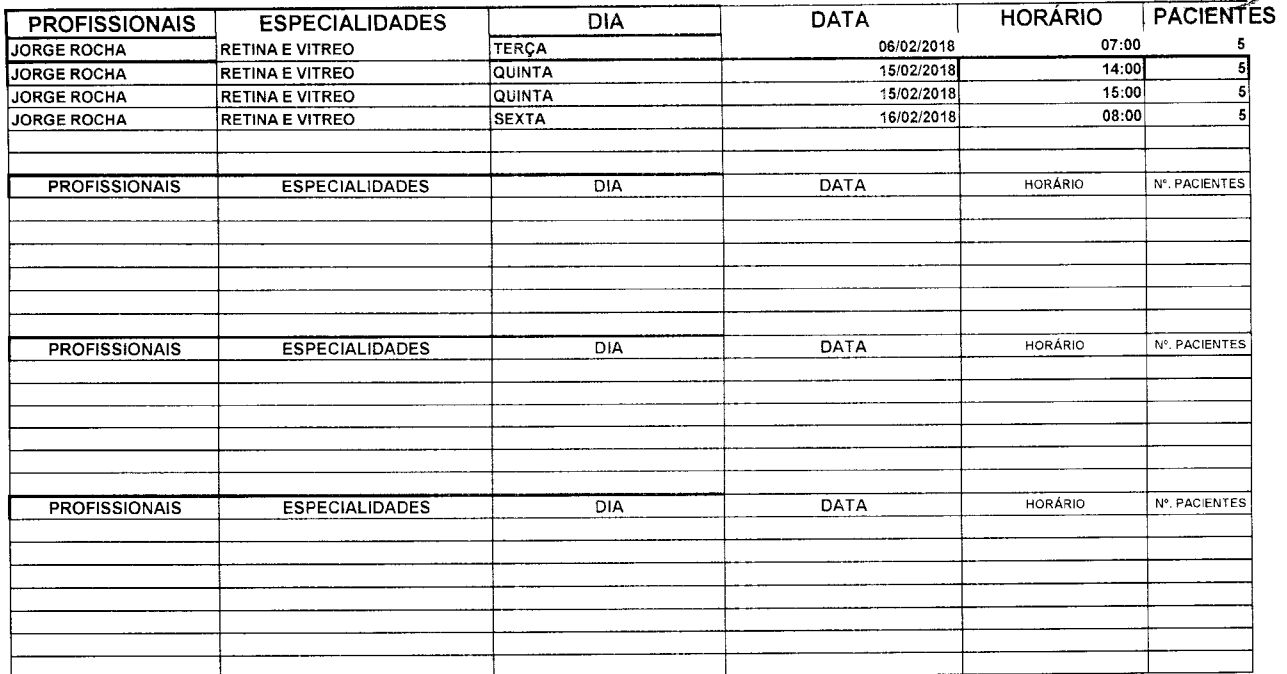
PROFISSIONAIS	ESPECIALIDADES	DIA	DATA	HORÁRIO	Nº. PACIENTES
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	TERÇA	06/02/2018	07:00	5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	QUINTA	15/02/2018	14:00	5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	QUINTA	15/02/2018	15:00	5
JORGE ROCHA	RETINA E VITREO	SEXTA	16/02/2018	08:00	5

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332
www.iretina.com.br

Livre de vírus www.avast.com.

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332
www.iretina.com.br

iRetina Eye Institute
55 71 3013 4444
55 71 3013 3332
www.iretina.com.br





IRETINA EYE INSTITUTE

CNPJ 08.822.105/0004-80

AV. FREI BENJAMIM, 2472, BAIRRO BRASIL

CEP: 45.051-075 VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

(77)3421-0656 / 0800-0715707



OFERTA DE ATENDIMENTO - MARÇO DE 2018

CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA

QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA																																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30		
	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
08:00		10																														
08:30																																
09:00																																
09:30																																
10:00																																
10:30																																
11:00																																
11:30																																
12:00																																
14:00	10																															
14:30	10																															
15:00																																
15:30																																
16:00																																
16:30																																
17:00																																
17:30																																
18:00																																
TOTAL	20	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		TOTAL DO MÊS																														30

Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552

Obs.: Autorizar os seguintes procedimentos para cada paciente:

03.01.01.007-2 CONSULTA;

02.11.06.010-0 FUNDOSCOPIA;

02.11.06.011-9 GONIOSCOPIA;

02.11.06.012-7 MAPEAMENTO DA RETINA;

02.11.06.025-9 TONOMETRIA.



QUANTIDADE AMBULATORIAL OFERTADA

QUANTIDADES PARA CONSULTA

Data de atendimento : 05/04/2018 - Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552 (ATENDE PACIENTES ACIMA DE 16 ANOS)

Data de Atendimento: 06/04/2018 - Médico Oftalmologista: Claudia Nogueira Uzeda da Silva CRMBA 10.342

OFÍCIO INDICANDO A CAPACIDADE DE OFERTA E QUANTIDADE

Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS



20 de Abril

8:00 05 Consulta

8:20 10 Mapeamento de Retina

03 de Maio

08:00 22 Mapeamento de Retina

08:20 25 Tonometria

08:40 25 Consulta Oftalmológica

14:00 23 Mapeamento de Retina

14:20 24 Tonometria

14:40 25 Consulta Oftalmológica

Médico: Dr. Jorge Rocha, CRM-Ba 11.552

Marcar pacientes acima de 20 anos.



Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

1802

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES DE SAÚDE A NÍVEL AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SUS/BA.

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, com sede na Praça Joaquim Correia, nº 55, Centro, representado neste ato pelo Exmº. Prefeito **HERZEM GUSMÃO PEREIRA**, [REDACTED], portador do RG nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] domiciliado no endereço acima ou por pessoa por este formalmente designada, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Rotary Club, nº 69, Bairro Centro, nesta Cidade, neste ato representado pela Secretária de Saúde **CERES NEIDE ALMEIDA COSTA**, [REDACTED], portadora do RG nº [REDACTED] CPF/MF nº [REDACTED] nomeada pelo Decreto nº 17.425, de 01/01/2017, publicado em 02/01/2017, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelas Leis Municipais nº 421, de 31 de dezembro de 1987 e a Lei 1.797 de 27 de dezembro de 2011, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 08.822.105/0004-80, com sede na Av. Frei Benjamim, nº 2472, Bairro Brasil, Vitória da Conquista – BA, CEP 45.051-075, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. [REDACTED], portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e CPF sob o [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], tendo em vista que dispõe o art. 199, § 1º, da Constituição Federal de 1988, o a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescidas das Leis Federais de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Portarias emanadas do Ministério da Saúde – MS, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, com base no processo de **CREDENCIAMENTO Nº 113.522/2017** e mediante as cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de saúde oftalmológicos na modalidade ambulatorial e/ou hospitalar de procedimentos clínicos, procedimentos com finalidade diagnóstica e/ou procedimentos cirúrgicos, especificamente na área de Oftalmologia, pela **CONTRATADA**, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de forma complementar aos serviços públicos prestados diretamente pelo **CONTRATANTE**, conforme o disposto no Edital de Chamada Pública 007/2017 SMS, seus anexos e nas Planilhas de Programação de Compra de Serviços (ANEXO I), cujos documentos fazem parte integrante deste instrumento, como se transcritos estivessem, bem como nas cláusulas e condições deste contrato.
- 1.2 Os serviços serão prestados pela **CONTRATADA** de acordo ao discriminado no contrato.





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 1.3 As Planilhas de Programação de Compra de Serviços da **CONTRATADA** indicam, discriminadamente, os procedimentos ou grupo de procedimentos a serem executados.
- 1.4 A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**, acréscimos ou supressões nos serviços até 25% do valor atualizado do contrato, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 1.5 A **CONTRATADA** somente fará jus ao pagamento de valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, limitado ao valor máximo mensal estabelecido neste contrato, conforme Ficha de Programação Orçamentária – FPO.
- 1.6 Os procedimentos contratados tem seu detalhamento disponibilizado no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, não cabendo a qualquer parte alegar desconhecimento dos mesmos, devendo, ainda, realizá-los conforme previsto no SIGTAP.

CLÁUSULA SEGUNDA – AMPARO LEGAL

- 2.1 O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº 8.080, de 12 de setembro de 1990; Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Portarias emanadas do Ministério da Saúde - MS, e, ainda, e demais legislações pertinentes e suas alterações posteriores, aplicando-se, no que couber, os princípios do direito público, suplementados pelos preceitos do direito privado.
- 2.2 A **CONTRATADA** compromete-se a aceitar, cumprir e fazer cumprir as determinações legais e demais normas emanadas do Ministério da Saúde, e órgãos e entidades a ele vinculadas e da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, pertinentes aos serviços ora conveniados, e a acatar as resoluções que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.
 - 2.2.1 A **CONTRATADA** se compromete a cumprir as Portarias do Ministério da Saúde e as que vierem a serem instituídas, principalmente as que estabelecerem Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, ou incluam novos tratamentos ao SUS.
 - 2.2.2 A **CONTRATADA** se compromete, ainda, a cumprir as Portarias do Ministério da Saúde, nºs. 1.279/2013 e a 1.448/2015, bem como outras normas, que substituam as retrocitadas.
- 2.3 A **CONTRATADA** declara, ainda, aceitar os termos das Normas Gerais do SUS, inclusive no que tange à sujeição às necessidades e demanda do **CONTRATANTE**, constantes das planilhas de programação de compra de serviços, acrescentando-se que as referidas planilhas poderão sofrer acréscimos ou diminuição sobre o valor conveniado, que não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento) anual do valor original, conforme orientação da SESAB – Secretaria de Saúde do Estado, na última avaliação da PPI – Programação Pactuada e Integrada, em 2010, e ainda, disponibilizar agenda de procedimentos para a regulação da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

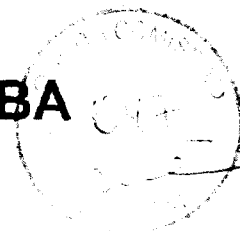
Na execução do presente contrato, os partícipes deverão observar, dentre outras, as seguintes condições gerais:





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



CONTRATO Nº 198/2017 SMS

- 3.1 O acesso ao SUS se faz pela atenção básica à saúde, ressalvadas as situações de urgência e emergência, as quais, quando reguladas;
- 3.2 Encaminhamento e atendimento dos pacientes, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência e emergência, as quais, quando reguladas, também deverão ser referenciadas pela CRPEE;
- 3.3 Gratuidade das ações e dos serviços de saúde executados no âmbito deste contrato, sendo vedada, sob qualquer hipótese, a cobrança ao usuário do SUS de complementaridade de qualquer espécie;
- 3.4 A prescrição de medicamentos deve observar a Relação Nacional de Medicamentos – RENAME, excetuadas as situações de excepcionalidade indicadas pelas Comissões de CCIH – Controle de Infecção Hospitalar e Ética Médica da **CONTRATADA**;
- 3.5 Atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
- 3.6 Observância integral às normas e aos protocolos técnicos e operacionais de atendimento e regulamentos estabelecidos pelos gestores do SUS;
- 3.7 Participar de Programa Nacional de Controle de Qualidade, pelo menos um, apresentando relatório à época da renovação contratual, expedido por empresa certificada pela ANVISA;
- 3.8 Observâncias aos prazos e condições de uso dos sistemas de informação e/ou programa utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS e Ministério da saúde, permitindo, quando necessário, a instalação deste em seu estabelecimento (s);
- 3.9 Estabelecer, monitorar e ajustar as metas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde decorrentes deste Contrato; e
- 3.10 Estabelecimento de metas e indicadores para as atividades de saúde decorrentes deste contrato administrativo.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS COMUNS

São encargos comuns das partes convenientes, as ações relacionadas nos itens e subitens abaixo, considerando-se a realidade institucional da **CONTRATADA** e as necessidades definidas pelo **CONTRATANTE** neste contrato, termos aditivos e respectivos anexos:

4.1 Atenção à Saúde e Participação nas Políticas Prioritárias do SUS

- 4.1.1 Garantia de acesso aos serviços pactuados e conveniados de forma integral e contínua;
- 4.1.2 Inserção da **CONTRATADA** na rede do SUS, observando, entre outros, a hierarquização e o sistema de referência e contra-referência, como garantia de acesso à atenção integral à saúde;
- 4.1.3 Compromisso em relação aos ajustes necessários no que se refere à oferta e à demanda de serviços da **CONTRATADA**, dando preferência às ações de urgência e emergência;
- 4.1.4 Organização da atenção orientada pela Política Nacional de Humanização, não sendo admitida dupla porta de entrada ou qualquer outro tipo de discriminação ou constrangimento aos usuários do SUS; além da observância dos itens de





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



CONTRATO Nº 198/2017 SMS

prioridade no atendimento conforme Estatuto do idoso e ao do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- 4.1.5 Implementação da Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria 3.916, de 30 de outubro de 1998, mormente no que diz respeito à promoção do uso racional de medicamentos, caso haja prescrição de fármaco;
- 4.1.6 Cumprir os compromissos contratualizados, zelando pela qualidade e resolatividade da assistência;
- 4.1.7 Elaboração de protocolos clínicos, técnico-assistenciais, para integrar e apoiar as diversas ações de saúde desenvolvidas na rede de serviços do SUS;
- 4.1.8 Manutenção, sob regulação do gestor do SUS, da totalidade dos serviços conveniados, de acordo com as normas operacionais vigentes;
- 4.1.9 Diversificação das tecnologias de cuidado utilizadas pela **CONTRATADA** no processo assistencial, incluindo aquelas centradas no usuário e sua família, que levem à redução do tempo de permanência da internação hospitalar (hospital dia, atenção domiciliar e cirurgia ambulatorial);
- 4.1.10 Constituição das comissões necessárias e obrigatórias ao funcionamento da Unidade;
- 4.1.11 Utilização do Banco de Preços em Saúde (disponível no Portal do Ministério da Saúde) a fim de racionalizar e otimizar a alocação dos recursos financeiros;
- 4.1.12 Educação permanente de recursos humanos.

4.2 Gestão - Metas Físicas e de Qualidade:

Os aspectos centrais da gestão e dos mecanismos de gerenciamento devem conter:

- 4.2.1 Ações adotadas para democratização da gestão que favoreçam seu aperfeiçoamento e que propiciem transparência, probidade, ética, credibilidade, humanismo, equidade e ampliação dos mecanismos de controle social;
- 4.2.2 Elaboração de planejamento da Unidade em conjunto com uma equipe multiprofissional, visando às metas setoriais específicas para cada área de atuação;
- 4.2.3 Aplicação de ferramentas gerenciais que induzam à horizontalização da gestão, à qualificação gerencial e ao enfrentamento das questões corporativas, incluindo rotinas técnicas e operacionais, sistema de avaliação de custos, sistema de informação e sistema de avaliação de satisfação do usuário;
- 4.2.4 Garantia da aplicação integral na unidade dos recursos financeiros de custeio e de investimento provenientes do SUS;
- 4.2.5 Obrigatoriedade de, regularmente, sempre que houver alterações de inclusão ou exclusão de profissionais e/ou equipamento no serviço, ou ainda, quando solicitado, fornecer ao gestor dados para atualização dos sistemas de informações do Ministério da Saúde, incluindo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), e outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS em substituição ou em complementaridade a estes;
- 4.2.6 Elaboração de protocolos técnicos e de encaminhamento para as ações de atenção à saúde;

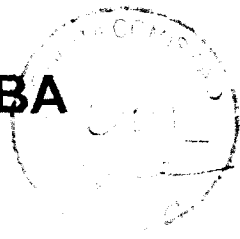




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Para o cumprimento do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a cumprir todas as metas e condições especificadas no contrato, parte integrante deste contrato.
- 5.2 Os serviços relacionados neste contrato e seus anexos serão prestados pela **CONTRATADA**, no endereço da sua sede, sob a responsabilidade do seu Diretor Clínico/Técnico.
- 5.2.1 A eventual mudança de endereço do estabelecimento da **CONTRATADA** deverá ser imediatamente comunicada ao **CONTRATANTE**, que analisará a conveniência de manter os serviços, em outro endereço, podendo, ainda, rever as condições do contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente. A mudança do Diretor Técnico e/ou Clínico e do responsável pelos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia também será comunicada ao **CONTRATANTE**. Em ambos os casos deverá ser procedida à alteração cadastral junto à Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista - BA.
- 5.2.2 As alterações cadastrais que impliquem em mudanças nas Planilhas de Programação de Compra de Serviços devem ser previamente autorizadas pelo **CONTRATANTE**.
- 5.2.3 Os serviços operacionalizados pela **CONTRATADA** deverão atender as necessidades do **CONTRATANTE**, que encaminhará os usuários do SUS/CONQUISTA, em consonância com as Planilhas de Programação de Compra de Serviços da **CONTRATADA**.
- 5.3 Para os fins deste contrato considera-se a atividade assistencial da **CONTRATADA**, em serviço ambulatorial e hospitalar, quando for o caso:
- 5.3.1 Assistência ambulatorial:
- 5.3.1.1 A assistência (atendimento) ambulatorial compreende: consultas médicas especializadas, serviços de apoio diagnóstico, necessários ao atendimento ambulatorial do usuário que demande à unidade; os encargos médicos necessários, inclusive o uso de salas; materiais e medicamentos consumidos, serviços auxiliares de diagnóstico e/ou terapia, curativos, e tudo que seja necessário ao adequado atendimento de cada caso.
- 5.3.1.2 Os procedimentos e serviços de apoio diagnóstico da **CONTRATADA** estarão à disposição da CRPEE do **CONTRATANTE**.
- 5.3.1.3 Os encaminhamentos para os serviços de apoio diagnóstico serão feitos pela rede de serviços municipal de saúde, segundo normas expedidas pelo SUS, conforme item anterior.
- 5.3.1.4 O **CONTRATANTE** estabelecerá normas para definir o fluxo de atendimento, de acordo com a disponibilidade de vaga. O **CONTRATANTE** também definirá a autorização para realização de exames subsequentes, o local de revisão das contas ambulatoriais e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com a **CONTRATADA** e a satisfação do usuário do SUS/CONQUISTA.
- 5.3.2 Quando for o caso:

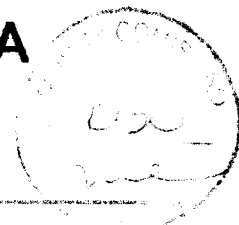




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



5.3.2.1 Dos procedimentos hospitalares:

- 5.3.2.1.1 Os procedimentos contratados deverão estar à disposição da Central de Regulação (definida pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista – BA).
- 5.3.2.1.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar os leitos necessários para a realização dos procedimentos contratados.
- 5.3.2.1.3 Todos os atendimentos hospitalares serão encaminhados pela Central de Regulação (definida pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista – BA). Nos casos de cirurgias eletivas, o Laudo para Emissão de AIH será enviado com o paciente ou o seu responsável, ao órgão competente do SUS na Secretaria Municipal de Saúde para autorização de emissão da AIH - Autorização de Internação Hospitalar.
- 5.3.2.1.4 A CONTRATADA, através do seu hospital, deverá garantir o encaminhamento aos serviços complementares, necessários ao tratamento dos pacientes internados e sob sua responsabilidade, para pagamento já incluso nos valores estabelecidos pela Tabela Unificada do SUS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS NORMAS GERAIS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

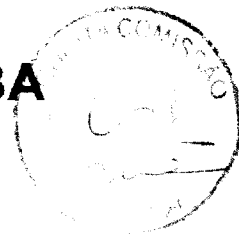
- 6.1 Os serviços ora conveniados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da **CONTRATADA** e por profissionais que, não estando incluídos nas categorias referidas nos itens 6.2.1, 6.2.2 e 6.2.3 desta cláusula, admitidos nas dependências da **CONTRATADA** para prestar serviços decorrentes de contrato celebrado com o **CONTRATANTE**.
- 6.2 Para os efeitos deste contrato consideram-se profissionais do próprio estabelecimento da **CONTRATADA**:
 - 6.2.1 O membro do seu corpo clínico;
 - 6.2.2 O profissional que tenha vínculo de emprego com a **CONTRATADA**;
 - 6.2.3 O profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, presta serviços à **CONTRATADA**, ou se por esta autorizado.
- 6.3 Equipara-se ao profissional autônomo, definido no subitem 6.2.3 do item 6.2 desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.
- 6.4 No tocante aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares serão cumpridas as seguintes normas relativas:
 - 6.4.1 Ao Prontuário Médico:
 - 6.4.1.1 Elaborar prontuário médico para cada paciente.
 - 6.4.1.2 Todos os documentos constantes do prontuário médico devem estar adequados e corretamente preenchidos, em letra legível, contendo os dados clínicos necessários, com data, hora e assinatura com o número de registro no CRM/BA – Conselho Regional de Medicina do Estado





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



CONTRATO Nº 198/2017 SMS

da Bahia, conforme Art. 87 do código de Ética Médica, e ser arquivado pelo prazo constante na Legislação específica;

- 6.4.1.3** É direito do paciente solicitar (por escrito) cópia, conforme Art. 88 do código de Ética Médica, relatórios de alta ou transferência, ou cópias dos exames realizados durante a internação, porém, não devem ser retirados do prontuário, pois são partes integrantes.
- 6.4.2** É vedada a cobrança dos pacientes por serviços médicos sejam em atendimentos ambulatoriais ou outros complementares da assistência devida ao paciente;
- 6.4.3** É vedado o paciente doar dinheiro, fornecer material, ou, medicamento para exames, seja em atendimentos ambulatoriais ou outros complementares da assistência devida ao paciente;
- 6.4.4** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto nas dependências da unidade contratada, em razão da execução deste contrato.
- 6.5** Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercido pelo **CONTRATANTE**, sobre a execução do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, do Decreto Federal Nº 1.651, de 28 de setembro de 1995.
- 6.6** É de responsabilidade exclusiva e integral da **CONTRATADA** a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o **CONTRATANTE**.
- 6.7** A **CONTRATADA** fica exonerada da responsabilidade pelo não atendimento de paciente amparado pelo SUS-CONQUISTA, na hipótese de atraso de 90 (noventa) dias no pagamento devido pelo poder Público, ressalvadas às situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou às situações de urgência ou emergência
- 6.8** A **CONTRATADA** se obriga ainda a:
- 6.8.1** Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando material apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe profissional necessária à sua execução;
- 6.8.2** Em caso de greve, a **CONTRATADA** deverá assegurar os serviços contratados neste contrato, conforme Lei nº 7.783 de 28 de junho de 1989.
- 6.8.3** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 6.8.4** Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados, tais como o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, ressalvados outros prazos previstos em lei, disponibilizando, a qualquer momento, ao **CONTRATANTE** e aos gestores do SUS, as fichas e prontuários da clientela, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- 6.8.5** Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causado ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão, ou por culpa, ou em consequência de erros, imperícia ou imprudência própria ou de

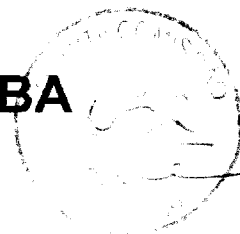




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- auxiliares (empregados, prepostos e diretores ou pelos profissionais não vinculados ao seu quadro, porém admitidos em seus recintos para participarem da prestação de serviços) que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços objeto deste contrato, bem como pelas consequências danosas de eventuais falhas de suas instalações, equipamentos e aparelhagens;
- 6.8.6 Manter os locais de atendimento suficientemente supridos de material e pessoal, e assegurar a qualidade dos serviços conveniados utilizando equipamentos e adotando métodos diagnósticos e terapêuticos adequados à prestação dos serviços dentro dos padrões técnicos vigentes;
- 6.8.7 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 6.8.8 Manter afixado em local visível das recepções, avisos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, da sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- 6.8.9 Admitir em suas dependências, para realizar atos profissionais com utilização da infraestrutura, desde que respeitadas às exigências contidas no regimento do corpo clínico e autorizado pela administração da unidade contratada, profissional autônomo conveniados diretamente pelo **CONTRATANTE**;
- 6.8.10 Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessários à execução dos procedimentos previstos neste contrato;
- 6.8.11 Somente permitir a participação de estudantes/estagiários na prestação de serviços sob a permanente e direta supervisão de um profissional responsável pela assistência, realizando-se o estágio mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante e a **CONTRATADA**, com intervenção obrigatória da instituição de ensino frequentada pelo estagiário e de acordo com a legislação disciplinadora da matéria;
- 6.8.12 Notificar, de imediato, o óbito do usuário à sua família e/ou ao seu responsável;
- 6.8.13 Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 6.8.14 Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 6.8.15 Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- 6.8.16 Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente, por ministro de culto religioso;
- 6.8.17 Notificar o **CONTRATANTE**, de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua Diretoria, contrato ou estatuto, enviando ao **CONTRATANTE**, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- 6.8.18 Fornecer ao paciente, sempre que solicitado, relatório do atendimento prestado, preenchidos em duas vias, sendo a primeira via do paciente e a segunda via arquivada no prontuário;
- 6.8.19 Registrar os agravos de notificação compulsória, encaminhando esses dados para a Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista, conforme normas e rotinas da Vigilância Epidemiológica estabelecidas pelo Ministério da





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS

Saúde, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia e a Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista;

- 6.8.20 Observar as regras de referência e contra-referência, estando seus profissionais de saúde obrigados a responder em formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde, quando forem solicitados;
- 6.8.21 Apresentar ao Gestor do SUS, sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
- 6.8.22 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente contrato;
- 6.8.23 Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente contrato;
- 6.8.24 Pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora conveniados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, vales-transporte, etc., obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhistas e previdenciárias, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o **CONTRATANTE**;
- 6.8.25 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para credenciamento e para a celebração deste contrato;
- 6.8.26 Atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- 6.8.27 Garantir que os funcionários cumpram as normas dos Conselhos de Classe, a exemplo do Conselho Regional de Medicina (CRM) e Conselho Regional de Enfermagem (COREN), e outros oficializados;
- 6.8.28 Atender todos os encaminhamentos conveniados realizados pela CRPEE;
- 6.8.29 Permitir a colocação de uma receptora (na recepção da unidade contratada) para recebimento de questionário (elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde) de avaliação dos serviços prestados (elogios, queixas, denúncias ou reclamações) que será preenchido pelo usuário do SUS/Conquista, devendo a abertura da urna ser feita na presença de representantes das partes interessadas neste contrato;
- 6.8.30 Quando do fornecimento do relatório do atendimento prestado pelo SUS, colher a assinatura do paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do documento, o qual deverá ser arquivado no prontuário, documentação esta que será arquivada pelo prazo de 20 (vinte) anos, observando-se as exceções previstas em lei;
- 6.8.31 Permitir o acesso dos supervisores e auditores do Sistema Municipal de Auditoria Avaliação e Controle - SIMAAC/SUS/CONQUISTA, nas suas dependências para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços de saúde, objeto deste contrato;
- 6.8.32 Prestar contas dos serviços prestados ao Conselho Municipal de Saúde, sempre que solicitado, que deverá analisá-las, aprová-las ou rejeitá-las, como parte do processo de acompanhamento e fiscalização do controle social.

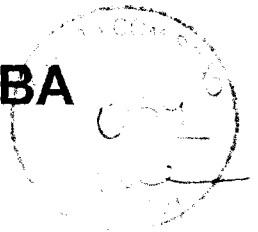




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 6.8.33 Manter afixado, em local visível das recepções, avisos da sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.
- 6.8.34 Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência.
- 6.8.35 Responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência de Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à SMS;
- 6.8.36 Manter a disposição do SUS a capacidade total contratada;
- 6.8.37 Submeter-se a avaliações sistemáticas, de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde (PNASS);
- 6.8.38 Utilizar o Sistema de Informação desta SMS para registro das informações dos serviços prestados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de entrega da produção;
- 6.8.39 Disponibilizar a agenda à CRPEE municipal, conforme critérios técnicos predefinidos por esta SMS;
- 6.8.40 Não negar atendimento ao paciente encaminhado pela CRPEE;
- 6.8.41 Fornecer a esta SMS, quando solicitado, informações necessárias à avaliação das metas pactuadas;
- 6.8.42 Permitir, a qualquer tempo, o acesso de técnicos da SMS às suas instalações com a finalidade de acompanhar e monitorar a execução do Contrato;
- 6.8.43 Garantir o acesso dos conselhos de saúde aos serviços contratados no exercício do seu poder de fiscalização;
- 6.8.44 Manter a prestação de serviço nos dias e turnos estabelecidos no contrato, manter profissionais nos seus quadros, para suprir de imediato às férias, eventuais faltas, ausências e doenças dos escalados, objetivando não prejudicar o desempenho operacional dos serviços prestados à SMS;
- 6.8.45 Garantir a desinfecção, esterilização e antisepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos, garantindo o funcionamento das instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral, para a correta prestação dos serviços ora contratados;
- 6.8.46 Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento documento comprobatório informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente;
- 6.8.47 O prestador contratado deverá entregar os resultados dos exames obrigatoriamente, por impresso, podendo também ser disponibilizada por meio digital com assinatura eletrônica, desde que seja com a certificação digital que garanta, junto a Receita Federal, a autenticidade dos laudos e assinaturas, bem como, toda segurança de criptografia lançada sobre arquivo de texto disponibilizado na internet, no caso dos resultados impressos, deverá disponibilizar em sua sede, na cidade de Vitória da Conquista, com a finalidade de proporcionar o resultado o mais precoce possível;
- 6.8.48 O prestador contratado deverá manter em uso os equipamentos de automação e informatização capacidade de atendimento do volume de exames previsto; com configuração tecnológica vigente e de confiabilidade;





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



CONTRATO Nº 198/2017 SMS

6.8.49 Em relação aos internamentos:

- 6.8.49.1 Promover a visita aberta nos casos de internação em enfermaria;
- 6.8.49.2 Prestar atendimento ao indígena, respeitando os direitos previstos na legislação e as especificidades socioculturais, de acordo com o pactuado no âmbito do subsistema de saúde indígena;
- 6.8.49.3 Realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização;
- 6.8.49.4 Assegurar a alta hospitalar responsável, conforme estabelecido na PNHOSP;
- 6.8.49.5 Responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência de Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à SMS;
- 6.8.49.6 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à SMS e/ou a terceiros por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 6.8.49.7 Notificar o **MUNICÍPIO**, de eventual alteração de seu estatuto ou Contrato Social, e de mudança de sua Diretoria, enviando ao **MUNICÍPIO**, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

6.8.50 Ao uso de OPM – Órteses, Próteses e Materiais Especiais:

- 6.8.50.1 Independentemente da origem, para serem comercializados têm que, obrigatoriamente, possuir registro na ANVISA, publicado em Diário Oficial. A aquisição de OPM é de inteira responsabilidade do Hospital. Este deve informar, em campo próprio na cobrança da AIH, o CNPJ do fornecedor do material e o número da nota fiscal, sendo que esta última é parte integrante do prontuário.
- 6.8.50.2 Em casos de implantes de produtos radiopacos, é obrigatório o controle radiológico pré e pós-operatório, com a identificação do paciente.

6.8.51 É vedada a cobrança por serviços médicos, as doações em dinheiro ou o fornecimento de material ou medicamento para exames, sejam em atendimentos hospitalares, ambulatoriais ou outros complementares da assistência devida ao paciente; Em cumprimento à Portaria SAS/MS nº113, de 04/09/1997, item 2.1 "A AIH garante a gratuidade total da assistência prestada, sendo vedada a profissionais e/ou às Unidades Assistenciais públicas ou privadas, contratadas, a cobrança ao paciente ou seus familiares de complementariedade, a qualquer título", compreendendo também a assistência ambulatorial.

6.8.52 A CONTRATADA responsabilizar-se-á por cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto nas dependências da unidade contratada, em razão da execução deste contrato;

6.8.53 Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência.





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



CONTRATO Nº 198/2017 SMS

- 6.8.54** A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente, até o 5º dia útil, do mês subsequente, através dos seguintes instrumentos de registro:
- 6.8.54.1** Boletim de Produção Ambulatorial-Individualizado – BPA-I;
 - 6.8.54.2** Autorização de Procedimento de Alto Custo - APAC;
 - 6.8.54.3** Autorização de Internamento Hospitalar – AIH;
 - 6.8.54.4** Formulário de Agendamento emitido pela CRPEE;
 - 6.8.54.5** Pedido Médico, conforme o caso;
- 6.8.55** O **CONTRATADO** deverá cadastrar-se no sistema, em seu ambiente Executante, o preparo para todos os procedimentos contratualizados, devendo manter atualizado este cadastro, permitindo que as informações relativas ao preparo saiam impressas junto com o agendamento do sistema;
- 6.8.56** Todo procedimento realizado deverá, obrigatoriamente, ser confirmado pelo prestador no sistema. A **CONTRATANTE** realizará periodicamente o monitoramento desse indicador e, quando não identificada a realização de tal atividade, este receberá advertência por escrito. Após a comunicação formal, o prestador que persistir na ausência de confirmação do procedimento realizado, terá seu pagamento suspenso até regularizar a situação;
- 6.8.57** A confirmação da realização do procedimento no sistema deverá ser realizada on-line, obrigatoriamente, no dia da sua realização, não sendo possível a confirmação ser realizada por meio on-line, será utilizado o meio físico.
- 6.8.58** A agenda de cada profissional da **CONTRATADA** deverá ser enviada à CRPEE da Secretaria de Saúde de Vitória da Conquista apenas uma vez, até o dia 20 de cada mês respeitando a oferta contratada, na assinatura do contrato. As situações de afastamento (férias, licença saúde, exonerações, congressos, entre outras) e alterações de agenda devem ser comunicadas com antecedência mínima 30 (trinta) dias para que esta efetue os ajustes necessários. Caso o prestador não envie a agenda em tempo hábil será enviada advertência, e caso persista o fato gerador da punição, será realizada a suspensão temporária do contrato.
- 6.8.59** O prestador contratado deverá inserir no Sistema de Informações do Câncer - SISCAN (módulo prestador de serviço), os dados preenchidos nos formulários da requisição dos exames.
- 6.8.60** Caso ocorra qualquer imprevisto relacionado à empresa no dia da realização do procedimento, o contratado deverá disponibilizar um novo agendamento em acordo com o paciente, sem prejuízo na oferta do próximo mês, sem custo para o **CONTRATANTE**;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

- 7.1** A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de regresso.

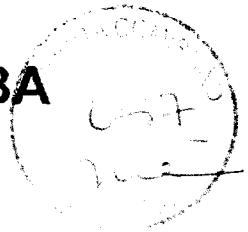




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 7.2 A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações consideradas contidas neste instrumento por determinação legal e das previstas em outras cláusulas, obriga-se a:
- a) Disponibilizar por meio de acordo entre entes públicos com o MS/FNS e Tesouro Municipal os recursos mensais necessários ao pagamento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**;
 - b) Controlar, fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações e os serviços ajustados;
 - c) Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
 - d) Analisar os relatórios elaborados pela **CONTRATADA**, comparando-se com os resultados alcançados e os recursos financeiros repassados;
 - e) Publicar o resumo do contrato e dos aditamentos que houver em Diário Oficial.
 - f) Elaborar Termos Aditivos nos casos de supressão nas quantidades de atividade assistencial pactuadas, ou quando não houver cumprimento das metas.
 - g) Caso haja real necessidade da realização de mutirões relativos aos procedimentos clínicos, procedimentos com finalidade diagnóstica e procedimentos cirúrgicos na área de Oftalmologia, seja para os moradores de Vitória da Conquista, ou para os Municípios de sua referência, o Gestor de Vitória da Conquista solicitará a participação dos prestadores habilitados para que participem, aumentando seu teto físico e financeiro, de acordo com sua capacidade instalada;
 - h) A organização dos referidos mutirões, ficará a cargo da Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, a definição do teto financeiro a ser disponibilizado e quantidade de procedimentos a ser ofertados em cada mutirão;
 - i) Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 O **CONTRATANTE** e os gestores do SUS fiscalizarão, por intermédio dos técnicos, especialmente designados para este fim, o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato: a qualidade dos serviços prestados; a obediência à legislação e demais normas pertinentes; o faturamento apresentado, bem como qualquer tipo de ocorrência que mereça ação fiscalizadora ou apuração de responsabilidades e/ou irregularidade.
- 9.2 A fiscalização compreenderá, também, a verificação do movimento dos atendimentos e de quaisquer outros elementos úteis ao controle, regulação, avaliação e auditoria.
- 9.3 A **CONTRATADA** facilitará ao **CONTRATANTE** e aos órgãos competentes do SUS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, de forma ampla e irrestrita, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos técnicos designados para fiscalizar a execução do objeto deste Contrato.

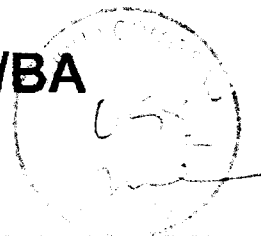




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 9.4 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte do **CONTRATANTE** e/ou dos órgãos competentes do SUS não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade pela execução dos serviços objeto do presente contrato.
- 9.5 Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONTRATADA** poderá ensejar a rescisão deste Contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.
- 9.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através dos servidores **Cintia Alves Costa**, matrícula nº 24255-9 e **Josemeire Nóbrega Almeida**, matrícula nº 24198-3, especialmente designados, ou quem a estes substituir.
- 9.7 Periodicamente vistoriar as instalações da **CONTRATADA**, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

- 10.1 O presente contrato terá a sua execução acompanhada pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS - DRAC.
- 10.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer à DRAC todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.
- 10.3 O acompanhamento do contrato pela DRAC não impede o Sistema Municipal de Auditoria Avaliação e Controle - SIMAAC de acompanhar, fiscalizar, avaliar o contrato em tela;
- 10.4 A fiscalização pelo SIMAAC não impede nem substitui as atividades próprias de avaliação de outras instâncias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal e Estadual).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 11.1 O **CONTRATANTE** pagará, mensalmente, à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, conforme Tabela Unificada do SUS em vigor, editada pelo Ministério da Saúde.
 - 11.1.1 Resguardado o preço da Tabela Unificada de remuneração de procedimentos ambulatoriais e hospitalares do SUS, o **CONTRATANTE** poderá, à sua conveniência e disponibilidade financeira, mediante aprovação do Conselho Municipal de Saúde, alterar o valor dos procedimentos pagos, através de índices em percentual de incentivos e valorização dos procedimentos.
 - 11.1.2 O valor do presente contrato é estimado em R\$ 27.545,94 (vinte e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais, tomando-se por base a média mensal dos procedimentos dimensionados nos termos das Planilhas de Programação de Compra (ANEXO I), integrantes deste, cujo valor total, para 24 (vinte e quatro) meses, estima-se em R\$ 661.102,56 (seiscentos e sessenta e um mil, cento e dois reais e cinquenta e seis centavos).
 - 11.1.3 Os valores estimados no subitem 11.1.2, não implicam em nenhuma previsão de crédito em favor da **CONTRATADA**, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pelo **CONTRATANTE** e efetivamente prestados pela **CONTRATADA**.

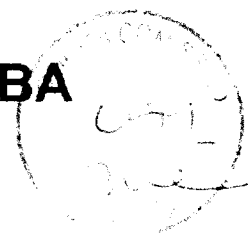




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO PREÇO

- 12.1 Os valores estipulados serão revistos na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 12.2 A revisão da Tabela Unificada do SUS independe de Termo Aditivo, sendo necessário anotar no processo a origem e autorização da revisão dos valores, com a data da publicação do Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento à **CONTRATADA**, pelos serviços efetivamente prestados ao Sistema Único de Saúde, será efetuado pelo **CONTRATANTE**, mensalmente, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, com os recursos repassados mensalmente pelo Ministério da Saúde e Tesouro Municipal.
- 13.2 Mensalmente o prestador de serviço apresentará por meio físico à Gerência de Contas Médicas a produção e o relatório mensal, e em meio magnético ao setor de Processamento de Dados da SMS, a produção mensal realizada que passará por um processo de crítica pelo Sistema SIA/SIH – SUS, até o 5º dia útil de cada mês, que será conferido com o informado no sistema de informação do Ministério da Saúde.
- 13.3 Após o processamento dos dados, a coordenação de Contratos solicitará a nota fiscal para efetuação do pagamento devido, dentro do valor contratado. Haverá ainda avaliação sobre os dados apresentados, caso seja identificada alguma irregularidade na produção apresentada, poderá ocorrer O.R. (Ordem de Recolhimento) e, encaminhamento do caso para auditoria.
- 13.4 Juntamente com a apresentação da Nota fiscal, o prestador deverá enviar, também, os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista previstos no art. 29 da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei 12.440/2011, com validade na data de suas apresentações, condição indispensável para liberação do pagamento.
- 13.5 Nos casos de ocorrência de interrupção de serviços ou modificação de procedimentos de forma não combinada entre as partes, os pagamentos mensais deverão ser suspensos até que o episódio seja esclarecido pelo SIMAAC.
- 13.6 Resguardado o preço da Tabela Unificada do SUS de remuneração de procedimento, o Município poderá, à sua conveniência e disponibilidade financeira, mediante aprovação do Conselho Municipal de Saúde, alterar o valor dos procedimentos pagos, através de índices em percentual de incentivos e valorização dos procedimentos.
- 13.7 Após o término da conferência, ou seja, após a disponibilidade dos dados oficiais de produção no DATASUS é que se iniciará o prazo de 30 dias para pagamento da referida nota fiscal;
- 13.8 O pagamento à **CONTRATADA** pelos serviços efetivamente prestados será efetuado pelo **MUNICÍPIO**, mensalmente, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e será realizado mediante depósito em conta bancária.
- 13.9 Para efeito de pagamento, este só será efetuado aos procedimentos ambulatoriais que foram autorizados ou regulados previamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

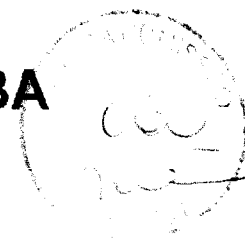




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 13.10 Para fins de prova da data de apresentação das contas será entregue à **CONTRATADA** recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do **MUNICÍPIO**, com aposição do respectivo carimbo funcional;
- 13.11 As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão imediatamente devolvidas à **CONTRATADA** para as correções cabíveis, que deverão ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a devolução. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original, devidamente inutilizado por meio de carimbo;
- 13.12 As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelos órgãos do Sistema Municipal de Auditoria do **MUNICÍPIO**, ficando à disposição da **CONTRATADA**, que terá um prazo máximo de 30 dias, a contar do pagamento efetuado, para apresentar recurso, que também será julgado no prazo máximo de 10 dias;
- 13.13 Fica o **MUNICÍPIO** autorizado a debitar o valor pago indevidamente no mês seguinte, referente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios;
- 13.14 O **MUNICÍPIO**, após revisão dos documentos, os encaminhará ao Ministério da Saúde;
- 13.15 Os pagamentos poderão ser suspensos pelo **CONTRATANTE**, garantindo o direito a ampla defesa, nos seguintes casos:
- 13.15.1 Não cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- 13.15.2 Inadimplência de obrigações da **CONTRATADA** para com o **CONTRATANTE**, por conta do estabelecido no contrato;
- 13.15.3 Não execução dos serviços nas condições estabelecidas no contrato;
- 13.16 Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver qualquer pendência de obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere ao pleito de reajustamento de preços ou correção.
- 13.17 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal, que deverá vir acompanhada do DANFE e/ou RANFS, apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 13.17.1 O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela **CONTRATADA** e do regular cumprimento das obrigações assumidas;
- 13.17.2 O DANFE - Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica será exigido, sempre que a nota fiscal for eletrônica;
- 13.17.3 O Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS - será exigido, nos casos de prestadores de serviço sediados fora do Município de Vitória da Conquista, cuja nota fiscal não seja emitida por este Ente, mas que executarem o serviço neste Município, conforme arts 32, 33 e 34 do Decreto Municipal n.º 15.454, de 18 de outubro de 2013.
- 13.18 O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA** e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 13.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a

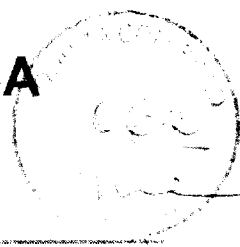




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 14.2** Os recursos de custeio das atividades ambulatoriais consignados no Fundo de Saúde da Secretaria Municipal de Vitória da Conquista são provenientes de transferências federais, estaduais mensais, conforme valores fixados pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia e aprovados pela Comissão Intergestores Tripartite e contrapartida Municipal.
- 14.3** As realizações das despesas dos serviços executados por força deste contrato, nos termos e limites aqui firmados, correrão à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde, a partir da dotação orçamentária do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, e Tesouro Municipal no valor e rubrica fixado no Diário Oficial da União para o Município de Vitória da Conquista - BA.
- 14.4** Os recursos necessários à cobertura das despesas relativas à execução das atividades consignadas no objeto do presente terão a seguinte classificação orçamentária: **ATIVIDADE: 2.043; ELEMENTO: 33.90.39.00; SUBELEMENTO: 99024; FONTE DE RECURSO: 14.**
- 14.4.1** Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, constantes dos Orçamentos Anuais que forem aprovados, independentemente da celebração de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

- 15.1** A execução do presente contrato será avaliada pelo **CONTRATANTE**, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, sem prejuízo da observância do cumprimento das cláusulas e condições nele estabelecidas.
- 15.2** Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.
- 15.3** Periodicamente, o **CONTRATANTE** vistoriará as instalações da **CONTRATADA** para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas da **CONTRATADA**, comprovadas por ocasião da assinatura deste contrato.
- 15.4** Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da **CONTRATADA** poderá ensejar a rescisão deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.
- 15.5** A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** sobre os serviços, ora conveniados, não eximirá a **CONTRATADA** da sua plena responsabilidade perante o **CONTRATANTE** ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 15.6** A **CONTRATADA** facilitará ao **CONTRATANTE** e ao Conselho Municipal de Saúde, o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do **CONTRATANTE**, designados para tal fim, e assegurará o livre acesso aos prontuários médicos e outros documentos que dizem respeito à atenção do usuário do SUS/CONQUISTA.
- 15.7** Em qualquer hipótese é assegurado à **CONTRATADA** amplo direito de defesa e o contraditório, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

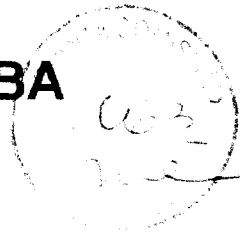




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 16.1 O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o **CONTRATADO** às sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo;
- 16.2 A inobservância, pela **CONTRATADA**, de qualquer cláusula ou obrigação constante deste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na lei Nº 8.883/94, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000.
- 16.2.1 Advertência escrita;
- 16.2.2 Multa de 2% até 5% do valor mensal do contrato;
- 16.2.3 Multa dia de até 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do contrato;
- 16.2.4 Suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários às internações, consultas ou procedimentos;
- 16.2.5 Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;
- 16.2.6 Rescisão do contrato;
- 16.2.7 Declaração de inidoneidade;
- 16.3 A advertência, quando ocorrer irregularidades de pequena monta, que não tenham causado dano material ou moral à **MUNICÍPIO**;
- 16.4 A suspensão, por doze meses, do direito de celebrar contrato com o Município de Vitória da Conquista, nos casos de desvio no emprego dos recursos repassados, sem prejuízo da multa, quando cabível;
- 16.5 Declaração de inidoneidade para celebrar contrato com o município de Vitória da Conquista e demais entidades públicas, nos casos de comprovada conduta praticada pelo (a) Contratado (a) e que venha a ser tipificada como crime, sem prejuízo da aplicação da multa, quando for à hipótese.
- 16.6 As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
- 16.7 A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria assistencial ou inspeção, e dela será notificada a **CONTRATADA**.
- 16.8 As sanções previstas nos subitens 16.2.1 e 16.2.3 desta Cláusula só poderão ser aplicadas alternativamente.
- 16.9 O valor da multa ou multa dia será descontado dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO** à **CONTRATADA**.
- 16.10 Na aplicação das penalidades previstas nos subitens 16.2.1 a 16.2.7, a **CONTRATADA** poderá interpor recurso administrativo, com efeito suspensivo, dirigido à autoridade competente e nos prazos determinados pelo Regulamento do Sistema Municipal de Auditoria/SUS-CONQUISTA, Decreto Municipal nº 9.820, de 07 de abril de 2000.
- 16.11 A suspensão temporária dos atendimentos será determinada até que a **CONTRATADA** corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 16.12 A penalidade de rescisão poderá ser aplicada independente da ordem das sanções

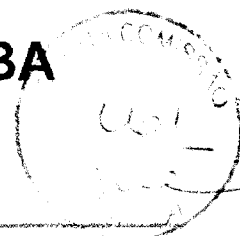




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



CONTRATANTE.

- 13.20** Antes do pagamento, a **CONTRATANTE** realizará consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAD ou outro sistema semelhante e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 13.21** Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.
- 13.22** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela **CONTRATADA**, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 13.23** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.24** O **CONTRATANTE** não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela **CONTRATADA**, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 13.25** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido poderá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1** Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste contrato ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde;
- 14.1.1** O não cumprimento pelo Ministério da Saúde do repasse dos recursos correspondentes aos valores constantes do contrato em tempo hábil (vencimento) não transfere para o **CONTRATANTE** a obrigação de fazer a antecipação da receita proveniente do faturamento aprovado do componente FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensação de execução, o qual é de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.
- 14.1.2** O mesmo se aplica a recursos que compõe os blocos de financiamento e custeio, que dependa de aprovação e verificação da produção junto ao Ministério da Saúde.

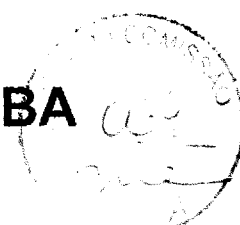




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



previstas nesta Cláusula. A reincidência da **CONTRATADA** em quaisquer irregularidades tornará o contrato administrativo passível de rescisão.

- 16.13** A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito de o **MUNICÍPIO** exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos, que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários, e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.
- 16.14** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, a **CONTRATADA** que, no decorrer da vigência do contrato:
- 16.14.1** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
 - 16.14.2** Apresentar documentação falsa;
 - 16.14.3** Comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.14.4** Cometer fraude fiscal;
 - 16.14.5** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido total ou parcialmente pelo **MUNICÍPIO** quando ocorrer o descumprimento de suas cláusulas ou condições, em especial:

- 17.1** Pelo fornecimento de informações incompletas, intempestivas ou fora dos critérios definidos pelo **MUNICÍPIO**;
- 17.2** Pela ocorrência de fatos que venham a impedir ou dificultar o acompanhamento, avaliação e auditoria pelos órgãos competentes do **MUNICÍPIO** ou do Ministério da Saúde;
- 17.3** Pela não entrega dos relatórios mensais e anuais;
- 17.4** Pela não observância dos procedimentos referentes ao sistema de informações em saúde.
- 17.5** O Conselho Municipal de Saúde deverá manifestar-se sobre a rescisão deste contrato, devendo avaliar os prejuízos que esse fato poderá acarretar para a população.
- 17.6** Além de outras previstas no Contrato.
- 17.7** Na hipótese de constatação de negação de atendimento, mau atendimento ou atendimento insuficiente aos usuários do SUS, o presente contrato será rescindido de pleno direito por ato da Administração, com o consequente descredenciamento e imposição de demais penalidades.
- 17.8** Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas na cláusula dezesseis.
- 17.9** Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, a critério do **MUNICÍPIO**, será observado o prazo de até 90 (noventa) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo a **CONTRATADA** negligenciar a prestação dos serviços ora contratados, a multa cabível será aplicada em dobro.
- 17.10** São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei

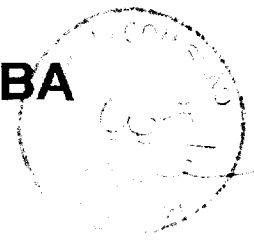




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



Federal n.º 8.666, de 1993:

- 17.10.1 O não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 17.10.2 A lentidão do seu cumprimento, levando ao **MUNICÍPIO** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- 17.10.3 O atraso injustificado no início do serviço;
- 17.10.4 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao **MUNICÍPIO**;
- 17.10.5 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- 17.10.6 O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 17.10.7 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 17.10.8 A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
- 17.10.9 A dissolução da sociedade, ou falecimento da **CONTRATADA**;
- 17.10.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
- 17.10.11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada ao **MUNICÍPIO** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- 17.10.12 A supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no §1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993;
- 17.10.13 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **MUNICÍPIO**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 17.10.14 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO**, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- 17.10.15 A não liberação, por parte do **MUNICÍPIO**, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
- 17.10.16 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

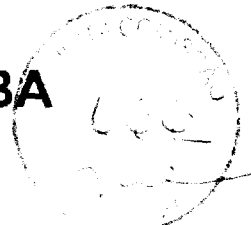




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



- 17.10.17 O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 17.11 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.12 A rescisão deste Contrato poderá ser:
- 17.12.1 Determinada por ato unilateral e escrito do **MUNICÍPIO**, nos casos enumerados nos itens 17.10.1 a 17.10.11, 17.10.16 e 17.10.17 desta cláusula;
 - 17.12.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para ao **MUNICÍPIO**;
 - 17.12.3 Judicial, nos termos da legislação.
 - 17.12.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
 - 17.12.5 A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Federal n.º 8.666/93.
- 17.13 No caso de rescisão unilateral (administrativa) são assegurados ao **MUNICÍPIO** os direitos previsto na Lei Federal nº. 8.666/93, arts. 77, 78, 79 e 80, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao **CONTRATADO**:
- 17.14 Reter os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** pela **CONTRATADA**.
- 17.15 Além de outras sanções que por ventura estejam prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 18.1 A vigência inicial do presente contrato será de 02 (dois) anos, iniciando-se em 01 de dezembro de 2017 e terminando em 30 de novembro de 2019, prorrogável por períodos sucessivos, caso haja interesse da Administração, e enquanto o prestador cadastrado mantiver os mesmos requisitos exigidos para a classificação, previstos no Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

- 19.1 O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial de Vitória da Conquista – BA, e afixado em mural próprio no prédio da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista - BA, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

- 20.1 As partes elegem o foro de Vitória da Conquista - BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.
- 20.2 E, por estarem justas e contratadas, de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

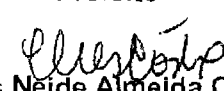
CONTRATO Nº 198/2017 SMS

Vitória da Conquista - BA, 1º de dezembro de 2017.

Assinatura:

Pelo Município de Vitória da Conquista:


Herzem Gusmão Pereira
Prefeito


Ceres Neide Almeida Costa
Secretária Municipal de Saúde Interina

Pela CONTRATADA:


RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE
SIMPLES LTDA EPP

08.822.10510004-80
RETINA EYE CLINIC S/S LTDA EPP
AV. FREI BENJAMIM, 2472
BAIRRO BRASIL - CEP: 45.051-000
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF:

CPF:

RG:

RG:

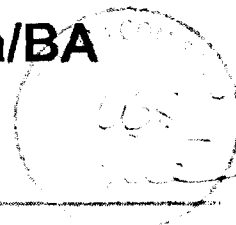




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



ANEXO I

Planilhas de Programação de Compra de Serviços

Código	Procedimento
02.11.06.001-1 -	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO 3 MEDIDAS)
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEIA
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL
02.11.06.017-8	RETINOGRÁFIA COLORIDA BINOCULAR
02.11.06.018-6	RETINOGRÁFIA FLUORESCENTE BINOCULAR
02.11.06.020-8	TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA
02.11.06.021-6	TESTE DE SCHIRMER
02.11.06.025-9	TONOMETRIA
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA
03.03.05.013-6	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS
03.03.05.014-4	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS DE ORIGEM INFECCIOSA
03.03.05.001-2	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE GLAUCOMA POR FUNDOSCOPIA E TONOMETRIA
03.03.05.003-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª LINHA)
03.03.05.004-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (2ª LINHA)
03.03.05.005-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (3ª LINHA)
03.03.05.006-3	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA MONOCULAR (1ª LINHA)
03.03.05.007-1	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (2ª LINHA)
03.03.05.008-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (3ª LINHA)
03.03.05.009-8	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE ACETAZOLAMIDA MONOCULAR OU BINOCULAR
03.03.05.010-1	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE PILOCARPINA MONOCULAR





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS

03.03.05.011-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE PILOCARPINA BINOCULAR
03.03.05.015-2	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.016-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.017-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.018-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.019-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.020-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.021-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR- ASSOCIAÇÃO DE 1ª, 2ª E 3ª LINHAS
03.03.05.022-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR - ASSOCIAÇÃO 1ª, 2ª E 3ª LINHAS
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OFTALMOLOGISTA)
03.01.010-2	CONSULTA PARA DIAGNÓSTICO/REAValiação DE GLAUCOMA (TONOMETRIA, FUNDOSCOPIA E CAMPIMETRIA)
04.05.01.001-0	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO
04.05.01.002-8	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO
04.05.01.003-6	DACRIOCISTORRINOSTOMIA
04.05.01.004-4	DRENAGEM DE ABSCESSO DE PALPEBRA
04.05.01.005-2	EPILACAO A LASER
04.05.01.006-0	EPILACAO DE CILIOS
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS
04.05.01.008-7	EXTIRPACAO DE GLANDULA LACRIMAL
04.05.01.010-9	OCCLUSAO DE PONTO LACRIMAL
04.05.01.011-7	RECONSTITUICAO DE CANAL LACRIMAL
04.05.01.012-5	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA
04.05.01.013-3	RECONSTITUICAO TOTAL DE PALPEBRA
04.05.01.018-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE BLEFAROCALASE
04.05.01.019-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE TRIQUIASE C/ OU S/ ENXERTO
04.05.01.020-6	PUNCTOPLASTIA
04.05.02.001-5	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)
04.05.02.002-3	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)
04.05.03.003-7	CRIOterapia OCULAR
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULACAO A LASER

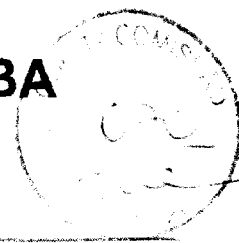




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



04.05.03.005-3	INJECAO INTRA-VITREO
04.05.03.007-0	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL
04.05.03.009-6	SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.010-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.012-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR
04.05.03.015-0	VITRIOLISE A YAG LASER
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMÁTICA
04.05.03.022-3	REMOÇÃO DE OLEO DE SILICONE
04.05.03.023-1	REMOÇÃO DE IMPLANTE EPISCLERAL
04.05.04.001-6	CORRECAO CIRURGICA DE LAGOFTALMO
04.05.04.006-7	ENUCLEACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.007-5	EVISCERACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.010-5	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR
04.05.04.013-0	INJECAO RETROBULBAR / PERIBULBAR
04.05.04.020-2	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL
04.05.04.021-0	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR
04.05.05.001-1	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER
04.05.05.003-8	CAUTERIZACAO DE CORNEA
04.05.05.004-6	CICLOCRIOCOAGULAÇÃO / DIATERMIA
04.05.05.005-4	CICLODIALISE
04.05.05.006-2	CORRECAO DE ASTIGMATISMO SECUNDARIO
04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS
04.05.05.008-9	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA
04.05.05.009-7	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.010-0	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.011-9	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA
04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER
04.05.05.014-3	IMPLANTE INTRA-ESTROMAL
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO
04.05.05.016-0	INJECAO SUBCONJUNTIVAL / SUBTENONIANA
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA A LASER
04.05.05.020-8	PARACENTESE DE CAMARA ANTERIOR
04.05.05.021-6	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL
04.05.05.022-4	RECONSTITUIÇÃO DE FORNIX CONJUNTIVAL
04.05.05.024-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAMARA ANTERIOR DO OLHO

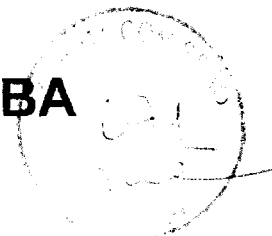




Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

CONTRATO Nº 198/2017 SMS



04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA
04.05.05.026-7	SINEQUIOLISE A YAG LASER
04.05.05.028-3	SUBSTITUICAO DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA
04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL
04.05.05.039-9	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE Córnea
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO
07.02.07.004-1	ESFERA DE MÜLLER





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

1918

175459/18



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2017 SMS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS COMPLEMENTARES DE SAÚDE A NÍVEL AMBULATORIAL E/OU HOSPITALAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUS/BA.

16-4-18

O **MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, com sede na Praça Joaquim Correia, nº 55, Centro, representado neste ato pelo Exmº. Prefeito **HERZEM GUSMÃO PEREIRA**, portador do RG nº [REDACTED], CPF/MF sob o nº [REDACTED], domiciliado no endereço acima ou por pessoa por este formalmente designada, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua Rotary Club, nº 69, Bairro Centro, nesta Cidade, neste ato representado pela Secretária de Saúde **CERES NEIDE ALMEIDA COSTA**, RG nº [REDACTED] e CPF/MF nº [REDACTED], nomeada pelo Decreto nº 17.425, de 01/01/2017, publicado em 02/01/2017, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelas Leis Municipais nº 421, de 31 de dezembro de 1987 e a Lei 1.797 de 27 de dezembro de 2011, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 08.822.105/0004-80, com sede na Av. Frei Benjamim, nº 2472, Bairro Brasil, Vitória da Conquista - BA, CEP 45.051-075, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. [REDACTED], portador da Cédula de Identidade nº [REDACTED] e CPF sob o [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], tendo em vista que dispõe o art. 199, § 1º, da Constituição Federal de 1988, o a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescidas das Leis Federais de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Portarias emanadas do Ministério da Saúde - MS,

CONSIDERANDO o equívoco observado na confecção do contrato nº 198/2017 SMS, mais especificamente na relação dos procedimentos em seu anexo, necessitando, assim, a sua retificação, com fulcro no artigo 65 da lei 8.666/93 e Súmula 473 do STF, que viabiliza a Administração Pública o direito de anular ou rever seus próprios atos quando eivados de vícios,

RESOLVEM as partes celebrar entre si, **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 198/2017 SMS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, decorrente do **Processo Administrativo nº 175459/2018**, respaldado no **Parecer Jurídico nº 078/2018-PGM/SMS**, e amparado legalmente no artigo 58, I, e artigo 65, I, "a", da Lei Federal nº 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Fica retificado o Contrato nº 198/2017 SMS nos seguintes termos:

Onde se lê:





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br

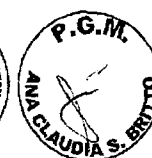


ANEXO I

Planilha de Programação de Compra de Serviços

Código	Procedimento
02.11.06.001-1 -	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO 3 MEDIDAS)
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEIA
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE AGUIDADE VISUAL
02.11.06.017-8	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR
02.11.06.018-6	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR
02.11.06.020-8	TESTE DE PROVOCACÃO DE GLAUCOMA
02.11.06.021-6	TESTE DE SCHIRMER
02.11.06.025-9	TONOMETRIA
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA
03.03.05.013-6	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS
03.03.05.014-4	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS DE ORIGEM INFECCIOSA
03.03.05.001-2	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE GLAUCOMA POR FUNDOSCOPIA E TONOMETRIA
03.03.05.003-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (1ª LINHA)
03.03.05.004-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (2ª LINHA)
03.03.05.005-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA BINOCULAR (3ª LINHA)
03.03.05.006-3	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE C/ GLAUCOMA MONOCULAR (1ª LINHA)
03.03.05.007-1	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (2ª LINHA)
03.03.05.008-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR (3ª LINHA)
03.03.05.009-8	TRATAMENTO OFTALMOLOGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE ACETAZOLAMIDA MONOCULAR OU BINOCULAR

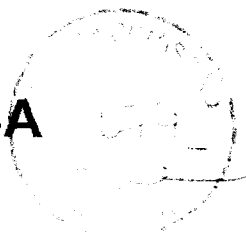
Q





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



03.03.05.010-1	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE PILOCARPINA MONOCULAR
03.03.05.011-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA COM DISPENSAÇÃO DE PILOCARPINA BINOCULAR
03.03.05.015-2	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.016-0	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 2ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.017-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.018-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 1ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.019-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - MONOCULAR
03.03.05.020-9	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA - 2ª LINHA ASSOCIADA A 3ª LINHA - BINOCULAR
03.03.05.021-7	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA MONOCULAR- ASSOCIAÇÃO DE 1ª, 2ª E 3ª LINHAS
03.03.05.022-5	TRATAMENTO OFTALMOLÓGICO DE PACIENTE COM GLAUCOMA BINOCULAR - ASSOCIAÇÃO 1ª, 2ª E 3ª LINHAS
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OFTALMOLOGISTA)
03.01.010-2	CONSULTA PARA DIAGNÓSTICO/REAValiação DE GLAUCOMA (TONOMETRIA, FUNDOSCOPIA E CAMPIMETRIA)
04.05.01.001-0	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO
04.05.01.002-8	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO
04.05.01.003-6	DACRIOCISTORRINOSTOMIA
04.05.01.004-4	DRENAGEM DE ABSCESSO DE PALPEBRA
04.05.01.005-2	EPILACAO A LASER
04.05.01.006-0	EPILACAO DE CILIOS
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS
04.05.01.008-7	EXTIRPACAO DE GLANDULA LACRIMAL
04.05.01.010-9	OCLUSAO DE PONTO LACRIMAL
04.05.01.011-7	RECONSTITUICAO DE CANAL LACRIMAL
04.05.01.012-5	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA
04.05.01.013-3	RECONSTITUICAO TOTAL DE PALPEBRA
04.05.01.018-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE BLEFAROCALASE
04.05.01.019-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE TRIQUIASE C/ OU S/ ENXERTO
04.05.01.020-6	PUNCTOPLASTIA
04.05.02.001-5	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



04.05.02.002-3	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)
04.05.03.003-7	CRIOTERAPIA OCULAR
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULACAO A LASER
04.05.03.005-3	INJECAO INTRA-VITREO
04.05.03.007-0	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL
04.05.03.009-6	SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.010-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.012-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR
04.05.03.015-0	VITRIOLISE A YAG LASER
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMATICA
04.05.03.022-3	REMOÇÃO DE OLEO DE SILICONE
04.05.03.023-1	REMOÇÃO DE IMPLANTE EPISCLERAL
04.05.04.001-6	CORRECAO CIRURGICA DE LAGOFTALMO
04.05.04.006-7	ENUCLEACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.007-5	EVISCERACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.010-5	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR
04.05.04.013-0	INJECAO RETROBULBAR / PERIBULBAR
04.05.04.020-2	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL
04.05.04.021-0	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR
04.05.05.001-1	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER
04.05.05.003-8	CAUTERIZACAO DE CORNEA
04.05.05.004-6	CICLOCRIOCOAGULACAO / DIATERMIA
04.05.05.005-4	CICLODIALISE
04.05.05.006-2	CORRECAO DE ASTIGMATISMO SECUNDARIO
04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS
04.05.05.008-9	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA
04.05.05.009-7	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.010-0	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.011-9	FACCEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA
04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER
04.05.05.014-3	IMPLANTE INTRA-ESTROMAL
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO
04.05.05.016-0	INJECAO SUBCONJUTIVAL / SUBTENONIANA
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA A LASER

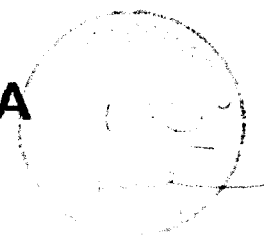
B





Município de Vitória da Conquista/BA

www.gmvc.com.br



04.05.05.020-8	PARACENTESE DE CAMARA ANTERIOR
04.05.05.021-6	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL
04.05.05.022-4	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL
04.05.05.024-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAMARA ANTERIOR DO OLHO
04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA
04.05.05.026-7	SINEQUIOLISE A YAG LASER
04.05.05.028-3	SUBSTITUICAO DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA
04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL
04.05.05.039-9	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE CORNEA
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO
07.02.07.004-1	ESFERA DE MÜLLER

Leia-se agora:

ANEXO I

Planilha de Programação de Compra de Serviços

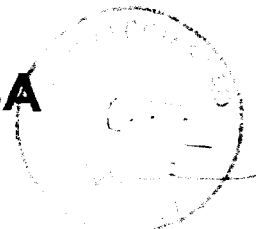
Código	Procedimento
02.11.06.001-1 -	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)
02.11.06.003-8	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO
02.11.06.005-4	CERATOMETRIA
02.11.06.006-2	CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO 3 MEDIDAS)
02.11.06.010-0	FUNDOSCOPIA
02.11.06.011-9	GONIOSCOPIA
02.11.06.012-7	MAPEAMENTO DE RETINA
02.11.06.014-3	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA
02.11.06.015-1	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL
02.11.06.017-8	RETINOGRÁFIA COLORIDA BINOCULAR
02.11.06.018-6	RETINOGRÁFIA FLUORESCENTE BINOCULAR
02.11.06.020-8	TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA
02.11.06.021-6	TESTE DE SCHIRMER
02.11.06.025-9	TONOMETRIA
02.11.06.026-7	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



03.03.05.013-6	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS
03.03.05.014-4	TRATAMENTO CLÍNICO DE INTERCORRÊNCIAS OFTALMOLÓGICAS DE ORIGEM INFECCIOSA
03.01.01.007-2	CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA (OFTALMOLOGISTA)
04.05.01.001-0	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO
04.05.01.002-8	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO
04.05.01.003-6	DACRIOCISTORRINOSTOMIA
04.05.01.004-4	DRENAGEM DE ABSCESSO DE PALPEBRA
04.05.01.005-2	EPILACAO A LASER
04.05.01.006-0	EPILACAO DE CILIOS
04.05.01.007-9	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS
04.05.01.008-7	EXTIRPACAO DE GLANDULA LACRIMAL
04.05.01.010-9	OCLUSAO DE PONTO LACRIMAL
04.05.01.011-7	RECONSTITUICAO DE CANAL LACRIMAL
04.05.01.012-5	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA
04.05.01.018-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE BLEFAROCALASE
04.05.01.019-2	TRATAMENTO CIRURGICO DE TRIQUIASE C/ OU S/ ENXERTO
04.05.01.020-6	PUNCTOPLASTIA
04.05.02.001-5	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)
04.05.02.002-3	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)
04.05.03.003-7	CRIOTERAPIA OCULAR
04.05.03.004-5	FOTOCOAGULACAO A LASER
04.05.03.005-3	INJECAO INTRA-VITREO
04.05.03.007-0	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL
04.05.03.009-6	SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.010-0	TRATAMENTO CIRURGICO DE DEISCENCIA DE SUTURA DE ESCLERA
04.05.03.012-6	TRATAMENTO CIRURGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA
04.05.03.013-4	VITRECTOMIA ANTERIOR
04.05.03.015-0	VITRIOLISE A YAG LASER
04.05.03.019-3	PAN-FOTOCOAGULAÇÃO DE RETINA A LASER
04.05.03.021-5	RETINOPEXIA PNEUMATICA
04.05.03.022-3	REMOÇÃO DE OLEO DE SILICONE
04.05.03.023-1	REMOÇÃO DE IMPLANTE EPISCLERAL
04.05.04.001-6	CORRECAO CIRURGICA DE LAGOFTALMO
04.05.04.006-7	ENUCLEACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.007-5	EVISGERACAO DE GLOBO OCULAR
04.05.04.010-5	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR

[Handwritten signature]

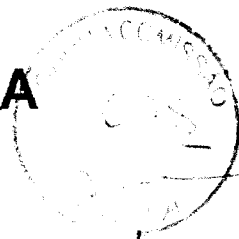


[Handwritten signature]



Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



04.05.04.013-0	INJECAO RETROBULBAR / PERIBULBAR
04.05.04.020-2	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL
04.05.04.021-0	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR
04.05.05.001-1	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA
04.05.05.002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER
04.05.05.003-8	CAUTERIZACAO DE CORNEA
04.05.05.004-6	CICLOCRIOCOAGULACAO / DIATERMIA
04.05.05.005-4	CICLODIALISE
04.05.05.006-2	CORRECAO DE ASTIGMATISMO SECUNDARIO
04.05.05.007-0	CORRECAO CIRURGICA DE HERNIA DE IRIS
04.05.05.008-9	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA
04.05.05.009-7	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.010-0	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.011-9	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA
04.05.05.012-7	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER
04.05.05.014-3	IMPLANTE INTRA-ESTROMAL
04.05.05.015-1	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO
04.05.05.016-0	INJECAO SUBCONJUTIVAL / SUBTENONIANA
04.05.05.017-8	IRIDECTOMIA CIRURGICA
04.05.05.019-4	IRIDOTOMIA A LASER
04.05.05.020-8	PARACENTESE DE CAMARA ANTERIOR
04.05.05.021-6	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL
04.05.05.022-4	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL
04.05.05.024-0	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CAMARA ANTERIOR DO OLHO
04.05.05.025-9	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA
04.05.05.026-7	SINEQUIOLISE A YAG LASER
04.05.05.028-3	SUBSTITUICAO DE LENTE INTRA-OCULAR
04.05.05.029-1	SUTURA DE CONJUNTIVA
04.05.05.030-5	SUTURA DE CORNEA
04.05.05.032-1	TRABECULECTOMIA
04.05.05.036-4	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO
04.05.05.037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL
04.05.05.039-9	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE Córnea
04.05.05.040-2	RADIAÇÃO PARA CROSS LINKING CORNEANO
07.02.07.004-1	ESFERA DE MÜLLER





Município de Vitória da Conquista/BA

www.pmvc.com.br



Cláusula Segunda – Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato ora aditado que não contrariem o presente termo aditivo.

E, por estarem, assim, ajustados, assinam o presente **TERMO ADITIVO**, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também o assinam, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Vitória da Conquista - BA, 02 de abril de 2018.

Assinatura:

Pelo Município de Vitória da Conquista:


Herzem Gusmão Pereira
Prefeito


Ceres Neide Almeida Costa
Secretária Municipal de Saúde Interina

Pela CONTRATADA:


RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE
SIMPLES LTDA EPP

08.822.105/0004-80
RETINA EYE CLINIC SIS LTDA-EPP.
AV. FREI BENJAMIM, 2472
BAIRRO BRASIL - CEP: 45.051-075
VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

TESTEMUNHAS:

1. _____

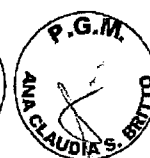
2. _____

CPF: _____

CPF: _____

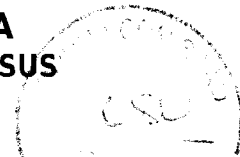
RG: _____

RG: _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	28/03/2019 08:26:45
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Silvana Pinto Neves Reis
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Silvana Pinto Neves Reis	Prezada Senhora, Cumprimentando-a cordialmente, solicitamos a V.Sª. providências necessárias para emissão de parecer jurídico que possa orientar quant [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:

17035/2019

Data/Hora de origem:

28/03/2019 08:26:45

Local (Origem):

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Local (Destino):

SMS - Diretoria Administrativa

Resp. (Recebimento)

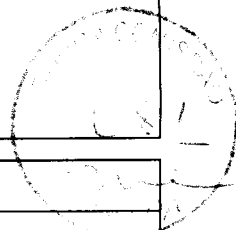
SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

VITÓRIA DA CONQUISTA

____/____/____

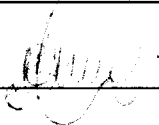


PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria Administrativa
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	28/03/2019 11:45:53
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC



Jaciane Ferraz de Oliveira
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria Administrativa
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Jaciane Ferraz de Oliveira	Sr. Secretário, Solicitamos de Vossa Senhoria os encaminhamentos necessários para deliberação e emissão de parecer jurídico, junto á procuradoria [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:

17035/2019

Data/Hora de origem:

28/03/2019 11:45:53

Local (Origem):

SMS - Diretoria Administrativa

Local (Destino):

SMS - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

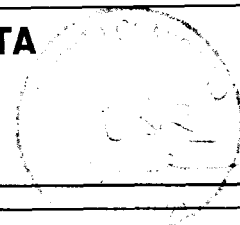
Resp. (Recebimento)

SMS - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VITÓRIA DA CONQUISTA ____/____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	28/03/2019 15:09:10
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

José Raimundo Costa Fernandes

Secretário Municipal de Saúde

Mat.: 04-243988

Monica Moreira Amorim
Responsável pelo envio

SMS - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Monica Moreira Amorim	Prezados, Solicitamos de Vossa Senhoria os encaminhamentos necessários para deliberação e emissão de parecer jurídico, junto a esta procuradoria da sa [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:

17035/2019

Data/Hora de origem:

28/03/2019 15:09:10

Local (Origem):

SMS - Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Local (Destino):

SMS - Procuradoria

Janete

Resp. (Recebimento)

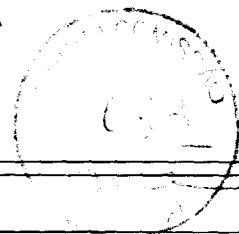
SMS - PROCURADORIA

VITÓRIA DA CONQUISTA

28/03/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - PROCURADORIA
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Procuradoria
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	04/04/2019 10:58:37
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Sandra Vieira Silva
Responsável pelo envio

SMS - Procuradoria
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Sandra Vieira Silva	De ordem da advogada Larissa Braga Silva, encaminhando o parecer convertido em Diligência do referido processo 17035/2019- SMS.

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
17035/2019

Data/Hora de origem:
04/04/2019 10:58:37

Local (Origem):
SMS - Procuradoria

Local (Destino):
SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Resp. (Recebimento)

SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS

VITÓRIA DA CONQUISTA

____/____/____



Processo nº 17035/2019 SMS

Órgão Interessado: Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS.

PARECER CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA

Trata-se de consulta formulada pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, para análise dos autos do processo nº 17035/2019, que versa sobre a possibilidade de elaboração de termo de rescisão ao contrato nº 198/2017 SMS, celebrado com a Pessoa Jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP.

Ocorre que, para solução do quanto solicitado, há que verificar as seguintes informações:

- Há valores a serem adimplidos junto à empresa?
- Qual a data do último pagamento? Se refere a qual competência?
- Qual a data da última prestação de serviço realizado pela empresa?
- Quando foi que a empresa entregou a agenda mensal dos serviços contratados ao Município?

Após a juntada das informações requeridas, deve o setor competente solicitar a abertura de Processo Administrativo Investigatório - PAI para apurar as infrações cometidas pela empresa, requerendo no pedido a suspensão imediata do (s) contrato (s), bem como a suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal.

Ressalva-se que tal pedido deve ser remetido à Diretoria Administrativa e esta solicitará ao Gabinete da Secretaria de Saúde que encaminhe a solicitação de abertura de PAI para a Secretaria de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral
www.pmvc.ba.gov.br



Havendo decisão da comissão processante a Secretaria de Saúde requererá a rescisão contratual.

À Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS.

Vitória da Conquista - BA, 04 de abril de 2019.

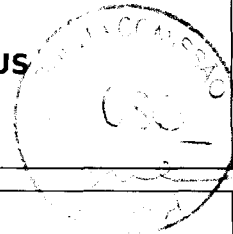
Larissa Braga Silva

Advogada do Município

OAB/BA 37.765 – Mat. 24.431-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	10/04/2019 16:42:48
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Rosângela França Oliveira
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Rosângela França Oliveira	Prezada Coordenadora, Retificamos informação anterior, de modo que onde se lê: Encaminhamos a Vossa Senhoria o processo 17036/2019 e solicitamos informação [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:

17035/2019

Data/Hora de origem:

10/04/2019 16:42:48

Local (Origem):

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Local (Destino):

SMS - Coordenação da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados

Resp. (Recebimento)

SMS - COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE
REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES
ESPECIALIZADOS

VITÓRIA DA CONQUISTA

____/____/____

32
14/04/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO

87


INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	28/03/2019 08:26:45
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Silvana Pinto Neves Reis
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação
do SUS
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Silvana Pinto Neves Reis	Prezada Senhora, Cumprimentando-a cordialmente, solicitamos a V.Sª. providências necessárias para emissão de parecer jurídico que possa orientar quant [...] 



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE

www.pmvc.ba.gov.br



DA: Procuradoria da Secretaria Municipal de Saúde

Para: Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

PROCESSO nº 17035/2019 SMS

Órgão interessado: Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS.

DILIGÊNCIA

Em resposta a diligência de n.º 17035/2019 da pagina 75 do processo em andamento do prestador RETINA EYE SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP. Tratando-se de consulta formulada pela Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, para análise dos autos do processo, que versa sobre a possibilidade de elaboração de termo de recessão ao contrato n.º 198/2017 SMS, celebrando com a Pessoa Jurídica RETINA EYE SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP. Solicitando as seguintes informações:

- Há valores a serem adimplidos junto à empresa?

Com relação aos valores a serem executados junto a empresa está informação precisa ser verificada com o setor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que nosso setor não tem acesso as estas informações.

- Qual a data do último pagamento? Se refere a qual competência? Segundo arquivo digital do setor de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde o último pagamento realizado ao prestador RETINA EYE SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, foi em maio de 2018 referente a competência de maio de 2018 no valor de R\$ 1.972,58 (Mil novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

- Qual a data da última prestação de serviço realizado pela empresa?

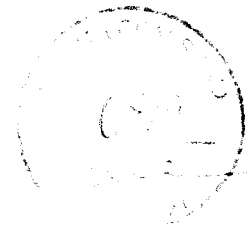
749



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE

www.pmvc.ba.gov.br



A última data da prestação de serviço realizado pelo prestador RETINA EYE SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP foi em 02/08/2018. -Quando foi à empresa entregou a agenda mensal dos serviços contratados ao município? Último mês que prestador RETINA EYE SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, encaminhou a agenda para a Central de Regulação de Procedimentos de Exames Especializados foi no mês de agosto de 2018 via email do serviço, conforme documentação em anexo.

Colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria, para qualquer eventual esclarecimento.

Atenciosamente,

Maria Aparecida Moraes Rodrigues

Coordenação da Central de Regulação de Procedimentos
de Exames Especializados

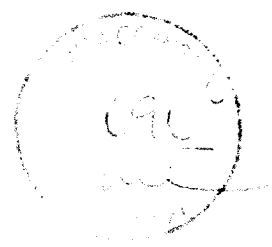
Re: Agenda SUS AGOSTO

iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

Qui, 02/08/2018 10:22

Para: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com>

Bom Dia!!!



Data: 31/08/2018

Mapeamento de Retina: 1 paciente as 14:30Hs

1 paciente as 14:45Hs

Médico: Dr. Jorge Rocha. MD, PhD

Atenciosamente,

FILIAL 3: RETINA EYE CLINIC S/S LTDA - EPP

Noma Fantasia: Casa do Olho

Data de abertura: 21/02/2014

Av. Frei Benjamim, Nº 2472 Bairro Brasil, CEP: 45.051-075, Vitória da Conquista-Ba

CNPJ: 08.822.105/0004-80

Insc. Estadual: Isento

Insc. Municipal: 530050

CREMEB: 7729

CNES: 7508077

A iRetina Eye Institute é uma instituição médica oftalmológica, subespecializada no diagnóstico e tratamento das doenças que acometem a retina e vítreo como: Retinopatia diabética, hemorragia vítrea, descolamento de retina, degeneração senil da mácula, oclusões vasculares da retina, etc.

As instalações foram devidamente projetadas para o melhor conforto do paciente. Coordenada pelo Dr. Jorge Rocha, especializado em Retina e Vítreo pelo Doheny Eye Institute da Califórnia, EUA, com Doutorado pela USP/ São Paulo e várias contribuições científicas em congresso e publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Nós trabalharemos arduamente para fortalecer ainda mais o nosso relacionamento e certos de que o nosso trabalho conjunto proporcionará soluções Premium aos nossos pacientes, mais uma vez agradeço a confiança.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Dr. Jorge Rocha,

CRM-Ba 11552

Founding Board of Director RWC(Retina World Congress)

Diretor iRetina Eye Institute

Diretor de Relações Internacionais da SBRV(Sociedade Brasileira de Retina e Vítreo)

Secretário da SBO(Sociedade Brasileira de Oftalmologia)

Em 1 de agosto de 2018 13:56, CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcmc@hotmail.com> escreveu:

Boa Tarde!

12/04/2019

Email – CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA – Outlook

Solicitamos o quanto antes a agenda de atendimento SUS do mês de Agosto.

Att.
GERÊNCIA CASR - CRPEE.

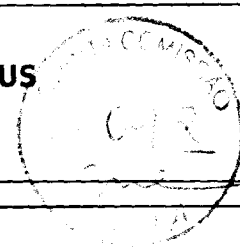


iRetina Eye Institute
55 71 3018 4444
55 71 3018 3332

www.iretina.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	15/05/2019 18:29:18
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Silvana Pinto Neves Reis
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Silvana Pinto Neves Reis	Maria Aparecida, Favor rever respostas da DILIGÊNCIA do referido do processo, pois observamos, que o ultimo pagamento foi realizado em julho/2018 (competência maio/2018). Outra sit [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
17035/2019

Data/Hora de origem:
15/05/2019 18:29:18

Local (Origem):
SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Local (Destino):
SMS - Coordenação da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados

Resp. (Recebimento)

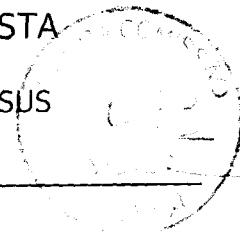
SMS - COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS

VITÓRIA DA CONQUISTA

____/____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 15 de maio de 2019

Maria Aparecida,

Favor rever respostas da DILIGÊNCIA do referido do processo, pois observamos, que o ultimo pagamento foi realizado em julho/2018 (competência maio/2018). Outra situação, que nos chamou atenção foi que em junho/2018 não houve processamento da produção. A agenda foi disponibilizada? Em relação a julho/2018, houve disponibilidade de agenda? Pois, consta o processamento de uma produção no valor de R\$150,44 (cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Além disso, verificamos que foi informado que o ultimo serviço prestado foi em agosto/2018, no entanto, a unidade disponibilizou 02 vagas apenas de mapeamento de retina, o que caracteriza o não cumprimento do contrato e não consta processamento desta produção.

SILVANA PINTO NEVES REIS

DIRETORA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
 24438-7

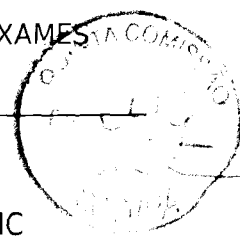
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS - SMS

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
 Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
 Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES
ESPECIALIZADOS



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 24 de maio de 2019

Em resposta ao GEP: 17035/2019 referente a DILIGÊNCIA do prestador RETINA EYE CLINIC, no que se refere a classificação de pagamento das competências mensais dos prestadores a Central de Regulação de Procedimentos de Exames Especializados - CRPEE, não tem acesso ao processo de pagamento, sugerimos orientação do setor financeiro da Secretaria Municipal de Saúde.

Com relação aos encaminhamentos das agendas enviadas pelo prestador de janeiro a agosto de 2018. A CRPEE só lançou na grade os procedimentos disponibilizados pelo prestador mesmo não atendendo o que estava descrito no contrato. Segue em anexo, cópia do relatório de marcação realizada pela CRPEE conforme nos foi encaminhado.

Na oportunidade reforçamos que o prestador desde o início do contrato não executou o contrato na totalidade.

Sem mais para o momento, dispomos-nos para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

MARIA APARECIDA MORAES RODRIGUES

COORDENADORA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS

03863-8

COORDENAÇÃO DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE PROCEDIMENTOS E EXAMES ESPECIALIZADOS - SMS

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
 Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
 Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901



Handwritten signature/initials

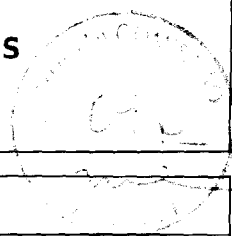
Relatório dos procedimentos ofertados, agendados e Realizados para Clínica I Retina ano 2018.

Dia	Unidade	Profissional	Agenda	Disp.	Agendado	Realizado
06/02/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	3	0	2
01/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	10	10
01/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - GONIOSCOPIA	0	20	0
01/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	6	14
02/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	1	9
02/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - GONIOSCOPIA	0	10	0
02/03/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	1	9
05/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	11	39
05/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	CLAUDIA NOGUEIRA UZEDA DA SILVA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	2	8
05/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - BIOMETRIA ULTRASSONICA (ECOBIMETRIA)	0	3	0
05/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	12	43
05/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - CERATOMETRIA	0	4	0
06/04/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	CLAUDIA NOGUEIRA UZEDA DA SILVA	02.11.06.000-0 - TONOMETRIA	0	1	0
03/05/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	50	0
03/05/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	CLAUDIA NOGUEIRA UZEDA DA SILVA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	30	0
03/05/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	45	0
07/06/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	0	2
07/06/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - TONOMETRIA	1	0	1
07/06/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	1	1
20/07/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	03.01.01.000-0 - CONSULTA MEDICA EM OFTALMOLOGIA	0	0	2
20/07/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	0	3
31/08/2018	I RETINA EYE INSTITUTE - 3421-0656	JORGE CARLOS PESSOA ROCHA	02.11.06.000-0 - MAPEAMENTO DE RETINA	0	2	0





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	18/09/2019 09:25:38
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO N°198/2017- RETINA EYE CLINIC

Tamaiane Fernandes Silva Teixeira
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS
Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO N°198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Tamaiane Fernandes Silva Teixeira	Prezada Conforme PARECER CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA Processo nº17035/2019 SMS, solicitamos a abertura de Processo Administrativo Investigatório para apurar as infra&ccedi [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
17035/2019

Data/Hora de origem:
18/09/2019 09:25:38

Local (Origem):

SMS - Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Local (Destino):

SMS - Diretoria Administrativa

Resp. (Recebimento)

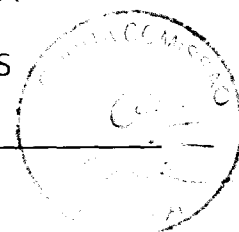
SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

VITÓRIA DA CONQUISTA

____/____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 18 de setembro de 2019

Prezada

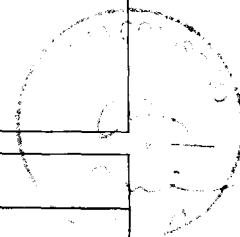
Conforme PARECER CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA Processo nº17035/2019 SMS, solicitamos a abertura de Processo Administrativo Investigatório para apurar as infrações cometidas pela empresa.

Sem mais para o momento, desde já agradeço

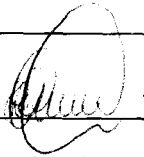

TAMAIANE FERNANDES SILVA TEIXEIRA
ENFERMEIRA
23877-0
DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS - SMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Diretoria Administrativa
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	18/09/2019 15:19:19
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC
 Hayka Lima Gonçalves Responsável pelo envio	SMS - Diretoria Administrativa Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Hayka Lima Gonçalves	Encaminhamos o presente documento para demais providências.

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:
17035/2019

Data/Hora de origem:
18/09/2019 15:19:19

Local (Origem):
SMS - Diretoria Administrativa

Local (Destino):
SMS - Procuradoria

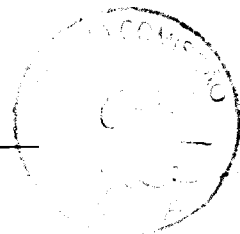
Resp. (Recebimento)

SMS - PROCURADORIA

VITÓRIA DA CONQUISTA ____/____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DE SAÚDE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 19 de setembro de 2019

Senhor Secretário,

Solicitamos de Vossa Senhoria, os encaminhamentos necessários para abertura de Processo Administrativo Investigatório, para apurar as infrações cometidas pela empresa, conforme solicitado pela Diretoria de Regulação Avaliação e Controle do Sus.

Sem mais para o momento, agradecemos.

Atenciosamente;


HAYKA LIMA GONÇALVES
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
20272-6
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - SMS

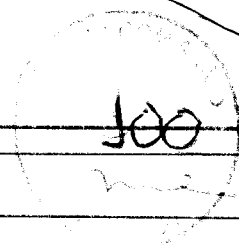
Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

512


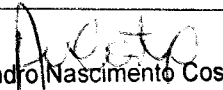




PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SMS - GABINETE DO SECRETÁRIO
COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO



INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO

Local (Setor)	SMS - Gabinete do Secretário
Protocolo (Nº)	17035/2019
Data e hora	19/09/2019 15:49:41
Texto de envio	NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC
 Monica Moreira Amorim Responsável pelo envio	 Alessandro Nascimento Costa Secretário de Saúde Mat: 244913 SMS - Gabinete do Secretário Responsável do Setor

RELAÇÃO DE PROTOCOLOS

Descrição	Detalhamento do Protocolo
Comunicação Interna NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC SMS Monica Moreira Amorim	Senhor Secretário, Solicitamos de Vossa Senhoria, os encaminhamentos necessários para abertura de Processo Administrativo Investigatório, para apurar as [...]

RECIBO

Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Protocolo Nº:

17035/2019

Data/Hora de origem:

19/09/2019 15:49:41

Local (Origem):

SMS - Gabinete do Secretário

Local (Destino):

SEMAD - Gabinete do Secretário

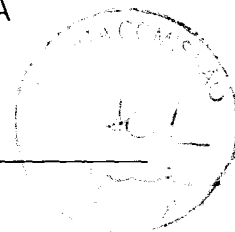
Resp. (Recebimento)

SEMAD - GABINETE DO SECRETÁRIO

VITÓRIA DA CONQUISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO



Protocolo - **17035/2019**


NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO N°198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 30 de setembro de 2019

Ao PAD

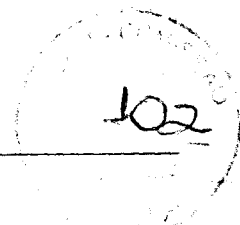
Diante da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, encaminho a Vossa Senhoria para análise e providências.

Atenciosamente,


KAIRAN ROCHA FIGUEIREDO
SECRETÁRIO
24316-3
GABINETE DO SECRETÁRIO - SEMAD

30 09 19
92
Otília Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PAD/SEMAD



Protocolo - **17035/2019**

NOTIFICAÇÃO - (FAZ) DESCUMPRIMENTO AO CONTRATO Nº198/2017- RETINA EYE CLINIC

Vitória da Conquista, 30 de setembro de 2019

À Ilma. Dr^a. Nadjara Lima Régis

Procuradora Geral do Município de Vitória da Conquista

Encaminho a denúncia anexa, para análise e emissão de parecer, pelo Procurador Municipal Dr. Christiano Lemos Ferreira, quanto à abertura de procedimento investigatório em desfavor da empresa RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 08.822.105/0004-80.

Respeitosamente,

A Procuradora: <u>PAS</u>	
Para Análise Jurídica e, se for o caso, a adoção de providências, de acordo com o solicitado	
<u>[Assinatura]</u>	Data: <u>30/9/19</u>
Procurador(a) Geral	

Nadjara Lima Régis
Procuradora Geral
Mat.: 24473-5

[Assinatura]
YARACI CHAVES SOUZA LIMA
TEC. NÍVEL SUPERIOR
24425-2
PAD/SEMAD - SEMAD

102/10/19

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município

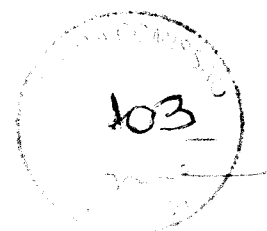
PARECER Nº 156/2019.

24 de Maio
para análise e
decisão em
23/10/19

Consulta: Análise Jurídica quanto à instauração de Processo Administrativo

Consulente: Secretaria Municipal de Saúde – Diretoria de Regulação Controle e Avaliação SUS.

Handwritten signature

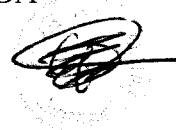


21/10/19
Handwritten signature

A Secretaria Municipal de Saúde - SMS solicita análise acerca do pedido de abertura de Procedimento Administrativo para que seja apurada falta relacionada ao descumprimento das cláusulas contratuais, referente ao CONTRATO nº 198/2017, o qual figura como partes o MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA e RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.822.105/0004-80, tal contratação se faz nos moldes do Processo de Credenciamento nº 113.522/2017, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

A solicitação é acompanhada de cópia do CONTRATO nº 197-2017, Termo Aditivo e seus anexos, notificação, reclamações de usuários, documentos de diligências quanto aos serviços prestados e outros que auxiliam a instrução do pedido.

A denúncia se baseia em descumprimentos de cláusulas contratuais sensíveis, pois, de acordo com a mesma, a referida empresa não tem enviado a agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, se negando, também, a realizar procedimentos oftalmológicos, sendo

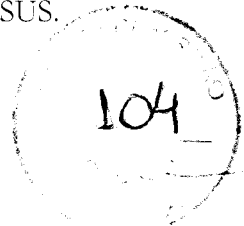




Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município

notificada para que se cumpra o cronograma e realize os serviços contratados, contudo, sem resposta, causando um imenso prejuízo aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

É o relatório.



Pelo contexto fático, a empresa supracitada descumpriu cláusulas contratuais em especial a 2.3, dentre outras, não disponibilizando a agenda de procedimentos para o controle da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados, causando, com isso, prejuízo para a Administração Pública Municipal e reflexos negativos para a coletividade que é usuária do serviço.

Da análise da documentação apresentada, apesar do apelo constante em notificação, a empresa se nega a apresentar agenda de procedimentos, bem como realizar alguns dos procedimentos já pactuados, restando claro o descumprimento contratual.

A Lei nº 8.666/93 além de dispor sobre licitações e contratos com a administração pública, regula instrumentos jurídicos a fim de garantir a exata execução dos contratos administrativos, preservando assim, o interesse público.

O artigo 66 da referida Lei federal, dispõe que:

“Art. 66 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”

Segundo o escólio de MARÇAL JUSTEN FILHO (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, Dialética, p. 810), **“O dispositivo consagra o princípio geral da obrigatoriedade das convenções. Cada parte tem o dever de cumprir as prestações que lhe incumbem na forma, tempo e local previstos contratualmente...”**.

No que diz respeito à legislação que regulamenta a rescisão de contratos administrativos, o art. 58, **caput** e inciso II, e arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, assinalam que o regime jurídico dos contratos administrativos instituídos por esta Lei confere à Administração, em relação a eles,



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município



a prerrogativa de rescindi-los unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do art. 79, bem como incisos I e IV, do art. 78, ambos da Lei de Licitações.

Com efeito, o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, prevê a rescisão unilateral, como sendo aquela que ocorre quando a Administração Pública por motivo de inadimplemento contratual por parte do contratado ou em razão de interesse público decide por fim ao contrato entabulado, antes que seu prazo de vigência tenha extrapolado, sendo prerrogativa concedida em favor da Administração.

No caso exposto, a não disponibilização da agenda com todos os procedimentos pactuados para prestação dos serviços oftalmológicos, bem como a negativa na realização de alguns procedimentos é motivo suficiente para que haja rescisão contratual, configurando descumprimento de cláusula em contrato firmado, conforme a previsão do artigo 78, incisos I e IV, *in verbis*:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;”

(...)

Dessa forma, diante do prejuízo à Administração e, conseqüentemente, à sociedade, a lei exige do Gestor uma conduta que observe os interesses da coletividade com vistas a proteger o interesse público.

Nesse sentido, se a continuidade da execução contratual não tem proveito ou é nociva, importa que a Administração formalize a rescisão do contrato, independentemente da vontade do contratado.

Contudo, o texto legal vai mais além e estabelece que as razões de interesse público sejam duplamente qualificadas, têm de ser de alta relevância e de amplo conhecimento. A alta relevância está ligada não somente às lesões que o erário vai enfrentar com a manutenção do contrato, mas principalmente ao atendimento à população usuária do serviço de saúde pública. E



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município



o amplo conhecimento não se refere à notoriedade do fato, tendo relação com a inexistência de dúvida em relação ao risco de lesão.

Dessa maneira, esta Procuradoria entende ser juridicamente possível a rescisão unilateral do contrato administrativo nº 197/2017, pelos fatos e fundamentos explanados, tendo como base legal o artigo 78, incisos I e II, e artigo 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93.

Importante frisar que a Lei das Licitações tutela as sanções administrativas, uma delas é a multa, a ser aplicada nos casos de atrasos injustificados ou inexecução do contrato, senão vejamos:

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

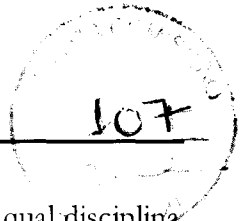
III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.”

(...)

Desse modo, em conformidade com os dispositivos colacionados, os contratos nº 198/2017, prevê em sua Cláusula Décima Sexta as penalidade aplicáveis à empresa em virtude do descumprimento contratual.

Todas estas questões deverão ser objeto de análise no bojo do processo administrativo pela Comissão processante. Nesse sentido, válido ventilar a necessidade da aplicabilidade da Lei



Federal nº 8.666/93 em consonância com o Decreto Municipal nº 18.484/2018, o qual disciplina a matéria do processo administrativo em face de empresas.

O decreto nº 18.484, de 13 de março de 2018, em seu capítulo III, elenca quais são as sanções administrativas que podem ser aplicadas em caso de descumprimento contratual. São elas:

Art. 58 Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, mediante a regular tramitação de processo administrativo de inadimplência, serão aplicadas as seguintes sanções:

I – Advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II – Multa: na forma prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato;

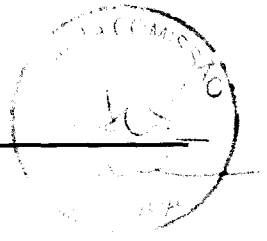
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Ainda quanto à aplicação das penalidades, cabe colacionar alguns entendimentos:





**“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. LICITAÇÃO.
INTERPRETAÇÃO DO ART. 87 DA lei 8.666/93.**

**1. Acolhimento, em sede de recurso especial, do acórdão de segundo grau assim ementado (fl. 186): DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INADIMPLEMENTO. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 87, LEI 8.666/93. MANDADO DE SEGURANÇA. RAZOABILIDADE.
(...)**

2. O art. 87, da lei 8.666/93, não estabelece critérios claros e objetivos acerca das sanções decorrentes do descumprimento do contrato, mas por óbvio existe uma gradação acerca das penalidades previstas nos quatro incisos do dispositivo legal.

3. Na contemporaneidade, os valores e princípios constitucionais relacionados à igualdade substancial, justiça social e solidariedade, fundamentam mudanças de paradigmas antigos em matéria de contrato, inclusive no campo do contrato administrativo que, desse modo, sem perder suas características e atributos do período anterior, passa a ser informado pela noção de boa-fé objetiva, transparência e razoabilidade no campo pré-contratual, durante o contrato e pós-contratual.

4. Assim deve ser analisada a questão referente à possível penalidade aplicada ao contratado pela Administração Pública, e desse modo, o art. 87, da lei 8.666/93, somente pode ser interpretado com base na razoabilidade, adotando, entre outros critérios, a própria gravidade do descumprimento do contrato, a noção de adimplemento substancial, e a proporcionalidade.

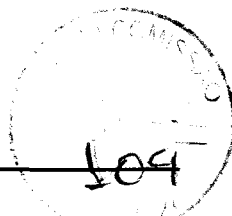
(...)”

(REsp 914.087/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2007, DJ 29/10/2007, p. 190)





Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município



Assim, é notório que o entendimento dos tribunais caminha no sentido de que tais penas somente devem ser aplicadas após passarem pelo crivo dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Neste sentir, temos as contribuições dos seguintes doutrinadores:

Ao analisar os diversos princípios vitais para a garantia da ordem pública, Antônio José Calhau de Resende, define o princípio da razoabilidade da seguinte forma:

“A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato”.

No mesmo sentido, José Roberto Oliveira Pimenta em sua obra *Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade no Direito Administrativo Brasileiro*, p. 473 diz:

“Neste prisma, constata-se que a administração pública, ao exercer suas funções, deve primar pela razoabilidade de seus atos a fim de legitimar as suas condutas, fazendo com que o princípio seja utilizado como vetor para justificar a emanção e o grau de intervenção administrativa imposto pela esfera administrativa ao destinatário”.

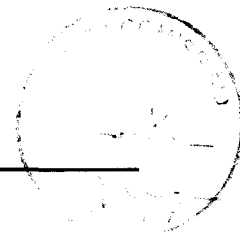
O novo Decreto Municipal 18.484/2018, em seu art. 12º, traz em seu bojo um novo rol de procedimentos investigatórios, classificando-os da seguinte maneira em seus incisos I, II, III:

I – Investigação Preliminar (IP) – quando a representação não dispor de elementos de autoria e materialidade do fato denunciado;

II - Processo Administrativo de Inadimplência (PAI) – quando o fato denunciado configurar apenas a prática de condutas ilícitas listadas nas Leis Federais n.º 8.666/1993, 8.987/1995, 10.520/2002 e 12.462/2011, ou em leis municipais;



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
Procuradoria Geral do Município



III – Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) – nas situações em que a representação versar sobre atos lesivos à Administração Pública Municipal, nos termos do art. 7º deste Decreto, bem como os tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013.

No caso em tela, entende essa Procuradoria que caberá a instauração do PAI – Processo Administrativo de Inadimplência, pois os fatos denunciados versam sobre práticas e condutas ilícitas listadas nas Leis Federais nº 8.666/1993, 8.987/1995, 10.520/2002 e 12462/2011.

Ressalte-se que a empresa deve ser notificada para apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias consoante art. 34, do Decreto nº 18.484/2018, contados do recebimento da citação, bem como as provas que pretenda produzir.

Destarte, esta Procuradoria opina pela instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA (PAI)** em face da Empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 08.822.105/0004-80, respeitando os ditames da Lei Federal nº 8.666/1993, assim como o procedimento disciplinado no Decreto Municipal nº 18.484/2018, a fim de apurar a denúncia em tela, e possível responsabilidade administrativa, civil e penal do(s) envolvido(s).

É o parecer.

Vitória da Conquista, 17 de outubro de 2019.

Christiano L. Ferreira
Procurador
OAB/BA 16.976 - Mat. 241958



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

111

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.822.105/0004-80 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/02/2014
NOME EMPRESARIAL RETINA EYE CLINIC S/S LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CASA DO OLHO		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 4-0 - Sociedade Simples Limitada		
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****
UF *****		
ENDEREÇO ELETRÔNICO celsosantanna1@hotmail.com		TELEFONE (71) 3013-4444/ (71) 3013-4444
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/05/2021
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL EXTINCAO P/ ENC LIQ VOLUNTARIA		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 09/02/2022 às 16:14:41 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Vitória da Conquista, 14 de fevereiro de 2022.

Ofício nº. 072/2022 - PAD

À RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

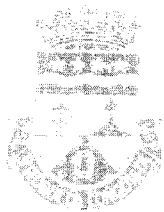
CNPJ: 08.822.105/0004-80

Av. Frei Benjamim, 2472 – Bairro Brasil

Vitória da Conquista – BA

CEP: 45051-075

Na condição de Presidente da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria SMTC nº 089, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022 e no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no período de 07 a 14 de fevereiro de 2022, instaurado para apurar representação de irregularidades praticadas, em tese, no âmbito do Credenciamento nº 13.522/2017, Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em virtude de ter a denunciada descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86º e 87º da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

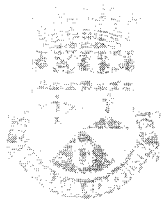
Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, considerando que os fatos denunciados podem configurar situações descritas como puníveis, sendo passível, portanto, da aplicação das penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, fica a empresa *RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP*, inscrita no *CNPJ sob o nº 08.822.105/0004-80*, CITADA na pessoa do seu representante legal, para, querendo, apresentar defesa e indicar as provas que pretende produzir, por escrito, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da citação, conforme o disposto no art. 34 do Decreto Municipal nº 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018, edição nº 2.080, ano 11, sob pena de revelia, uma vez que a tramitação do processo em epígrafe continuará independente da manifestação desta empresa, consoante as disposições contidas no art. 36, VII, do mesmo Decreto.

Ademais, informamos que os autos do processo encontram-se na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46 - Alto Maron, neste Município, que funciona de segunda a sexta-feira de 08h às 12h e 14h às 18h, à disposição para vistas ou extração de cópias fora da repartição, que só poderão ser concedidos ao representante legal ou procurador da empresa legalmente habilitado nos autos. Impende destacar que a defesa pode ser promovida por representante legal ou advogado legalmente constituído nos autos, devendo a mesma ser entregue no local e horário supracitados.

Por seu turno, fica a empresa ciente de que a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 é composta por 03 (três) servidores públicos municipais estáveis, a saber, Antônio Gabriel Oliveira Araújo (matrícula 07-19728-4, assistente administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e do

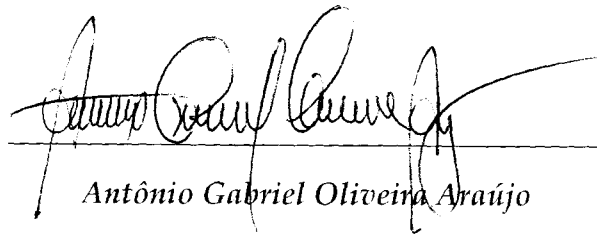


PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

111
V

Controle), Andréia Santos Azevêdo Damaceno (matrícula 07-14900-0, administradora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação) e Meg de Sousa Marques (matrícula 07-18644-4, agente administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação), que se reúne às segundas-feiras, das 08h às 12h, e às quartas-feiras, das 14h às 18h, na sala das Comissões de Processos Administrativos situada na Rua João Norberto n.º 46, Alto Maron, neste Município.

Segue, em anexo, mídia com cópia digitalizada dos autos contendo 111 (cento e onze) páginas.



Presidente




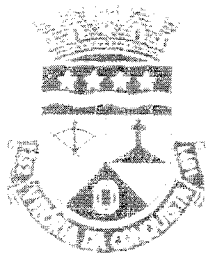
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Processo Administrativo Disciplinar
www.pmvc.ba.gov.br

CERTIDÃO

Certifico que não pude dar cumprimento ao Ofício n.º 072/2022- PAD, vez que ao me dirigir ao imóvel situado na Av. Frei Benjamim, n.º 2472, Bairro Brasil, neste município, no dia 15 fevereiro de 2022, às 08hs:20min. constatei que estabelecimento comercial não mais funciona no endereço supracitado, segundo o Sr. de codinome “Lucas”, sendo incerto e não sabido seu endereço. O referido é verdade e dou fé.

Vitória da Conquista – BA, 17 de fevereiro de 2022.


Rielson Mendes de Souza Lima
Matrícula n.º 07-11047-2



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

116

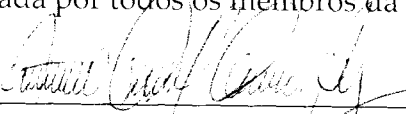
Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

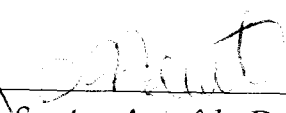
Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

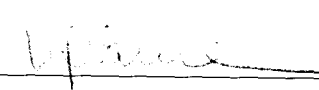
Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 09h30min, na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, CEP. 45.005-040, Alto Maron, Nesta, aí presentes *Antônio Gabriel Oliveira Araújo, Andréia Santos Azevêdo Damaceno e Meg de Sousa Marques*, respectivamente presidente e vogais da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada por meio da Portaria nº 089/2022, devidamente publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista entre os dias 07 a 14 de fevereiro de 2022 e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, em razão do Ofício nº 072/2022 - PAD, referente a citação destinada à denunciada não ter sido entregue, conforme Certidão a folha 115, **DELIBEROU-SE** por encaminhar a Citação da pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ nº 08.822.105/0001-80, ao endereço do sócio, Sr. Jorge Carlos Pessoa Rocha, condizente Contrato nº 198/2017 SMS. E para constar, eu, Antônio Gabriel Oliveira Araújo, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.


Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente


Andréia Santos Azevêdo Damaceno
Membro


Meg de Sousa Marques
Secretária



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS

Vitória da Conquista, 21 de fevereiro de 2022.

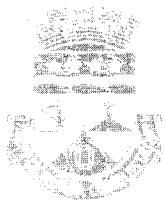
Ofício nº. 120/2022 - PAD

À RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

A/C.: [REDACTED]

Rua Anthenor Tubinambá, nº 227, Apto 402, Ed. Rafaello Sanzio, Pituba
Salvador – BA
CEP: 41810-680

Na condição de Presidente da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria SMTC nº 089, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022 e no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no período de 07 a 14 de fevereiro de 2022, instaurado para apurar representação de irregularidades praticadas, em tese, no âmbito do Credenciamento nº 13.522/2017, Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em virtude de ter a denunciada descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86º e 87º da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações

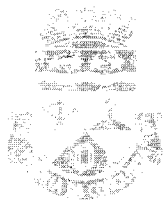


PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br

contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, considerando que os fatos denunciados podem configurar situações descritas como puníveis, sendo passível, portanto, da aplicação das penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, bem como do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, fica a empresa *RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP*, inscrita no *CNPJ sob o nº 08.822.105/0004-80*, CITADA na pessoa do seu representante legal, para, querendo, apresentar defesa e indicar as provas que pretende produzir, por escrito, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da citação, conforme o disposto no art. 34 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018, edição n.º 2.080, ano 11, sob pena de revelia, uma vez que a tramitação do processo em epígrafe continuará independente da manifestação desta empresa, consoante as disposições contidas no art. 36, VII, do mesmo Decreto.

Ademais, informamos que os autos do processo encontram-se na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, n.º 46 - Alto Maron, neste Município, que funciona de segunda a sexta-feira de 08h às 12h e 14h às 18h, à disposição para vistas ou extração de cópias fora da repartição, que só poderão ser concedidos ao representante legal ou procurador da empresa legalmente habilitado nos autos. Impende destacar que a defesa pode ser promovida por representante legal ou advogado legalmente constituído nos autos, devendo a mesma ser entregue no local e horário supracitados.

Por seu turno, fica a empresa ciente de que a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 é composta por 03 (três) servidores públicos municipais estáveis, a saber, Antônio Gabriel Oliveira Araújo (matrícula 07-19728-4, assistente administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e do



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

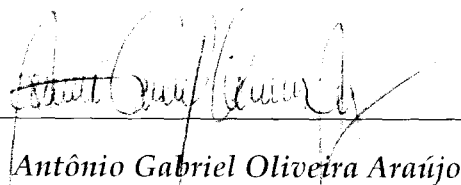
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

Controle), Andréia Santos Azevêdo Damaceno (matrícula 07-14900-0, administradora, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação) e Meg de Sousa Marques (matrícula 07-18644-4, agente administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Gestão e Inovação), que se reúne às segundas-feiras, das 08h às 12h, e às quartas-feiras, das 14h às 18h, na sala das Comissões de Processos Administrativos situada na Rua João Norberto n.º 46, Alto Maron, neste Município.

Os autos digitalizados do PAI nº 006/2022, contendo 111 (cento e onze) páginas, podem ser acessados através do link: encurtador.com.br/pBEIO.



Presidente

PMVC - SEMAD - PAD
JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes
autos AR - BR 30498-60564

Impressante em cartaz
de citacao

Em 02/03/22

Ass [assinatura]

Rastreamento

BR 334 985 608 BR

Digite seu CPF/CNPJ ou até 20 códigos de objetos.

AA123456785BR

Figura o texto convido a imagem



REGISTRADO CONVENCIONAL

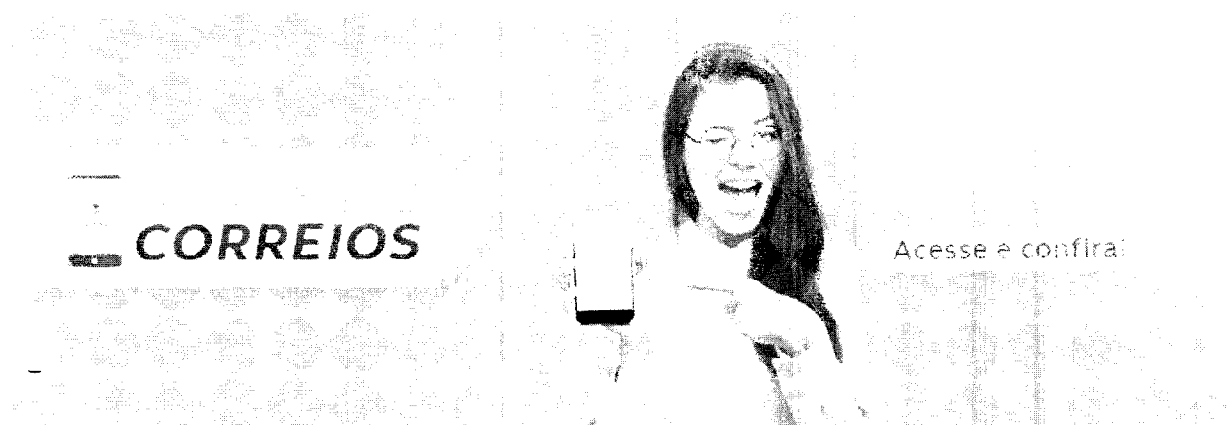
Objeto entregue ao destinatário

23:02:2022 13:35

Objeto salvo para entrega ao destinatário

7/1/2008 - BA
7/1/2008 12:33

Obieto postado:

VITTORIA DA CONQUISTA - 60
1971/2 1972/3

File Conosco

- ☐ **Atividade de Leitura**
- ☐ **Atividade de Aprendizagem**
- ☐ **Soluções para o seu negócio**

PMVC - SEMAD - PAD
JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos

licenciamento de
veículo entregue pela
autorizadora

Em 08/03/2011

Ass. [assinatura]

Salvador, 4 de março de 2022.

PMVC - SEMAD - PAD
PROTOCOLO
Recebido em 04/03/2022
Quant. de folhas: 16 (dezesseis)
Ass: [assinatura] 15/11

Ilmo. Sr. Antônio Gabriel Oliveira Araújo

Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022

RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-38, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Edf. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 411, 412, 601 e 602, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-020, neste ato representada pelo seu advogado infrafirmado, constituído mediante procuração anexa, tomando ciência da notificação no presente processo administrativo, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar **DEFESA**, expondo, ponderando e requerendo o quanto segue:

1 – DA PRECLUSÃO / PERDA DO OBJETO

Conforme se infere do PAD, o objeto do mesmo e a rescisão do contrato 198/2017 SMS, firmado entre a notificada e o Município de Vitória da Conquista, através da Secretaria Municipal de Saúde, porém o mesmo já está rescindido em virtude do decurso do tempo.

Conforme se infere da cláusula décima oitava, o contrato vigeria até 30 de novembro de 2019:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

18.1 A vigência inicial do presente contrato será de 02 (dois) anos, iniciando-se em 01 de dezembro de 2017 e terminando em 30 de novembro de 2019, prorrogável por períodos sucessivos, caso haja interesse da Administração, e enquanto o prestador cadastrado mantiver os mesmos requisitos exigidos para a classificação, previstos no Edital de Credenciamento.

Portanto, e tendo chegado ao termo final em 30 de novembro de 2019, e sem que o citado contrato fosse renovado pela

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Mury Da Silva Nogueira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab-porredorassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3d1a-f6fa-1d13-b951.

Administração, não há que se falar em rescisão do que já está rescindido, devendo, destarte, ser extinto o presente PAD em virtude da perda do objeto.

2 – DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Argui, ainda, a Notificada a prescrição intercorrente do presente PAD, uma vez que aberto em 28/03/2019, somente foi aberto o PAD em 07/02/2022, ou seja, o PAD ficou “em aberto” por mais de 02 anos, ocorrendo, destarte, a prescrição.

3 – DO MÉRITO

No mérito, melhor sorte não socorre à Administração, uma vez que a Notificada sempre disponibilizou agenda de consultas, comparecendo regularmente durante a vigência do contrato, conforme documentos anexos.

Por outro lado, a denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à Notificada, bem como não era fornecido à Contratada os materiais necessários para a fiel execução das atividades.

Observe-se que alega ter enviado à Notificada e-mails com as supostas solicitações, os quais não residem nos autos, sendo, portanto, totalmente desconhecidas as citadas solicitações pela Notificada.

Diante do exposto, resta claro que a Notificada não descumpriu o quanto pactuado, devendo ser arquivado o presente PAD.

Por fim, e a fim de demonstrar a boa fé da Notificada, esta não se escusa a assinar termo de rescisão contratual, com quitação recíproca, caso entenda ser necessário a fim de finalizar o presente PAD.

4 – CONCLUSÃO

Diante tudo o quanto exposto, pugna pela extinção do PAD pela preclusão, ou o reconhecimento da prescrição intercorrente, e, na inesperada hipótese o arquivamento do feito em razão da improcedência do mesmo, facultando a assinatura de rescisão contratual, com quitação recíproca, caso entenda ser necessário a fim de finalizar o presente PAD.

Atenciosamente,

ADRIANO MURICY

OAB/BA – 14.348

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-38, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Edt. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 411, 412, 601 e 602, Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-020, neste ato representada pelo sócio Jorge Carlos Pessoa Rocha, inscrito no CRM-BA 11.552, nomeia e constitui seu bastante e advogado, nesta Capital ou onde com esta se façam apresentar, [REDACTED], advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 14.348, com escritório profissional na [REDACTED] Center, sala 605, Candeal, Salvador, Bahia, CEP 40.280-901, Bahia, para defender os direitos e interesses da Outorgante para propor qualquer remédio jurídico necessário, em qualquer de suas instâncias, para o que lhes confere os poderes das cláusulas *ad judicium* e *et extra*, bem como, os especiais de transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromisso, podendo inclusive substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas, o presente mandato, ao que tudo dará por bom, firme e válido.///////

Salvador, 3 de março de 2022


RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.822.105/0001-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/04/2007
NOME EMPRESARIAL RETINA EYE CLINIC S/S LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) I RETINA EYE INSTITUTE			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 224-0 - Sociedade Simples Limitada			
LOGRADOURO AV TANCREDO NEVES		NÚMERO 1632	COMPLEMENTO ED. SALVADOR TRADE CENTER TORRE NORTE SALAS 411 412 601 602 603 604 605 E 606
CEP 41.820-020	BARRIO/DISTRITO CAMINHO DAS ARVORES	MUNICÍPIO SALVADOR	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO IRETINAEYE@GMAIL.COM		TELEFONE (71) 3013-4444	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/04/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/07/2021** às **12:19:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Para verificar as assinaturas vá ao site https://portalportaldeassinaturas.com.br/443 e utilize o código 0E1A-F6FA-7E16-B351

Este documento foi assinado digitalmente por Retina Eye Clinic Da Silva Posas.
 Para verificar as assinaturas vá ao site https://portalportaldeassinaturas.com.br/443 e utilize o código 0E1A-F6FA-7E16-B351

27/10/17

8ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA

CNPJ Nº 08.822.105/0001-38

125
54

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo - assinados:

[REDACTED]
médico, inscrito no CRM-BA sob nº 11.552, natural de Vitória da Conquista - BA, nascido em [REDACTED] e domiciliado [REDACTED].

[REDACTED], portador da cédula de identidade nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED].

[REDACTED], inscrita no CRM-BA sob nº 10.342, natural de Salvador - BA, nascida [REDACTED] residente e domiciliada na Rua [REDACTED]. CEP: [REDACTED].

[REDACTED] portador da cédula de identidade nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED].

únicos sócios da Sociedade Simples Ltda **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA**, CNPJ 08.822.105/0001-38, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1632, Edf. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 411, 412, 601 e 602, Caminho das Árvores, CEP. 41.820.020, Salvador – BA com atos de constituição arquivados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, 2º Ofício de Salvador, sob nº 27.969, rolo nº 684 em 20/04/2007, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o Contrato Social mediante cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os sócios de comum acordo resolvem extinguir a filial de nº 01 sita na Avenida Otávio Santos, nº 395, Centro Odonto Médico Dr. Altamirando da Costa Lima, Sala 202, Recreio, CEP 45.020-750, Vitória da Conquista, CNPJ nº 08.822.105/0003-08.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá por objetivo a Prestação de Serviços Médicos, especialmente na área de oftalmologia, prestando serviços de consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, hospital Day, educação continuada superior na área de pós-graduação e especialização em oftalmologia, seus similares e correlatos subordinando-se às normas e princípios do Código de Ética Médica e das Jurisprudências do Conselho de Medicina.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 59634

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Murilo Da Silva Nogueira. Para verificar as assinaturas vá ao site www.portaldoconsumidor.org.br e clique no campo 55.04.01.001.0001-38.

120
A

Após as devidas alterações resolve-se por fim, consolidar o Contrato Social Simples, conforme art. 997 da Lei 10.046 de 10/01/2002, que passará a vigorar com o seguinte teor:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL SIMPLES

RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA

CNPJ Nº 08.822.105/0001-38

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, os abaixo - assinados:

_____,
médico, inscrito no CRM-BA sob nº 11.552, _____ nascido
em _____, residente e domiciliado na _____

_____, portador da cédula de identidade nº _____
CPF nº _____

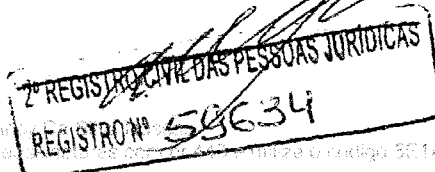
_____, inscrita no CRM-BA sob nº
10.342, _____ residente e domiciliada na Rua
_____, CEP:

_____, portador da cédula de identidade nº _____, CPF _____

únicos sócios da Sociedade Simples Ltda **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ Nº 08.822.105/0001-38**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1632, Edf. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 411, 412, 601 e 602, Caminho das Árvores, CEP. 41.820.020, Salvador-BA, com atos de constituição arquivados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, 2º Ofício de Salvador, sob nº 27.969, rolo nº 684 em 20/04/2007, resolvem de comum acordo consolidar o Contrato Social mediante cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade tem a denominação social de **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA**, com sede e domicílio na Av. Tancredo Neves, nº 1632, Edf. Salvador Trade Center, Torre Norte, salas 411, 412, 601 e 602, Caminho das Árvores, CEP. 41.820.020, Salvador – BA, com filial na Avenida Frei Benjamim, nº 2472, Bairro Brasil, CEP 45.051-075, Vitória da Conquista - Bahia.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objetivo a Prestação de Serviços Médicos, especialmente na área de oftalmologia, prestando serviços de consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, hospital Day, educação continuada superior na área de pós-graduação e especialização em oftalmologia, seus similares e correlatos subordinando-se às



324
76

normas e princípios do Código de Ética Médica e das Jurisprudências do Conselho de Medicina.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou suas atividades em 20/04/2007, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado, conforme art.997, II, CC/2.002.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social é de **R\$5.000,00, (cinco mil reais)**, sendo dividido em 100 (cem) quotas de 50 (**cinquenta reais**), totalmente subscrito e integralizado pelos sócios, em moeda corrente no país conforme discriminação abaixo:

A-) O sócio [REDACTED], possui 90 (noventa) quotas, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

B-) A sócia [REDACTED] possui 10 (dez) quotas, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais);

NOME	QUOTAS	%	VALOR (R\$)
[REDACTED] A	90	90	4.500,00
[REDACTED] A SILVA	10	10	500,00
Total	100	100	5.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidária e subsidiariamente pela integralização do capital Social, conforme art. 1.052, do Código Civil 2002.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o devido consentimento do sócio remanescente, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade será feita individualmente pelos sócios, que terão poderes e atribuições de representar ativa e passivamente a sociedade, sendo autorizado o uso da Razão Social e o direito ao uso da denominação. Ficando-lhes desde já vedado seu uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações

2º REGISTRO EM DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 59634

528
10

seja em favor de quaisquer quotistas ou terceiro, assim como: avais, endossos, abonos, fianças, alienar bens imóveis, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Os sócios já qualificados declaram que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade, conforme o descrito no art.1.011, § 1º, do código civil de 2.002.

CLÁUSULA NONA: Nos casos de morte, interdição ou retirada de quaisquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuará com o sócio, herdeiros sucessores e o incapaz, que terão prioridade na aquisição das cotas na ocorrência de quaisquer dos eventos. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, nessa ordem na aquisição, às cotas poderão ser vendidas à outra pessoa afim, de preferência a profissionais das mesmas especialidades.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na época do evento será levantado um Balanço Especial para Apuração do Valor Patrimonial que cabe ao sócio em evidência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Esse Valor Patrimonial será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da sua resolução, considerando ainda o fundo de comércio existente, a carteira de clientes, convênios, dentre outros valores não patrimoniais relevantes que influenciem no valor real do negócio.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por ambos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Pelo exercício da administração, os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, equivalente à contra prestação dos serviços médicos executados por cada um sócio, ou conforme valor livremente convencionado entre ambos, observando as disposições regulamentares e pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O exercício social será de 02 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial, balanço de resultado econômico e as demais demonstrações contábeis, onde serão efetuadas as

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 59634

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Moreira Da Silva Moreira
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaljbs.com.br> e digite o código 16E1A-F7A-7E1C-B95C

apurações dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis. Bem como, a dedução de 20% (vinte por cento) para fundo de reserva e investimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

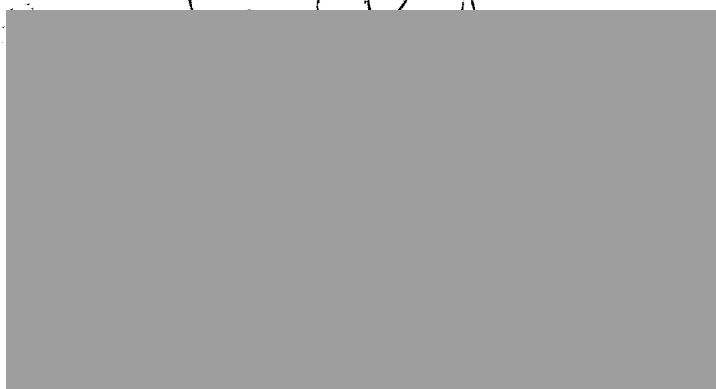
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade se dissolverá nos termos da lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Por decisão do quotista que representa a maioria do capital social, poderá ser determinada a exclusão por justa causa da sócia do quadro social, nos termos do artigo nº 1.085, da Lei 10.406/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A Sociedade só poderá ser alterada com aprovação de ambos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca do Município de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir dúvidas, ou apreciação de qualquer lide fundada deste instrumento. E, por estarem de acordo com o acima, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas, ficando uma via arquivada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, 2º Ofício de Salvador, onde será levado a registro, seguido das demais exigências legais.

Salvador, 09 de janeiro 2019.



Carla Tannus Martfeld
OAB/BA 10.046
Carla Tannus Martfeld de Pinho
OAB/BA 10.046
CARTEIRA DAS PESSOAS JURÍDICAS
53634

FABRICIANE DOS SANTOS CPF: [REDACTED]

Cátia Laranjeira da Silva

CÁTIA LARANJEIRA DA SILVA CPF: [REDACTED]

1603.AC647654-4
1603.AC647652-8
1603.AC647653-6
Ato Notarial ou de Registro

2º OFÍCIO

TERCEIRO OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Ancredo Neves nº 1632, Ed. Salvador Trade Center Torre
Tabelião: Bel Valter da Silva Reis
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
ULIUMB1]-JORGE CARLOS PESSOA
CHA. [5UL1UWS1]-CLAUDIA NOGUEIRA UZEDA DA
ILVA. [5UL1TZU1]-FABRICIANE DOS SANTOS
Salvador, 12 de Março de 2019 - (TMDJS)
Em teste
TAMARA MARGARIDA DE JESUS SILVA - SECRETARIE
LMOI R\$7,23, Tx. Fisc. ASS. 46, RECON. R\$1 48, MPGE R\$0,13, Defers
R\$0 30, Total R\$15 00

TJBA
Selo de Autenticidade
1603.AC647657-9
Ato Notarial ou de Registro

2º OFÍCIO
Ancredo Neves nº 1632, Ed. Salvador Trade Center Torre
Tabelião: Bel Valter da Silva Reis
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
ULIUMB1]-JORGE CARLOS PESSOA
CHA. [5UL1UWS1]-CLAUDIA NOGUEIRA UZEDA DA
ILVA. [5UL1TZU1]-FABRICIANE DOS SANTOS
Salvador, 12 de Março de 2019 - (TMDJS)
Em teste
TAMARA MARGARIDA DE JESUS SILVA - SECRETARIE

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Murilo Da Silva Nossa
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://con.portaldasassinaturas.com.br/443> e utilize o código 5E1A-F6FA-7F16-B350

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1566.AB121298-8
PFM1S9IU70
Consulta:
www.tjba.jus.br/autenticidade

CARTÓRIO SANTOS SILVA
2º REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
Av. Tancredo Neves, 1102 - LEP (Campos Elípticos) - Centro de Negócios - Salvador-BA
Protocolo: 27107 Registro: 59634
A margem do registro primitivo n 27969
O QUE CERTIFICO
SALVADOR, BA 15/03/2019
Emol R\$162,00 Taxas R\$44,30 Dat R\$4,25
Total R\$210,55
Tx. Fcat R\$115,10 Tx. Pae R\$6,44 Tx. PGR R\$0,00
DAJE: 087533 Serie: 002 Emissor: 1566
Maira Luiza dos Santos Silva Abbotusson - Oficial

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 59634

Vol
-H



OFERTA DE ATENDIMENTO - ABRIL DE 2018
CONTRATO SUS Nº 198/2017 SMS

[illegible]

Data de atendimento: 05/04/2018 - Médico Oftalmologista: Jorge Carlos Pessoa Rocha CRMBA 11.552 (ATENDE PACIENTES ACIMA DE 16 ANOS)
Data de Atendimento: 06/04/2018 - Médico Oftalmologista: Claudia Nogueira Uzeda da Silva CRMBA 10.342



Gmail



Pesquisar todas as conversas

139
X

Fwd: AGENDA SUS - JUNHO Externa

Caixa de entrada x

Retina **iRetina Eye Institute**
para Jorge, mim

----- Forwarded message -----

De: **iRetina Eye Institute** <iretinaeye@gmail.com>

Date: ter., 15 de mai. de 2018 às 09:45

Subject: Re: AGENDA SUS - JUNHO

To: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcr@crpba.org.br>

Bom dia!

Segue em anexo agenda para dia 07/06/2018 para Dr Jorge Rocha.
Ele não atende criança, marca a partir de 30 anos.

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Muricy De Silva Nussa
Para verificar a autenticidade vá ao site <https://brasil.portaldaassinatura.com.br/440> e utilize o código 5E126F67A7E16-6330
Para verificar se este documento foi assinado digitalmente vá ao site <https://brasil.portaldaassinatura.com.br/440>



Pesquisar todas as conversas

133
134

Fwd: AGENDA SUS ABRIL

Externa

Caixa de entrada x

Retina

iRetina Eye Institute

para mim, Jorge

inglês

português

Traduzir mensagem

----- Forwarded message -----

De: **iRetina Eye Institute** <iretinaeye@gmail.com>

Date: sex., 16 de mar. de 2018 às 16:55

Subject: Re: AGENDA SUS ABRIL

To: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcr@vca.ba.gov.br>

Segue em anexo o doc solicitado.

2018-03-12 10:50 GMT-03:00 CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA

Bom dia!

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Muricy De Silva Nogueira. Para verificar a autenticidade e a validade da assinatura, clique no link: <https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/WhctKKXPhklwhSLMXtzhGBDDMnXrflSBQwGWCCKLWZqmJxSLjsvxSqFrgvXfKNQkIFsZzG>



Pesquisar todas as conversas

13/1
18/1

Fwd: Agenda SUS AGOSTO

Externa

Caixa de entrada x

Retina
iRetina Eye Institute
para mim, Jorge

----- Forwarded message -----

De: iRetina Eye Institute <iretinaeye@gmail.com>

Date: qui., 2 de ago. de 2018 às 10:22

Subject: Re: Agenda SUS AGOSTO

To: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcr@crpba.org.br>

Bom Dia!!!

Data: 31/08/2018

Mapeamento de Retina: 1 paciente as 14:30Hs

1 paciente as 14:45Hs

Este documento foi recebido e registrado por Adriano Muricy Da Silva Nunes
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaltransparencia.org.br> e informe o código 5E1A-F8FA-7B16-B954



Pesquisar todas as conversas



88

Fwd: SOBRE AGENDA DE MARÇO 2018

Externa

Caixa de entrada

**iRetina Eye Institute**
para mim

----- Forwarded message -----

De: **iRetina Eye Institute** <iretinaeye@gmail.com>

Date: sex., 16 de fev. de 2018 às 12:55

Subject: Re: SOBRE AGENDA DE MARÇO 2018

To: CRPEE - CENTRAL DE REGULAÇÃO PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS VCA-BA <cpdcr@crpee.org.br>

Bom dia!!

Segue em anexo a agenda para Março.

Atenciosamente

Este documento foi assinado digitalmente por Adriano Muricy Da Silva Nossa.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 5E1A-F6FA-7E16-B353.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5E1A-F6FA-7E16-B353> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5E1A-F6FA-7E16-B353



Hash do Documento

5833191B8AB4B2C3FEE27234042B8C1816349D43E62622F3E5B4A0FD0E5D0A8E

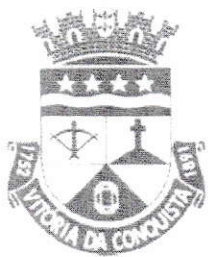
O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2022 é(são) :

☒ Adriano Muricy Da Silva Nossa - 616.078.355-68 em 04/03/2022

10:27 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP


Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

ATA DE DELIBERAÇÃO

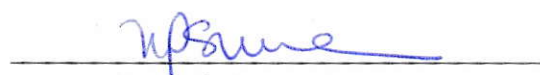
Aos 07 (sete) dias do mês de março do ano de 2022, às 10h30min, na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, Alto Maron, CEP. 45.005-040 nesta, aí presentes *Antônio Gabriel Oliveira Araújo*, *Andréia Santos Azevêdo Damaceno* e *Meg de Sousa Marques*, respectivamente presidente e vogais da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle – Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, DELIBERARAM pelo encaminhamento dos autos à denunciante para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis acerca da defesa apresentada pela denunciada, do que, para constar, eu, Antônio Gabriel Oliveira Araújo, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



Andréia Santos Azevêdo Damaceno
Secretária



Meg de Sousa Marques
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **14749/2022**

Ref. PAI nº 006/2022 - Encaminha defesa escrita para manifestação

Vitória da Conquista, 07 de março de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Para: Gabinete do Secretário

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

À Ilm^ª Sr.^ª

RAMONA CERQUEIRA

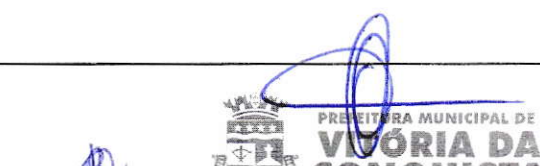
Secretária Municipal de Saúde

C/C.: Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS

Senhora,

Venho, por meio desta, intimá-la para, querendo, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento desta comunicação, nos termos do Art. 46, I, do Decreto Municipal nº 18.484/2018, manifestar-se acerca da defesa apresentada pela pessoa jurídica **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE LTDA, CNPJ nº 08.822.105/0001-80** no âmbito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022.

Endereço: Praça Joaquim Correia - Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-907
Telefone(s): (77) 3424-8947 -
1049

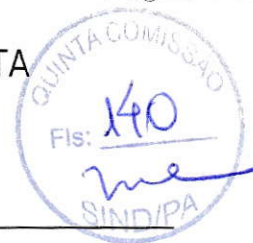

Jéssica Oliveira
Gabinete Saúde
08-03-22



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**




PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Faço juntada ao presente protocolo dos autos digitalizados do PAI nº 006/2022.

Atenciosamente,


ANTÔNIO GABRIEL OLIVEIRA ARAÚJO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
19728-4
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMTc





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **14749/2022**

Ref. PAI nº 006/2022 - Encaminha defesa escrita para manifestação

Vitória da Conquista, 07 de março de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Para: Diretoria de Regulação Controle e Avaliação do SUS

Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

À Ilm^º Sr.^a

RAMONA CERQUEIRA

Secretária Municipal de Saúde

C/C.: Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS

Senhora,

*Atendida
08.03.22*

Venho, por meio desta, intimá-la para, querendo, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento desta comunicação, nos termos do Art. 46, I, do Decreto Municipal nº 18.484/2018, manifestar-se acerca da defesa apresentada pela pessoa jurídica **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE LTDA, CNPJ nº 08.822.105/0001-80** no âmbito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022.

Endereço: Praça Joaquim Correia - Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-907
Telefone(s): (77) 3424-8947 -

1049



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**




PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD

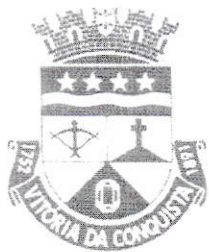


Faço juntada ao presente protocolo dos autos digitalizados do PAI nº 006/2022.

Atenciosamente,


ANTONIO GABRIEL OLIVEIRA ARAUJO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
19728-4
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMTC





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal de Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

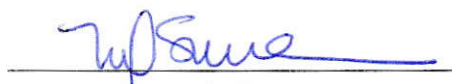
Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)

ATA DE DELIBERAÇÃO

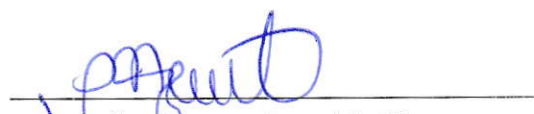
Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março do ano de 2022, às 09:00h, na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, CEP. 45.005-040, Alto Maron, Nesta, aí presentes *Antônio Gabriel Oliveira Araújo, Andréia Santos Azevêdo Damaceno e Meg de Sousa Marques*, respectivamente presidente e vogais da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista nos dias 07 a 14 de fevereiro de 2022, e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, **DELIBEROU-SE** pelo o encerramento da fase instrutória e, em ato contínuo, proceder com a confecção do relatório do processo. E para constar, eu, Antônio Gabriel Oliveira Araújo, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros.



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



Meg de Sousa Marques
Secretária



Andréia Santos Azevêdo Damaceno
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

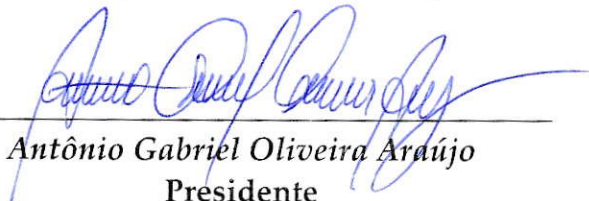
Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS)

TERMO DE PRECLUSÃO

Na condição de Presidente da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, para apuração de denúncia em face de **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-80, CERTIFICO a preclusão temporal de manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, ora denunciante, conforme prazo estabelecido no Art. 46 do Decreto Municipal n.º 18.484/2018.

Levando em consideração a natureza de celeridade processual a qual o instituto de preclusão se funda, a comissão registra a perda do prazo de manifestação e decide pelo prosseguimento do feito.

Vitória da Conquista – BA, 21 de março de 2022.



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022
Denunciada: **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**
Denunciante: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**

Ao Ilm.º Sr. Mateus Nascimento Novais
Secretário Municipal da Transparência e do Controle
Praça Joaquim Correia, n.º 55 - Centro
Vitória da Conquista/BA

Sr. Secretário,

A Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022 designada por meio da Portaria SMTC n.º 089/2022 de 07 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022 e no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no período de 07 a 14 de fevereiro de 2022, para apurar denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento n.º 13.522/2017, Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter a denunciada descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, consoante informações contidas no Protocolo GEP n.º 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, com fulcro nas disposições do art. 20 do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, vem, respeitosamente, apresentar o seu

RELATÓRIO:

O presente Processo Administrativo foi instaurado para apuração de denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento n.º 13.522/2017, Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, documentos anexos e demais documentos acostados aos autos.

Impende destacar que após analisar a denúncia formulada através do Protocolo GEP nº 17036/2019, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Geral do Município emitiu o Parecer nº 156/2019 (fl. 103) em que consta o seguinte entendimento:

Destarte, esta Procuradoria opina pela instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA (PAI)** em face da empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-80, respeitando os ditames da Lei Federal nº 8.666/1993, assim como o procedimento disciplinado no Decreto Municipal nº 18.484/2018, a fim de apurar a denúncia em tela, e possível responsabilidade administrativa, civil e penal do(s) envolvido(s).

Determinou-se de imediato, a protocolização da presente denúncia e a análise de admissibilidade desta ao amparo da interpelação promovida pela Secretaria Municipal de Saúde. Por conseguinte, em 07 de fevereiro de 2022, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, foi designada a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 por meio da Portaria SMTC nº 089/2022.

Seguindo o rito do devido processo legal, foram realizados pela Comissão diversos atos, que se encontram consignados nos autos através da lavratura de termos de diligências, atas de deliberações, portarias, notificações e documentos juntados aos autos.

Durante todo o desenvolvimento do processo em tela, na busca da verdade real dos fatos, os princípios da impessoalidade, da isonomia, da razoabilidade e do interesse público, norteadores de tais ritos administrativos, foram observados ininterruptamente, assegurando-se à elucidação dos fatos o emprego de todos os meios de prova e recursos admitidos em Direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Com o início da instrução processual, o Presidente da Comissão ordenou a notificação da empresa denunciada para que a mesma apresentasse defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Às fls. 121/137, a denunciada apresentou tempestivamente sua defesa, alegando, em síntese que:

- a) A rescisão do contrato 198/2017 SMS, firmado entre a notificada e o Município de Vitória da Conquista, já está rescindido em virtude do decurso do tempo; conforme a cláusula décima oitava, o contrato teve vigência até 30 de novembro de 2019;
- b) Argui a prescrição intercorrente do PAD, uma vez aberto em 28/03/2019, somente foi aberto o PAD em 07/02/2022, "em aberto" por mais de 02 anos, ocorrendo a prescrição;
- c) No mérito, melhor sorte não socorre à Administração, uma vez que a Notificada sempre disponibilizou agenda de consultas, comparecendo regularmente durante a vigência do contrato;
- d) A denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à notificada, bem como não era fornecido à contratada os materiais necessários para execução das atividades;
- e) Por fim, a notificada não se escusa a assinar termo de rescisão contratual, com quitação recíproca, caso entenda ser necessário a fim de finalizar o presente PAD.

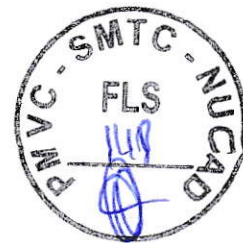
Em 08 de março de 2022, a Comissão intimou a denunciante, por meio do Protocolo GEP n.º 14749/2022 (fls. 141-142), para que esta se manifestasse, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sobre a defesa apresentada pela empresa denunciada. Observado o decurso do prazo para apresentação da manifestação, a Comissão lavrou o Termo de Preclusão (fl. 143).

Após a conclusão da instrução processual, esta Comissão decidiu por finalizar o processo emitindo o presente relatório. Desse modo, passa-se à análise do mérito:

O presente Processo Administrativo de Inadimplência foi instaurado para apuração de denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento nº 13.522/2017, Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



(item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, documentos anexos e demais documentos acostados aos autos, infrações que, se comprovadas, são puníveis, conforme Cláusula Décima Sexta do Contrato Nº 198/2017 SMS, Art. 87 da Lei 8.666/93 e Art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018:

Cláusula Décima Sexta do Contrato Nº 198/2017 SMS: 16.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o **CONTRATADO** às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo;

16.2. A inobservância, pela **CONTRATADA**, de qualquer cláusula ou obrigação constante deste contrato, o de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na lei nº 8.883/94, combinado com o disposto do Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000.

16.2.1. Advertência escrita;

16.2.2. Multa de 2% até 5% do valor mensal do contrato;

16.2.3. Multa dia de até 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do contrato;

16.2.4. Suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários às internações, consultas ou procedimentos;

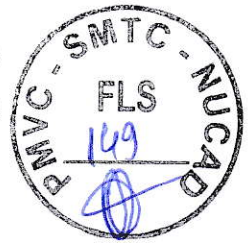
16.2.5. Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;

16.2.6. Rescisão do contrato;

16.2.7. Declaração de inidoneidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Lei 8.666/93 – Art. 87: *Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Decreto Municipal 18.484/2018 - Art. 58: *Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, mediante a regular tramitação de processo administrativo de inadimplência, serão aplicadas as seguintes sanções:*

I - Advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II – Multa: na forma prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos

5



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Pela análise dos autos do PAI nº 006/2022, verifica-se que a empresa denunciada sagrou-se credenciada no Credenciamento Nº 113.522/2017 tendo assinado o Contrato nº 198/2017 SMS (fls. 045-071) para prestação de serviços de saúde mediante cláusulas e condições delineadas no instrumento contratual.

A Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, em 06 de junho de 2018, por meio da CI 43/2018 (fls. 035-037), informou a Diretoria de Regulação Controle e Avaliação que a contratada não estava cumprindo com as cláusulas 1.4, 2.3, 4.1.1, 4.1.4 e 6.2, uma vez que a execução do contrato fora mantida em 7% (sete por cento) nos meses de março, abril e maio de 2018, com um número de procedimentos inexpressível para o contrato estabelecido. Ademais, a CRPEE comunicou que não recebia as agendas em tempo oportuno e nem os procedimentos em sua totalidade, conforme solicitado no OF 0023-2018 e seus anexos (fls. 038-044).

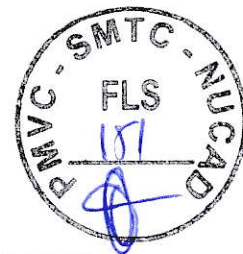
A Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, em 22 de agosto de 2018, conforme Protocolo GEP 37917/2018 (fl. 016), subscrito pela Sra. Maria Aparecida Moraes Rodrigues, Coordenadora da Central de Regulação (à época), informou que não recebeu da denunciada a agenda referente ao mês de setembro/2018, ressaltando que o prestador não estava cumprindo com a totalidade do Contrato nº 198/2017 desde o início do contrato em 01/12/2017, causando vários transtornos para o serviço e população.

Em 08 de janeiro de 2019, através do OFÍCIO DRAC Nº 97/2018 (fl. 015), a empresa foi notificada em descumprimento ao Contrato nº 198/2017, evidenciando-se o não cumprimento do item 2.3, *“uma vez que foi constatado pela CRPEE o não envio da agenda mensal de todos os procedimentos pactuados. Ademais, foram solicitados a realização dos procedimentos: 04.05.03.0005-3 (injeção intra-vítrea), 04.05.05.002-0 (yag-laser) e 04.05.03.007-0 por e-mail e não houve respostas deste prestador”*, a referida notificação estabeleceu o prazo de 10 (dez) dias para que a credenciada comprovasse ou sanasse a irregularidade apontada, bem como apresentasse defesa por escrito.

Pela situação fática, a pessoa jurídica **Retina EYE Clinic Sociedade Simples LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0004-80, descumpriu cláusulas contratuais, em especial a 2.3, dentre outras, não disponibilizando a agenda de procedimentos para o controle da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados, causando prejuízos à Administração Pública Municipal e reflexos negativos para os usuários do serviço. Da análise da documentação apresentada, apesar do apelo constante em notificação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



a empresa quedou-se inerte em responder ou sanar as irregularidades apontadas e apresentar agenda de procedimentos, bem como realizar alguns dos procedimentos já pactuados, restando claro o descumprimento contratual.

A Lei nº 8.666/93, além de dispor sobre licitações e contratos com a administração pública, regula instrumentos jurídicos a fim de garantir a exata execução dos contratos administrativos, preservando o interesse público. O artigo 66 da referida Lei dispõe que:

Art. 66º - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

No caso exposto, a não disponibilização da agenda com todos os procedimentos pactuados para prestação dos serviços oftalmológicos, bem como a negativa na realização de alguns procedimentos configura descumprimento de cláusula em contrato firmado; dessa forma, diante do prejuízo à Administração e, conseqüentemente, à sociedade, a lei exige do Gestor uma conduta que observe os interesses da coletividade com vistas a proteger o interesse público. Não obstante, o Contrato nº 198/2017 prevê em sua Cláusula Décima Sexta as penalidade aplicáveis à empresa em virtude do descumprimento contratual.

Em sua defesa, a contratada alega que a denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à Notificada, bem como não era fornecido à Contratada os materiais necessários para a fiel execução das atividades. No entanto, podemos verificar, conforme Notificação, Ofícios e correspondências eletrônicas, que compõem os autos, que a prestadora de serviços foi comunicada e estava ciente de todas as solicitações feitas pelo Município.

É cediço que a participação no Credenciamento vincula a credenciada ao Edital do procedimento licitatório e ao instrumento contratual, resultando em obrigações e compromissos. Ademais, é dever da Administração Pública fiscalizar os contratos pactuados afim de exigir o cumprimento de todas as cláusulas estipuladas, bem como prezar por uma prestação de serviços de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS de forma integral e contínua. Nesse sentido, resta clara a necessidade de que interessados em prestar serviços ao Município ajam com diligência e acuidade no cumprimento do contrato para não incidirem em falta com a Administração Pública e com a sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



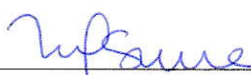
Sobreleva-se dos autos, por fim, que a empresa violou o disposto nas cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, .8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, de forma que merece prosperar o alegado na Denúncia.

Ante o exposto e em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 18.484/2018, a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 opina, ante o lastro probatório juntado aos autos, em razão de ocorrência de violação ao Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, pela procedência da Denúncia, sendo cabível a aplicação da penalidade de:

- IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme inteligência do Art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018 e Art. 87º da Lei Federal nº 8.666/1993;

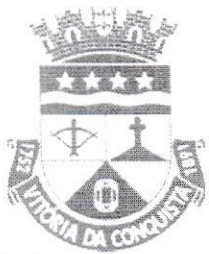
E sendo o que tinha para constar, foi encerrado o presente Relatório, o qual a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022 submete à apreciação do Sr. Secretário Municipal da Transparência e do Controle, nos termos da legislação vigente, que vai por mim, *Meg de Sousa Marques* e pelos demais membros da Comissão, assinado, ao passo que decidimos encaminhar o mesmo à autoridade julgadora, conforme orienta o Decreto Municipal nº 18.484/2018.

Vitória da Conquista/BA, 21 de março de 2022.


Meg de Sousa Marques
Secretária


Andreia Santos Azevedo Damaceno
Membro


Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que ao promover a digitalização dos autos do presente Processo, foi verificado erro material na numeração, tendo a secretária numerado a página 135 e, em seguida, a 137. Considerando que já foi expedido o relatório conclusivo, deve a página 136 ser ignorada, do que, para constar, eu **Antônio Gabriel Oliveira Araújo**, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente Certidão.


Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **19735/2022**

Ref. Encaminha relatório conclusivo da Comissão de Inquérito do PAI nº 006/2022 para análise e parecer

Vitória da Conquista, 25 de março de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Para: Procuradoria Geral

Em atenção: Rafael Vilas Boas Chagas.

Ao Ilmº Dr.

Rafael Vilas Boas Chagas

Procurador Geral

Senhor,

Encaminho para análise e emissão de parecer pelo Dr. Eracton Sérgio Pinto Melo o Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, com relatório final, para análise e emissão de parecer.

Atenciosamente,


ANTÔNIO GABRIEL OLIVEIRA ARAÚJO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
19728-4
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMT C

Endereço: Praça Joaquim Correia - Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-907
Telefone(s): (77) 3424-8947 -
1049

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**
Recebido - HOJE
25/03/22 Hs 14:40
Hilena
Procuradoria Geral



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



PARECER N° 061/2022 - PGM/PAD

Consulta: Análise Jurídica de Relatório apresentado pela Comissão Processante

Consultante: Secretaria Municipal de Transparência e do Controle - SMTC

Ref.: Protocolo n° 19735/2022 - SMTC/PAD

Trata-se de análise jurídica de Relatório apresentado pela Comissão Processante, nos autos do Processo Administrativo de Inadimplência, n° 006/2022, que buscou precipuamente apurar denúncia de infração cometida, em tese, pela empresa **Retina EYE Clinic Sociedade Simples LTDA EPP**, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ n° 08.822.105/0001-80, em virtude de, supostamente, descumprido a cláusula Primeira (item 1.1 e 1.6). Segunda (item 2.3). Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1.6.8.28 c 6.8.39) do Contrato Administrativo n°198/2017 SMS em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP n° 17036/2019 e demais documentos.

Depois de analisado o Protocolo GEP n° 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS), foi instaurado no âmbito da Secretaria Municipal de Transparência e do Controle, o presente procedimento administrativo através da Portaria SMTC n° 089 datada de 07 de Fevereiro de 2022.

Feitas as necessárias apurações, a Comissão responsável, através do Relatório de fls. 145/152, com fundamento na constatação, opina, ante o lastro probatório juntado aos autos, em razão da ocorrência de violação ao Contrato Administrativo n° 198/2017 SMS, pela procedência da Denúncia, sendo cabível a aplicação da penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme Art. 58 do Decreto Municipal n° 18.484/2018 e Art. 87 da Lei Federal n° 8.666/1993.**

Ha de se observar que em sede de defesa apresentada às (fls. 121 e 122), foram suscitados os institutos da PRECLUSÃO/PERDA DE OBEJETO e PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, ditos argumentos não foram analisados pela COMISSÃO PROCESSANTE, o que pode gerar uma futura nulidade.



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



Por economia processual devolvemos a comissão conforme manifestação abaixo sobre a PRECLUSÃO/PERDA DE OBJETO e PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE apresentada em sede de defesa, para avaliação e complementação do relatório para que fique esgotada toda matéria de defesa.

DA PRECLUSÃO

Não há que se falar em preclusão, o PAD foi instaurado durante o contrato pactuado entre as partes e não após o encerramento do contrato. A preclusão somente ocorreria por perda de objeto se o contrato tivesse sido encerrado, todas as cláusulas tivessem sido cumpridas, o que não ocorreu no caso concreto, devendo para tanto ser rechaçada a arguição de PRECLUSÃO.

A preclusão consiste na "perda de uma faculdade ou direito processual, que, por se haver esgotado ou não ter sido exercido em tempo e momento oportunos, fica praticamente extinto". Segundo Couture a preclusão consiste na "ação e efeito de extinguir-se o direito de realizar um ato processual, já seja por proibição da lei, por haver-se deixado passar a oportunidade de verificá-lo, ou por haver-se realizado outro com aquele incompatível." Nas palavras de Egon Bockmann Moreira, a preclusão é instituto que "veda a reiteração de atos já praticados (ou que deveriam tê-lo sido ao seu tempo), impondo limites a determinadas atividades processuais e gerando estabilidade e segurança no processo". Acrescenta o jurista que: Trata-se da perda de faculdade e/ou direito processual stricto sensu, relacionada ao conceito de ônus processual. Na dicção de Manoel Caetano Ferreira Filho, tem por finalidade (a) tornar certa e ordenada a marcha do processo (livre de contradições e retornos), - (b) abreviar a duração do processo; (c) garantir certeza e estabilidade às situações jurídicas processuais; e (d) assegurar o princípio da boa-fé processual e defender as partes contra eventual arbítrio dos julgadores. Três são os tipos de preclusão, conforme a causa de que provém: a) temporal, quando resulta do esgotamento do prazo para exercício de determinada prerrogativa processual, como ocorre, por exemplo, com a perda do prazo para recorrer ou a perda do prazo para a Administração invalidar os atos nulos; b) lógica, quando resulta da incompatibilidade de uma conduta com outra já exercida; por exemplo, a impossibilidade de aplicação de penalidade depois que a autoridade decidiu pela inexistência de infração; c) consumativa, quando resulta do esaurimento de uma prerrogativa, porque já foi exercida; por exemplo, a administração já decidiu favoravelmente ao interessado, em



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



última instância; não poderá alterar essa decisão, a menos que instaure novo processo administrativo em que se assegure o direito de defesa e o contraditório.

Conforme se afere no presente processo não ocorreu qualquer das hipóteses de preclusão.

DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Inicialmente, vale ressaltar que a Administração Pública Municipal é regida pelo princípio da legalidade, consoante disposição contida no art. 37, caput, da Constituição Federal. Vale dizer, toda atuação administrativa deve ser autorizada por lei, sob pena de ser considerada ilícita.

Diante disso, observa-se que não há qualquer previsão legal específica para o reconhecimento da prescrição administrativa intercorrente na legislação do município de Vitória da Conquista/BA.

Ressalta-se que a Lei 9873/99 se aplica a Administração Pública Federal, não a municipal.

Corroborando com tal entendimento, o Superior Tribunal de Justiça possui orientação sedimentada no mesmo sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE ÀS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PUNITIVAS DESENVOLVIDAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/1932. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

1. O Superior Tribunal de Justiça entende que em casos de ação anulatória de ato administrativo ajuizada em desfavor da Coordenadoria Estadual de Proteção de Defesa do Consumidor, em decorrência do exercício do poder de polícia do Procon, é inaplicável a Lei 9.873/1999, sujeitando-se a ação ao prazo prescricional quinquenal previsto no art. 1º do Decreto 20.910/1932.

2. É inconteste a aplicação analógica desse dispositivo para a execução de multas administrativas no prazo de cinco anos,



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



contados do término do processo administrativo, conforme teor da Súmula 467 do STJ.

3. Contudo, no caso dos autos, não houve transcurso do prazo prescricional, porquanto encerrado o processo administrativo em 2010, sendo esse o termo inicial para a cobrança da multa, o que afasta a prescrição quinquenal.

4. O art. 1º do Decreto 20.910/1932 apenas regula a prescrição quinquenal, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente, apenas prevista na Lei 9.873/1999, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal.

5. Dessa forma, ante a ausência de previsão legal específica para o reconhecimento da prescrição administrativa intercorrente na legislação do Estado do Paraná, ante a inaplicabilidade dos arts 1º do Decreto 20.910/1932 para este fim, bem como das disposições da Lei 9.873/1999, deve ser afastada a prescrição da multa administrava no caso, já que, em tais situações, o STJ entende caber "a máxima" inclusio unius alterius exclusio, isto é, o que a lei não incluiu é porque desejou excluir, não devendo o intérprete incluí-la" (REsp 685.983/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20/6/2005, p. 228).

6. Agravo Regimental não provido. (STJ, AgRg no REsp 1566304/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 31/05/2016)

Assim, não merece acolhida a alegação da Recorrente quanto à prescrição intercorrente do feito.

A Lei Federal 9.873/99 estabelece prazo prescricional para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta ou indireta, e dá outras providências.

Por se tratar de Lei Federal sua aplicação se restringe ao âmbito Federal. Inaplicável, portanto, aos entes Estaduais e Municipais. Esse tem sido o entendimento das jurisprudências.



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



Todos os Tribunais Estaduais do País possuem este entendimento, abaixo colacionamos uma decisão do TJ-SP.

TJ-SP - Inteiro Teor. Embargos de Declaração Cível: EMBDECCV 21275629420198260000 SP 2127562-94.2019.8.26.0000.

Cuida-se de embargos de declaração opostos em face de Acórdão que nego provimento ao agravo de instrumento interposto pelos embargantes e manteve a inocência da **prescrição intercorrente** (fls. 1.871... **Processo administrativo municipal. Prescrição intercorrente trienal afastada em decisão saneadora...**). Inaplicabilidade da Lei 9.873/99 às ações **administrativas** punitivas por estados e municípios. Entendimento do STJ. Recurso Desprovido.

No município de Vitória da Conquista, não existe Lei que regula a matéria da prescrição intercorrente e não há obrigatoriedade de aplicação da referida Lei Federal.

Portanto, não prospera a alegação da empresa de que o Processo Administrativo de Inadimplência prescreveu por permanecer mais de 02 (dois) anos sem movimentação processual.

Nessa toada, esta procuradoria sugere que a comissão processante em questão, analise novamente a defesa acostada aos autos da referida denunciada, levando em consideração o presente parecer, para que se faça constar em seu relatório tais pontos alegados.

Em face do exposto, por força do artigo 51, do Decreto nº 18.484/2018, deve a comissão processante exaurir toda matéria apresentada na defesa, não se atendo tão somente ao mérito.

É o pronunciamento.

Vitória da Conquista - BA, 12 de abril de 2022.

ERACTON SERGIO PINTO

Eracton Sérgio Pinto Melo

Procurador Municipal

OAB/BA nº: 12.837

João Pedro Ferreira Aguiar

Praça Joaquim Correia, nº 55, Centro, Vitória da Conquista - BA. Tel: (77) 3424-8905.
www.pmvc.ba.gov.br



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



Estagiário de Direito



DESPACHO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe conferem as Leis Municipais, n.ºs 421/1987 e 1.270/2004, e o Decreto Municipal n.º 18.847/2018:

CONSIDERANDO que na tramitação dos procedimentos administrativos investigatórios deve-se observar os princípios da verdade real, legalidade, celeridade e economia processual;

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022 recomendou em sede de relatório conclusivo (fls. 145/152), pela procedência da denúncia, sendo cabível a aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme inteligência do Art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018 e Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 em face da empresa RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ nº 08.822.105/0001-80;

CONSIDERANDO que, em sede de defesa apresentada às (fls. 121/122), foram suscitados pela empresa denunciada os institutos da PRECLUSÃO/PERDA DE OBJETO E PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE, e que os ditos argumentos não foram analisados pela COMISSÃO PROCESSANTE;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 061/2022-PGM/PAD, que recomendou à Comissão Processante a análise da defesa acostada aos autos pela referida denunciada, com relação aos pontos alegados;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, ao passo que determino que:

1. Remetam-se os autos à Comissão de Processo Administrativo de Inadimplência para avaliação e complementação do relatório para que fique esgotada toda matéria de defesa;
2. Após, voltem-me conclusos os autos para julgamento;

Gabinete do Secretário Municipal da Transparência e do Controle, 19 de abril de 2022.


MATEUS NASCIMENTO NOVAIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

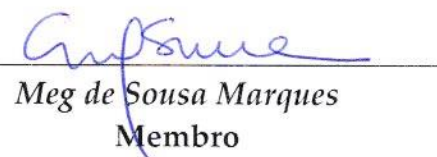
Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril do ano de 2022, às 08h, na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto, nº 46, Alto Maron, CEP. 45.005-040 nesta, aí presentes *Antônio Gabriel Oliveira Araújo, Andréia Santos Azevêdo Damaceno e Meg de Sousa Marques*, respectivamente presidente e vogais da Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, designada pelo Secretário Municipal da Transparência e do Controle – Sr. Mateus Nascimento Novais, por meio da Portaria nº 089/2022, de 07 de fevereiro de 2022, publicada no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022, considerando o disposto no Parecer nº 061/2022-PGM/PAD e o Despacho exarado pelo Sr. Mateus Nascimento Novais, Secretário Municipal da Transparência e do Controle à fl. 161, **DELIBEROU-SE** pela expedição de novo relatório conclusivo, considerando a falta de análise de argumentos suscitados pela defesa no relatório constante às fls. 145/152, do que, para constar, eu, Antônio Gabriel Oliveira Araújo, na condição de Presidente da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros da Comissão.


Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente


Andréia Santos Azevêdo Damaceno
Secretária


Meg de Sousa Marques
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal da Transparência e do Controle

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

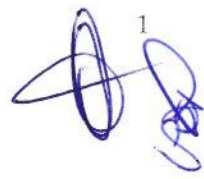
Ao Ilm.º Sr. Mateus Nascimento Novais
Secretário Municipal da Transparência e do Controle
Praça Joaquim Correia, n.º 55 - Centro
Vitória da Conquista/BA

Sr. Secretário,

A Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022 designada por meio da Portaria SMTC n.º 089/2022 de 07 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município no dia 07 de fevereiro de 2022 e no mural da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no período de 07 a 14 de fevereiro de 2022, para apurar denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento n.º 13.522/2017, Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter a denunciada descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, consoante informações contidas no Protocolo GEP n.º 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, com fulcro nas disposições do art. 20 do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, vem, respeitosamente, apresentar o seu

RELATÓRIO:

O presente Processo Administrativo foi instaurado para apuração de denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento n.º 13.522/2017, Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não

me  1



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, documentos anexos e demais documentos acostados aos autos.

Impende destacar que após analisar a denúncia formulada através do Protocolo GEP nº 17036/2019, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria Geral do Município emitiu o Parecer nº 156/2019 (fl. 103) em que consta o seguinte entendimento:

Destarte, esta Procuradoria opina pela instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INADIMPLÊNCIA (PAI)** em face da empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-80, respeitando os ditames da Lei Federal nº 8.666/1993, assim como o procedimento disciplinado no Decreto Municipal nº 18.484/2018, a fim de apurar a denúncia em tela, e possível responsabilidade administrativa, civil e penal do(s) envolvido(s).

Determinou-se de imediato, a protocolização da presente denúncia e a análise de admissibilidade desta ao amparo da interpelação promovida pela Secretaria Municipal de Saúde. Por conseguinte, em 07 de fevereiro de 2022, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, foi designada a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 por meio da Portaria SMTC nº 089/2022.

Seguindo o rito do devido processo legal, foram realizados pela Comissão diversos atos, que se encontram consignados nos autos através da lavratura de termos de diligências, atas de deliberações, portarias, notificações e documentos juntados aos autos.

Durante todo o desenvolvimento do processo em tela, na busca da verdade real dos fatos, os princípios da impessoalidade, da isonomia, da razoabilidade e do interesse público, norteadores de tais ritos administrativos, foram observados ininterruptamente, assegurando-se à elucidação dos fatos o emprego de todos os meios de prova e recursos admitidos em Direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Com o início da instrução processual, o Presidente da Comissão ordenou a notificação da empresa denunciada para que a mesma apresentasse defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Às fls. 121/137, a denunciada apresentou tempestivamente sua defesa, alegando, em síntese que:

- a) Conforme se infere do PAD, o objeto do mesmo é a rescisão do contrato 198/2017 - SMS, firmado entre a notificada e o Município de Vitória da Conquista, porém o mesmo já está rescindido em virtude do decurso do tempo;
- b) No que se refere à preclusão/perda do objeto, tendo chegado ao termo final em 30 de novembro de 2019, e sem que o citado contrato fosse renovado pela Administração, não há que se falar em rescisão do que já está rescindido, devendo, destarte, ser extinto o presente PAD em virtude da perda do objeto;
- c) Que ocorreu a prescrição intercorrente do presente PAD, uma vez que ficou "em aberto" por mais de 02 anos, ocorrendo, destarte, a prescrição;
- d) No mérito, melhor sorte não socorre à administração, uma vez que a notificada sempre disponibilizou agenda de consultas, comparecendo regularmente durante a vigência do contrato, conforme documentos anexos;
- e) Por outro lado, a denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à Notificada, bem como não era fornecido à contratada os materiais necessários para a fiel execução das atividades;
- f) Observe-se que alega ter enviado à Notificada e-mails com as supostas solicitações, os quais não residem nos autos, sendo, portanto, totalmente desconhecidas as citadas solicitações pela Notificada;
- g) Diante do exposto, resta claro que a Notificada não descumpriu o quanto pactuado, devendo ser arquivado o presente PAD;
- h) A fim de demonstrar boa-fé, a empresa não se escusa em assinar termo de rescisão contratual, com quitação recíproca, caso entenda ser necessário a fim de finalizar o presente PAD;

Ao final, pugnou a denunciada pela extinção do PAD pela preclusão, ou o reconhecimento da prescrição intercorrente, e, na esperada hipótese o arquivamento do feito



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



em razão da improcedência do mesmo, facultado a assinatura da rescisão contratual, com quitação recíproca, caso entenda ser necessário a fim de finalizar o presente PAD.

Ademais, não requereu a empresa denunciada a produção de prova testemunhal ou pericial.

Em 08 de março de 2022, a Comissão intimou a denunciante, por meio do Protocolo GEP n.º 14749/2022 (fls. 141-142), para que esta se manifestasse, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sobre a defesa apresentada pela empresa denunciada. Observado o decurso do prazo para apresentação da manifestação, a Comissão lavrou o Termo de Preclusão (fl. 143).

Em 21 de março de 2022, foi expedido relatório conclusivo, recomendando a aplicação da sanção administrativa de 'Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Vitória da Conquista/BA pelo prazo de 02 anos'. Encaminhados os autos para análise pela Procuradoria Geral do Município, foi expedido o Parecer n.º 061/2022 - PGM/PAD, que recomendou a devolução do processo à Comissão para o saneamento de omissão quanto às matérias de ordem processual suscitadas na defesa. Neste sentido, em 19 de abril de 2022, o Secretário Municipal da Transparência e do Controle, Sr. Mateus Nascimento Novais, expediu despacho (fls. 160/161), convertendo o julgamento em diligência para o cumprimento ao disposto no supramencionado Parecer.

Em 25 de abril de 2022, a Comissão deliberou pela expedição do presente relatório.

Após a conclusão da instrução processual, esta Comissão decidiu por finalizar o processo emitindo o presente relatório. Desse modo, passa-se à análise do mérito:

O presente Processo Administrativo de Inadimplência foi instaurado para apuração de denúncia de infração cometida, em tese, pela pessoa jurídica intitulada **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0001-80, no âmbito do Credenciamento nº 13.522/2017, Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, em virtude de, supostamente, ter descumprido as cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39), em razão de não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, o que pode configurar infração prevista nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o disposto no Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000, bem como descumprimento do disposto nos arts. 58 a 60 do Decreto Municipal nº 18.484/2018, consoante informações contidas no Protocolo GEP nº 17036/2019 e documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



anexos, oriundo da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, subscrita pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis, documentos anexos e demais documentos acostados aos autos, infrações que, se comprovadas, são puníveis, conforme Cláusula Décima Sexta do Contrato Nº 198/2017 SMS, Art. 87 da Lei 8.666/93 e Art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018:

Cláusula Décima Sexta do Contrato Nº 198/2017 SMS: 16.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no presente contrato sujeitará o **CONTRATADO** às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo;

16.2. A inobservância, pela **CONTRATADA**, de qualquer cláusula ou obrigação constante deste contrato, o de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na lei nº 8.883/94, combinado com o disposto do Decreto Municipal nº 9.820 de 07 de abril de 2000.

16.2.1. Advertência escrita;

16.2.2. Multa de 2% até 5% do valor mensal do contrato;

16.2.3. Multa dia de até 1/30 (um trinta avos) do valor mensal do contrato;

16.2.4. Suspensão temporária dos encaminhamentos de usuários às internações, consultas ou procedimentos;

16.2.5. Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;

16.2.6. Rescisão do contrato;

16.2.7. Declaração de inidoneidade;

Lei 8.666/93 – Art. 87: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Decreto Municipal 18.484/2018 - Art. 58: *Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal e aos licitantes que cometam atos visando a frustrar os objetivos da licitação, mediante a regular tramitação de processo administrativo de inadimplência, serão aplicadas as seguintes sanções:*

I - Advertência: comunicação formal ao fornecedor, advertindo sobre o descumprimento de cláusulas contratuais e outras obrigações assumidas, e, conforme o caso, em que se confere prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

II – Multa: na forma prevista no instrumento convocatório e/ou no contrato;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

1. DA MATÉRIA PROCESSUAL

1.1. DA PRECLUSÃO/PERDA DO OBJETO

Em sede de defesa, a empresa denunciada arguiu o instituto da preclusão, em suma, alegando que o Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS chegou a termo em 30 de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



novembro de 2019, sem renovação, devendo ser extinto o presente Processo Administrativo de Inadimplência em virtude da perda do objeto

Inicialmente, a fim de conceituar o instituto da Preclusão, leciona Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Por sua vez, a preclusão, nas palavras do mesmo autor consiste na "perda de uma faculdade ou direito processual, que, por se haver esgotado ou não ter sido exercido em tempo e momento oportunos, fica praticamente extinto". Ele cita o conceito de Couture, segundo quem a preclusão consiste na "ação e efeito de extinguir-se o direito de realizar um ato processual, já seja por proibição da lei, por haver-se deixado passar a oportunidade de verificá-lo, ou por haver-se realizado outro com aquele incompatível."

Nas palavras de Egon Bockmann Moreira, a preclusão é instituto que "veda a reiteração de atos já praticados (ou que deveriam tê-lo sido ao seu tempo), impondo limites a determinadas atividades processuais e gerando estabilidade e segurança no processo". Acrescenta o jurista que:

Trata-se da perda de faculdade e/ou direito processual stricto sensu, relacionada ao conceito de ônus processual. Na dicção de Manoel Caetano Ferreira Filho, tem por finalidade (a) tornar certa e ordenada a marcha do processo (livre de contradições e retornos);- (b) abreviar a duração do processo; (c) garantir certeza e estabilidade às situações jurídicas processuais; e (d) assegurar o princípio da boa-fé processual e defender as partes contra eventual arbítrio dos julgadores.

Neste sentido, a rescisão do contrato em 30 de novembro de 2019 não impede que a Administração, dentro de prazo razoável, busque a reparação dos danos sofridos em razão da inexecução contratual pela empresa denunciada, especialmente considerando que a legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 8.666/1993, não condicione a aplicação de sanções à rescisão unilateral do contrato, sendo esta medida apenas uma das cabíveis, além do rol previsto no Art. 86 a 88. **Não há o que se falar, portanto em preclusão por perda do objeto.**

Aliás, a possibilidade de responsabilização do particular encontra respaldo, também, no princípio da boa-fé objetiva. É que tal princípio manifesta-se impondo a adoção de um padrão de comportamento externo adequado e condizente com aquele pertinente ao homem probo, honesto e leal, refletindo e influenciando todo o processo obrigacional. Veja-se a visão do STJ:

7



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



“Deveras, o princípio da confiança decorre da cláusula geral de boa-fé objetiva, dever geral de lealdade e confiança recíproca entre as partes, sendo certo que o ordenamento jurídico prevê, implicitamente, deveres de conduta a serem obrigatoriamente observados por ambas as partes da relação obrigacional, os quais se traduzem na ordem genérica de cooperação, proteção e informação mútuos, tutelando-se a dignidade do devedor e o crédito do titular ativo, sem prejuízo da solidariedade que deve existir entre ambos”.

Portanto, constatando-se falha na execução do contrato, ainda que após o fim de sua vigência, não há vedação para aplicação de penalidade. Pelo contrário. Lucas Rocha Furtado afirma que: “cumpre observar que mesmo após a extinção do contrato em decorrência do cumprimento integral das obrigações por ambas as partes, se se verificar algum vício ou defeito no objeto executado, o contratado é obrigado a responder. Ou seja, mesmo após a extinção do contrato, o contratado continua responsável pelo que foi executado”.

EDcl no REsp 1143216 / RS, DJe de 25/08/2010.

O art. 66 da Lei de Licitações reflete o princípio do *pacta sunt servanda*, dispondo que o *“contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”*

Sobre este princípio, Silvio de Salvo Venosa ensina que *“um contrato válido e eficaz deve ser cumprido pelas partes: pacta sunt servanda. O acordo de vontades faz lei entre as partes. Essa obrigatoriedade forma a base do direito contratual. O ordenamento deve conferir à parte instrumentos judiciais para obrigar o contratante a cumprir o contrato ou a indenizar pelas perdas e danos. Não tivesse o contrato força obrigatória e estaria estabelecido o caos”.*

Não obstante, em relação a quaisquer alegações sobre preclusão temporal, tampouco há cabimento. Apenas a sanção de advertência é que não faz sentido de ser aplicada após o fim da vigência contratual. Afinal, até por decorrer do poder de fiscalização, a finalidade da advertência é alertar o contratado sobre falhas cometidas durante a execução do contrato.

Deste modo, é possível aplicar sanções administrativas (suspensiva/impeditiva do direito de licitar e contratar/ declaração de inidoneidade) e pecuniárias mesmo após o fim da vigência contratual, a princípio no prazo prescricional de 5 anos, conforme amplo entendimento doutrinário e jurisprudencial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Não havendo regulamentação da prescrição no âmbito do Decreto Municipal nº 18.484/2018, que regula o processo administrativo em face de pessoas jurídicas, cumpre citar o disposto na Lei Federal nº 9.873/1999:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

Não há, portanto, que se falar em preclusão temporal ou prescrição.

1.2. DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

Da mesma forma que desconstituída a alegação de preclusão, também não há que se falar em prescrição intercorrente. O Parecer nº 061/2022-PGM/PAD assim indicou: “No município de Vitória da Conquista, não existe Lei que regula a matéria da prescrição intercorrente e não há obrigatoriedade de aplicação da referida Lei Federal. Portanto, não prospera a alegação da empresa de que o Processo Administrativo de Inadimplência prescreveu por permanecer mais de 02 (dois) anos sem movimentação processual”.

Mesmo entendendo a r. Procuradoria Geral do Município pela inaplicabilidade da Lei Federal ao caso concreto em âmbito municipal, cumpre ir além: mesmo que fosse aplicável, a prescrição intercorrente não teria ocorrido, senão vejamos o que dispõe o Art. 1º, §1º da Lei Federal nº 9.873/1999:

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Ora, para que o procedimento administrativo fique paralisado, é necessário, primeiro, que ele seja instaurado. O presente Processo Administrativo de Inadimplência foi instaurado em 07 de fevereiro de 2022 através da Portaria SMTC nº 089/2022, isto é, apenas 79 (setenta e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



nove) dias antes da expedição do presente relatório, sendo impossível falar-se em prescrição intercorrente nesta fase e momento processual.

Especificamente sobre a prescrição intercorrente prevista na lei 9.873/99, os ensinamentos da Professora Elody Nassar são esclarecedores quanto aos requisitos necessários para sua decretação. Perceba-se:

"Para a ocorrência da prescrição intercorrente há necessidade do concurso dos seguintes elementos:

- a) início do procedimento administrativo pela citação válida do indiciado ou acusado;*
- b) paralisação do feito por mais de três anos;*
- c) inocorrência de 'ato inequívoco, que importe apuração do fato'; e*
- d) ausência de julgamento ou despacho".*

Assim sendo, não ocorreu qualquer dos requisitos para a verificação tanto da prescrição intercorrente, tendo em vista ausência de previsão legal em âmbito municipal, bem como extensivamente, nos termos da Lei Federal nº 9.873/1999, o processo ter sido instruído, despachado (fl.161/162) e movimentado em tempo inferior ao determinado na portaria de instauração; quanto da prescrição comum, haja vista não ter-se transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos a contar do fim da vigência do Contrato nº 198/2017 SMS.

2. DAS QUESTÕES DE ORDEM MATERIAL

Pela análise dos autos do PAI nº 006/2022, verifica-se que a empresa denunciada foi credenciada através do Credenciamento nº 113.522/2017, tendo assinado o Contrato nº 198/2017 SMS (fls. 045-071) para prestação de serviços de saúde mediante cláusulas e condições delineadas no instrumento contratual.

A Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, em 06 de junho de 2018, por meio da CI 43/2018 (fls. 035-037), informou à Diretoria de Regulação Controle e Avaliação que a contratada não estava cumprindo com as cláusulas 1.4, 2.3, 4.1.1, 4.1.4 e 6.2, uma vez que a execução do contrato fora mantida em 7% (sete por cento) nos meses de março, abril e maio de 2018, com um número de procedimentos inexpressível para o contrato estabelecido. Ademais, a CRPEE comunicou que não recebia as agendas em tempo oportuno e nem os procedimentos em sua totalidade, conforme solicitado no OF 0023-2018 e seus anexos (fls. 038-044).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



A Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS, em 22 de agosto de 2018, conforme Protocolo GEP 37917/2018 (fl. 016), subscrito pela Sra. Maria Aparecida Moraes Rodrigues, Coordenadora da Central de Regulação (à época), informou que não recebeu da denunciada a agenda referente ao mês de setembro/2018, ressaltando que o prestador não estava cumprindo com a totalidade do Contrato nº 198/2017 desde o início do contrato em 01/12/2017, causando vários transtornos para o serviço e população.

Em 08 de janeiro de 2019, através do OFÍCIO DRAC Nº 97/2018 (fl. 015), a empresa foi notificada em descumprimento ao Contrato nº 198/2017, evidenciando-se o não cumprimento do item 2.3, *“uma vez que foi constatado pela CRPEE o não envio da agenda mensal de todos os procedimentos pactuados. Ademais, foram solicitados a realização dos procedimentos: 04.05.03.0005-3 (injeção intra-vítrea), 04.05.05.002-0 (yag-laser) e 04.05.03.007-0 por e-mail e não houve respostas deste prestador”*, a referida notificação estabeleceu o prazo de 10 (dez) dias para que a credenciada comprovasse ou sanasse a irregularidade apontada, bem como apresentasse defesa por escrito.

Pela situação fática, resta demonstrado que a pessoa jurídica **Retina EYE Clinic Sociedade Simples LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0004-80, descumpriu cláusulas contratuais, em especial a 2.3, dentre outras, não disponibilizando a agenda de procedimentos para o controle da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados, causando prejuízos à Administração Pública Municipal e reflexos negativos para os usuários do serviço. Da análise da documentação apresentada, apesar do apelo constante em notificação, a empresa quedou-se inerte em responder ou sanar as irregularidades apontadas e apresentar agenda de procedimentos, bem como realizar alguns dos procedimentos já pactuados, restando claro o descumprimento contratual.

A Lei nº 8.666/93, além de dispor sobre licitações e contratos com a administração pública, regula instrumentos jurídicos a fim de garantir a exata execução dos contratos administrativos, preservando o interesse público. O artigo 66 da referida Lei dispõe que:

Art. 66º - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

No caso exposto, a não disponibilização da agenda com todos os procedimentos pactuados para prestação dos serviços oftalmológicos, bem como a negativa na realização de alguns procedimentos configura descumprimento de cláusula em contrato firmado; dessa



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



forma, diante do prejuízo à Administração e, consequentemente, à sociedade, a lei exige do Gestor uma conduta que observe os interesses da coletividade com vistas a proteger o interesse público. Não obstante, o Contrato nº 198/2017 prevê em sua Cláusula Décima Sexta as penalidades aplicáveis à empresa em virtude do descumprimento contratual.

Em sua defesa, a contratada alega que a denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à Notificada, bem como não era fornecido à Contratada os materiais necessários para a fiel execução das atividades. No entanto, podemos verificar, conforme Notificação, Ofícios e correspondências eletrônicas, que compõem os autos, que a prestadora de serviços foi comunicada e estava ciente de todas as solicitações feitas pelo Município.

É cediço que a participação no Credenciamento vincula a credenciada ao Edital do procedimento licitatório e ao instrumento contratual, resultando em obrigações e compromissos. Ademais, é dever da Administração Pública fiscalizar os contratos pactuados afim de exigir o cumprimento de todas as cláusulas estipuladas, bem como prezar por uma prestação de serviços de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS de forma integral e contínua. Nesse sentido, resta clara a necessidade de que interessados em prestar serviços ao Município ajam com diligência e acuidade no cumprimento do contrato para não incidirem em falta com a Administração Pública e com a sociedade.

Sobreleva-se dos autos, por fim, que a empresa violou o disposto nas cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, .8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, de forma que merece prosperar o alegado na Denúncia.

Ante o exposto e em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 18.484/2018, a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 opina, ante o lastro probatório juntado aos autos, em razão de ocorrência de violação ao Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, pela procedência da Denúncia, sendo cabível a aplicação da penalidade de:

- **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



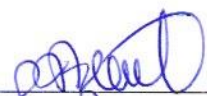
inteligência do Art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018 e Art. 87º da Lei Federal nº 8.666/1993;

E sendo o que tinha para constar, foi encerrado o presente Relatório, o qual a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022 submete à apreciação do Sr. Secretário Municipal da Transparência e do Controle, nos termos da legislação vigente, que vai por mim, *Meg de Sousa Marques* e pelos demais membros da Comissão, assinado, ao passo que decidimos encaminhar o mesmo à autoridade julgadora, conforme orienta o Decreto Municipal nº 18.484/2018.

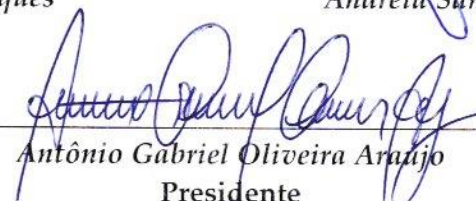
Vitória da Conquista/BA, 27 de abril de 2022.



Meg de Sousa Marques
Secretária



Andreia Santos Azevedo Damaceno
Membro



Antônio Gabriel Oliveira Araújo
Presidente



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



PARECER N° 082/2022 - PGM/PAD

Consulta: Análise Jurídica de Relatório apresentado pela Comissão Processante

Consulente: Secretaria Municipal de Transparência e do Controle - SMTC

Ref.: Protocolo n° 26844/2022 - SMTC/PAD

Trata-se de análise jurídica de Relatório apresentado pela Comissão Processante, nos autos do Processo Administrativo de Inadimplência, n° 006/2022, que buscou precipuamente apurar denúncia de infração cometida, em tese, pela empresa **Retina EYE Clinic Sociedade Simples LTDA EPP**, pessoa jurídica de Direito Privado inscrita no CNPJ n° 08.822.105/0001-80, em virtude de supostamente ter descumprido a cláusula Primeira (item 1.1 e 1.6). Segunda (item 2.3). Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1.6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo n°198/2017 SMS em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuados, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados - CRPEE, conforme Protocolo GEP n° 17036/2019 e demais documentos.

Depois de analisado o Protocolo GEP n° 17036/2019 e demais documentos anexos, subscrito pela Sra. Silvana Pinto Neves Reis (Diretora de Regulação, Controle e Avaliação do SUS), foi instaurado no âmbito da Secretaria Municipal de Transparência e do Controle, o presente procedimento administrativo através da Portaria SMTC n° 089 datada de 07 de Fevereiro de 2022.

Feitas as necessárias apurações, a Comissão responsável, através do Relatório de fls. 164/176, após analisar as preliminares suscitadas e o mérito, com fundamento na constatação dos fatos, opina, ante o lastro probatório ter a empresa descumprido o Contrato Administrativo n° 198/2017 SMS e procedência da Denúncia.

A Comissão do Processo Administrativo sugere a aplicação de Sanção Administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme art. 58 do Decreto Municipal n°18.484 e art. 87° da Lei Federal n° 8.666/1993, devendo, portanto, ser acolhida a denúncia.



Município de Vitória da Conquista

Procuradoria Geral do Município



Compulsados os autos, verifica-se plena regularidade procedimental, tendo sido assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Considerando a independência da Comissão Processante com relação à conclusão lançada no Relatório, esta Procuradoria entende que o feito encontra-se preparado para julgamento pela autoridade competente, por ter preenchido todos os requisitos legais.

Em face do exposto, por força do artigo 51, do Decreto 18.484/2018, que seja enviado para decisão da autoridade competente.

É o pronunciamento.

Vitória da Conquista - BA, 06 de maio de 2022.

Eracton Sergio Pinto Melo

Procurador Municipal

OAB/BA nº: 12.837

João Pedro Ferreira Aguiar

Estagiário de Direito



DECISÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe conferem as Leis Municipais, n.ºs 421/87 e 1.270/04, e os Decretos Municipais n.ºs 18.484, de 13 de março de 2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto Municipal n.º 19.827 de 04 de outubro de 2019, e 20.920 de 07 de abril de 2021, vem emitir decisão referente ao Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Trata-se de Processo Administrativo de Inadimplência, instaurado por meio da Portaria SMTC n.º 089, de 07 de fevereiro de 2022 da Secretaria Municipal da Transparência e do Controle, em face da pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, em virtude de ter, supostamente, descumprido as Cláusulas Primeira (itens 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, 6.8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo n.º 198/2017 SMS, em razão da não disponibilização de agenda mensal de todos os procedimentos pactuado, além de não realização de procedimentos solicitados pela Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPEE, consoante informações contidas na Comunicação Interna registrada no GEP sob o número 17036/2019 e demais documentos anexos, oriunda da Diretoria de Regulação, Controle e Avaliação do SUS.

Nesse contexto, a Procuradoria Geral do Município emitiu o Parecer Jurídico n.º 156/2019-PGM/PAD (fls. 103-110), recomendando a instauração de Processo Administrativo de Inadimplência para apurar a representação em tela e possível responsabilidade administrativa da pessoa jurídica denunciada.

Devidamente citada consoante documentos acostados às fls. 117-120, a pessoa jurídica denunciada apresentou defesa, alegando, em síntese, que: a) considerando que o contrato possuía vigência até 30 de novembro de 2019, não há o que se falar em rescisão do contrato; b) o processo encontra-se fulminado pela prescrição intercorrente, considerando que foi aberto em 28/03/2019 e somente foi aberto em 07/02/2022, ficando em aberto por mais de 02 anos; c) no mérito, que a notificada possui boa-fé e sempre disponibilizou agenda de consultas e que os exames alegadamente não realizados jamais foram a ela solicitados.

Destarte, após a devida instrução processual, a Comissão n.º 05 de Processos Administrativos em face de Pessoas Jurídicas emitiu relatório conclusivo (fls. 145-152) em que recomenda a aplicação da penalidade de impedimento licitar e contratar com

+





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



o Município de Vitória da Conquista – BA, pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e do art. 58 do Decreto Municipal nº 18.484/2018.

A Comissão de Inquérito remeteu os autos do processo em tela para análise da Procuradoria Geral deste Município, que se manifestou através do Parecer Jurídico nº 061/2022-PGM/PAD (fls. 155-159), pela conversão do julgamento em diligência, considerando que a Comissão Processante deixou de analisar as alegações da denunciada quanto à ocorrência de preclusão e prescrição intercorrente.

Devidamente saneado o processo pela Comissão de Inquérito (fls. 164-176), os autos foram novamente remetidos para análise pela PGM-PAD (Parecer nº082/2022-PGM/PAD) que se manifestou pelo encaminhamento do feito para julgamento, dada a incontestável regularidade processual, tendo sido assegurado à pessoa jurídica denunciada o direito à ampla defesa e ao contraditório

Vistos e examinados os autos do presente Processo Administrativo, passa-se à decisão.

Inicialmente, cumpre analisar as preliminares suscitadas pela empresa denunciada, na forma que se segue:

Em sede de defesa, a Notificada arguiu o instituto da preclusão, alegando que o Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS chegou a termo em 30 de novembro de 2019, sem renovação, devendo ser extinto o presente Processo Administrativo de Inadimplência em virtude da perda do objeto

Neste sentido, como bem analisado pela Comissão de Inquérito, em que pese a rescisão do contrato tenha se dado 30 de novembro de 2019, tal fato não a isenta de responsabilização por eventuais irregularidades apresentadas na prestação dos serviços pactuados, desde que o devido Processo Administrativo venha a ser instaurado dentro do prazo prescricional, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Além disso, o art. 66 da Lei de Licitações reflete o princípio do *pacta sunt servanda*, dispondo que o “contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”

Considerando, não haver regulamentação da prescrição no âmbito do Decreto Municipal nº 18.484/2018, que regula o processo administrativo em face de pessoas jurídicas, cumpre citar o disposto na Lei Federal nº 9.873/1999:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br

poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.



Logo, não há o que se falar em preclusão temporal ou prescrição.

No que concerne à alegação de o presente Processo Administrativo de Inadimplência estar fulminado pelo instituto da prescrição intercorrente, também não assiste razão à empresa denunciada.

Com efeito, a autoridade competente para a instauração e julgamento de Processos Administrativos de Inadimplência até a publicação do Decreto Municipal nº 19.827 de 04 de outubro de 2019, o então Secretário Municipal de Administração, Sr. Kairan Rocha Figueiredo, tomou ciência das irregularidades, em tese, cometidas pela empresa denunciada em 30 de setembro de 2019.

Com a publicação do Decreto supracitado, e a consequente delegação de competência ao Secretário Municipal da Transparência e do Controle para instaurar, instruir e julgar procedimentos administrativos, o presente Processo Administrativo de Inadimplência foi então instaurado em 07 de fevereiro de 2022, em prazo perfeitamente razoável para sua instauração.

Ademais, assevera-se que a legislação municipal aplicável também é silente quanto ao instituto da prescrição intercorrente.

Assim, ainda que fosse aplicável ao presente caso a Lei Federal nº 9.873/99 que determina a consumação da prescrição intercorrente quando procedimentos ficam pendentes de julgamento por autoridade competente por mais de 03 (três) anos, fato é que entre a instauração do presente Processo Administrativo de Inadimplência e o presente julgamento sequer transcorreram 03 (três) meses.

Logo, não há o que se falar em ocorrência de prescrição intercorrente no presente caso.

Ultrapassadas as preliminares, passa-se à análise do mérito:

Pois bem. A Administração Pública Municipal publicou o Edital de Chamada Pública nº 007/2017-SMS, com vistas a cadastrar prestadores de serviços de procedimentos oftalmológicos nas modalidades ambulatorial e/ou hospitalar.

Em 1º de dezembro de 2017, portanto, foi firmado o Contrato Administrativo nº 198/2017-SMS com a empresa Retina Eye Clinic Sociedade Simples LTDA EPP, prorrogado por meio de aditivo em 02 de abril de 2018.

Por seu turno, nota-se que dentre as obrigações da empresa denunciada, no âmbito do Contrato Administrativo nº 198/2017-SMS, destacam-se as seguintes:

+





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1 O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de saúde oftalmológicos na modalidade ambulatorial e/ou hospitalar de procedimentos clínicos, procedimento com finalidade diagnóstica e/ou procedimentos cirúrgicos, especificamente na área de Oftalmologia, pela CONTRATADA, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de forma complementar aos serviços prestados diretamente pelo CONTRATANTE, conforme o disposto no Edital de Chamada Pública 007/2017 SMS, seus anexos e nas Planilhas de Programação de Compra e Serviços (ANEXO I), cujos documentos fazem parte integrante desse documento fazem parte integrante deste instrumento, como se transcritos estivessem, bem como nas cláusulas e condições deste contrato.

[...]

1.6 Os procedimentos contratados tem seu detalhamento disponibilizado no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – IGTAP, não cabendo a qualquer parte alegar desconhecimentos dos mesmos, devendo ainda, realizá-los conforme previsto no SIGTAP.

Cláusula Segunda – Amparo Legal

2.1 O presente contrato é regido pela Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Federal no 8.080, de 12 de setembro de 1990; Lei Federal no 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Portarias emanadas do Ministério da Saúde - MS, e, ainda, e demais legislações pertinentes e suas alterações posteriores, aplicando-se, no que couber, os princípios do direito público, suplementados pelos preceitos do direito privado.

[...]

Cláusula Quinta – Da Execução dos Serviços

5.1 Para o cumprimento do objeto deste contrato, a CONTRATADA se obriga a cumprir todas as metas e condições especificadas no contrato, parte integrante deste contrato.

[...]

5.2.3 Os serviços operacionalizados pela CONTRATADA deverão atender às necessidades do CONTRATANTE, que encaminhará os usuários do SUS/CONQUISTA, em consonância com as Planilhas de Programação de Compra de Serviços da CONTRATADA.

[...]

[Handwritten signature]





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Processo Administrativo de Inadimplência



www.pmvc.ba.gov.br

Cláusula Sexta – Das Normas Gerais e das Obrigações da Contratada

6.8 A CONTRATADA se obriga ainda a:

6.8.1 Executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando material apropriado e dispondo de infraestrutura e equipe profissional necessária à sua execução, [...]

6.8.28 Atender todos os encaminhamentos conveniados realizados pela CRPEE;

[...]

6.8.39 Disponibilizar a agenda à CRPEE municipal, conforme critérios técnicos predefinidos por esta SMS;

Sobrelevam-se dos autos, especialmente dos documentos de fls. 15-44, 90 e 93, que a empresa denunciada não ofertou os procedimentos pactuados de forma a dar vazão à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, tendo a Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados – CRPE informado à Diretoria de Regulação Controle e Avaliação da SMS que nos meses de março, abril e maio de 2018 a execução do contrato fora mantida em apenas 7% (sete por cento). Além disso, ao não disponibilizar agenda no mês de setembro do mesmo ano, causou diversos transtornos não só à Administração Pública quanto aos munícipes que demandavam serviços médicos oftalmológicos especializados que deveriam ser ofertados pela empresa denunciada.

Das informações acima destacadas, restou provado que a pessoa jurídica denunciada de fato que a pessoa jurídica **Retina EYE Clinic Sociedade Simples LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.822.105/0004-80, descumpriu cláusulas contratuais, em especial a 2.3, não disponibilizando a agenda de procedimentos para o controle da Central de Regulação de Procedimentos e Exames Especializados, causando prejuízos à Administração Pública Municipal e reflexos negativos para os usuários do serviço.

Sob essa perspectiva, deve-se destacar o art. 66 da Lei 8.666/93 - que determina as normas licitatórias e contratuais com a Administração Pública que - "O contrato devera ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial".

+





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



Em sua defesa, a contratada alega que a denúncia trata da suposta não realização de exames, os quais jamais foram solicitados à Notificada, bem como não era fornecido à Contratada os materiais necessários para a fiel execução das atividades. No entanto, podemos verificar, conforme Notificação, Ofícios e correspondências eletrônicas, que compõem os autos, que a prestadora de serviços foi comunicada e estava ciente de todas as solicitações feitas pelo Município.

É cediço que a participação no Credenciamento vincula a credenciada ao Edital do procedimento licitatório e ao instrumento contratual, resultando em obrigações e compromissos. Ademais, é dever da Administração Pública fiscalizar os contratos pactuados afim de exigir o cumprimento de todas as cláusulas estipuladas, bem como prezar por uma prestação de serviços de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS de forma integral e contínua. Nesse sentido, resta clara a necessidade de que interessados em prestar serviços ao Município ajam com diligência e acuidade no cumprimento do contrato para não incidirem em falta com a Administração Pública e com a sociedade.

Assim, demonstra-se que empresa violou o disposto nas cláusulas Primeira (item 1.1 e 1.6), Segunda (item 2.3), Quinta (itens 5.1 e 5.2.3) e Sexta (itens 6.8.1, .8.28 e 6.8.39) do Contrato Administrativo nº 198/2017 SMS, de forma que merece prosperar o alegado na Denúncia.

Com relação à aplicação de penalidade, encontra-se pacificado, tanto na doutrina quanto na jurisprudência pátria, que na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Diante disso, e sopesando que a conduta ilícita praticada pela empresa causou prejuízos à regular execução de serviços públicos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e à coletividade ao não disponibilizar agenda de forma satisfatória para realizar os procedimentos médicos pactuados, e, considerando ainda as disposições do art. 87, III da Lei n.º 8.666/1993 e art. 58, inciso III do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, além da Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo n.º 198/2017-SMS, decorrente do Credenciamento n.º 13.522/2017, conclui-se que a aplicação da penalidade de suspensão de licitar e contratar com este município revela-se a mais adequada.

Desse modo, em respeito às provas colhidas nos autos, considerando o relatório conclusivo deste Processo Administrativo de Inadimplência e o Princípio da Supremacia do Interesse Público, **resolvo acolher o entendimento da Comissão nº 05 de Processos Administrativos em face de Pessoas Jurídicas, ao passo que decido**

7





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
Processo Administrativo de Inadimplência

www.pmvc.ba.gov.br



pela aplicação à pessoa jurídica **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP** inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, das penalidades de Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com o Município de Vitória da Conquista/BA, pelo prazo de 02 (dois) anos, com fulcro no art. 87, III da Lei n.º 8.666/1993 e art. 58, inciso III do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, além da Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo n.º 198/2017-SMS, decorrente do Credenciamento n.º 13.522/2017.

Ante o exposto, **DETERMINO**:

- 1) Que seja dada ciência do inteiro teor desta decisão à empresa **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP** inscrita no CNPJ sob o n.º 08.822.105/0001-80, por meio do seu representante legal, para, querendo, apresentar recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados na forma prevista no art. 74 do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, sob as penas da lei;
- 2) Decorrido o prazo recursal, sem a interposição de irresignação voluntária, encaminhem-se cópias desta decisão à:
 - 2.1) Secretaria Municipal de Saúde, para que tenha ciência do inteiro teor desta decisão.
 - 2.2) Coordenação de Material e Patrimônio e Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Gestão e Inovação, para que se proceda à inscrição da denunciada no CAFIMP pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto nos artigos 78 e 79 do Decreto Municipal n.º 18.484/2018, tendo em vista o impedimento de licitar e contratar com o Município de Vitória da Conquista;
- 3) Após, arquivem-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Transparência e do Controle, 16 de maio de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.


MATEUS NASCIMENTO NOVAIS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

Vitória da Conquista, 19 de maio de 2022.

Ofício n.º 391/2022 – PAD

À RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

A/C.: [REDACTED]


Rua Anthenor Tubinambá, nº 227, Apto 402, Ed. Rafaello Sanzio, Pituba, Salvador/ BA
CEP: 41810-680

Por ordem do Secretário Municipal da Transparência e do Controle de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Sr. Mateus Nascimento Novais, que emitiu julgamento relativo ao Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, fica INTIMADA, por meio deste ofício, a pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80, na pessoa do seu representante, acerca do inteiro teor da decisão exarada em 16 de maio de 2022 nos autos do processo supracitado, bem como, para, querendo, interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme disposto no art. 74 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018.

Ainda nessa oportunidade, informo que os autos do processo em epígrafe se encontram na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto n.º 46, Alto Maron, Vitória da Conquista - BA, que fica aberta de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, sendo este o local em que deverá ocorrer o protocolo do recurso.

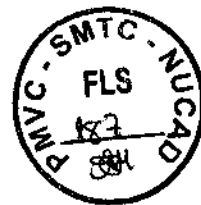
Os autos digitalizados do PAI 006/2022, contendo 185 (cento e oitenta e cinco) páginas, podem ser acessados através do link:

https://drive.google.com/file/d/1XQDhW8YQNV48hPMP4d-NtnaHxVX_V_y5/view?usp=sharing


Adriana Borges Magalhães Barbosa
Auxiliar administrativo
Mat. 07-15062-8



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
Secretaria Municipal da Transparência e do Controle
Processo Administrativo de Inadimplência
www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

Vitória da Conquista, 19 de maio de 2022.

Ofício n.º 392/2022 – PAD

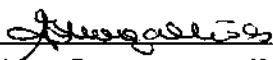
Ao [REDACTED]

Avenida Antônio Carlos Magalhães, n.º 2501, Edifício Profissional Center, sala 605,
Candeal – Salvador/Bahia
CEP. 40.280-901

Por ordem do Secretário Municipal da Transparência e do Controle de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Sr. Mateus Nascimento Novais, que emitiu julgamento relativo ao Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022, fica INTIMADA, por meio deste ofício, a pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80, na pessoa do seu representante, acerca do inteiro teor da decisão exarada em 16 de maio de 2022 nos autos do processo supracitado, bem como, para, querendo, interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme disposto no art. 74 do Decreto Municipal n.º 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018.

Ainda nessa oportunidade, informo que os autos do processo em epígrafe se encontram na sala de reuniões das Comissões de Processos Administrativos, situada na Rua João Norberto n.º 46, Alto Maron, Vitória da Conquista - BA, que fica aberta de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial, sendo este o local em que deverá ocorrer o protocolo do recurso.

Os autos digitalizados do PAI 006/2022, contendo 185 (cento e oitenta e cinco) páginas, podem ser acessados através do link:
https://drive.google.com/file/d/1XQDhW8YQNV48hPMP4d-NtnaHxVX_V_y5/view?usp=sharing

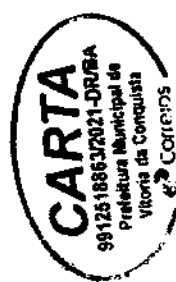
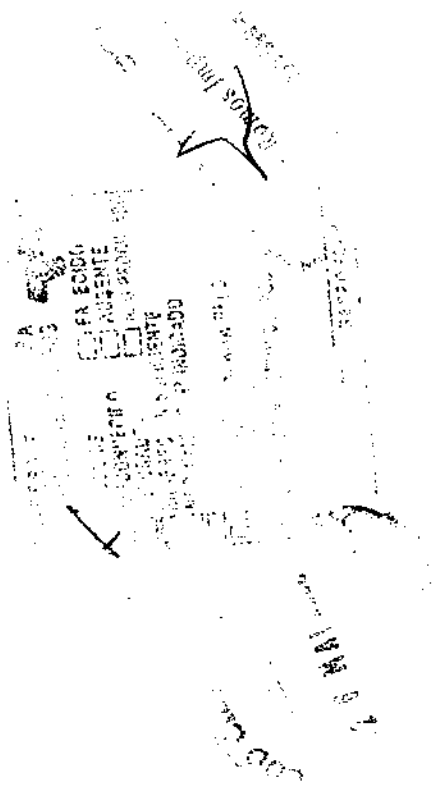

Adriana Borges Magalhães Barbosa
Auxiliar administrativo
Mat. 07-15062-8

BR 33504353 0 BR



06-17

06A



Correios		REGISTRADO URGENTE	0.07	150 (kg)
Recebedor		registered priority	4	AR MP
Assinatura		Doc.		

BB 32504353 0 BR





Rastreamento

BR 335 043 574 BR

Deseja acompanhar sua encomenda?
Digite seu CPF/CNPJ ou código* de rastreamento.

AA123456785BR



* limite de 20 objetos



REGISTRADO CONVENCIONAL



Objeto entregue ao destinatário

Pela Unidade de Distribuição, SALVADOR - BA
27/05/2022 18:35



Objeto saiu para entrega ao destinatário

SALVADOR - BA
27/05/2022 13:42

Objeto postado após o horário limite da unidade
VITORIA DA CONQUISTA - BA

Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil
20/05/2022 16:23

Conte-nos como tem sido
sua experiência com o nosso
serviço de entrega.

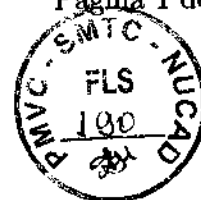
[Clique aqui](#)

Fale Conosco

[Registro de Manifestações](#)[Central de Atendimento](#)[Soluções para o seu negócio](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **40557/2022**

Ref. Encaminhamento de Decisão do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 -
RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Vitória da Conquista, 17 de junho de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD


Para: Gabinete do Secretário

Em atenção: Ramona Cerqueira Pereira, Monica Moreira Amorim.

Por ordem do Secretário Municipal de Transparência e do Controle de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Sr. Mateus Nascimento Novais, que emitiu decisão relativa ao **Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, movido em face da pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80, encaminho cópia da decisão exarada, em 16 de maio de 2022, nos autos do processo supracitado, para que V. S.ª tenha ciência do seu inteiro teor.**

Respeitosamente,

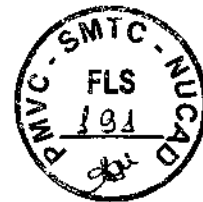

ADRIANA BORGES MAGALHÃES BARBOSA
AUXILIAR ADMINISTRATIVA
15062-8
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMT C


Rozana Lucen
Gabinete Saúde
17-06-22





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **40553/2022**

Ref. Encaminhamento de Decisão do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 -
RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Vitória da Conquista, 17 de junho de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Para: Gerência de Compras

Por ordem do Secretário Municipal de Transparência e do Controle de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Sr. Mateus Nascimento Novais, que emitiu decisão relativa ao **Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, movido em face da pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80, encaminhando cópia da decisão exarada, em 16 de maio de 2022, nos autos do processo supracitado, para que se proceda à inscrição da denunciada no CAFIMP pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto nos artigos 78 e 79 do Decreto Municipal nº 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018.**

Após a realização da inscrição da pessoa jurídica supracitada no CAFIMP, solicito o envio a este setor de documento comprobatório da inscrição, com intuito de que seja juntado aos autos do processo.

Respeitosamente,


ADRIANA BORGES MAGALHÃES BARBOSA
AUXILIAR ADMINISTRATIVA
15062-8
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMT-C

GERÊNCIA DE COMPRAS

Recebido em: 17/06/2022

15:42 h

Cida

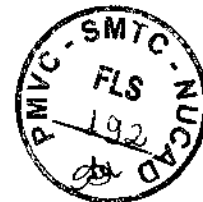
Endereço: Praça Joaquim Correia - Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-907
Telefone(s): (77) 3424-8947 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA
SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD



Protocolo - **40553/2022**

Ref. Encaminhamento de Decisão do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022 -
RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Vitória da Conquista, 17 de junho de 2022

De: Processo Administrativo Disciplinar - PAD

Para: Gerência de Compras

Por ordem do Secretário Municipal de Transparência e do Controle de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, Sr. Mateus Nascimento Novais, que emitiu decisão relativa ao **Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, movido em face da pessoa jurídica RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80, encaminho cópia da decisão exarada, em 16 de maio de 2022, nos autos do processo supracitado, para que se proceda à inscrição da denunciada no CAFIMP pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto nos artigos 78 e 79 do Decreto Municipal nº 18.484 de 13 de março de 2018, publicado no Diário Oficial do Município em 16 de março de 2018.**

Após a realização da inscrição da pessoa jurídica supracitada no CAFIMP, solicito o envio a este setor de documento comprobatório da inscrição, com intuito de que seja juntado aos autos do processo.

Respeitosamente,


ADRIANA BORGES MAGALHÃES BARBOSA
AUXILIAR ADMINISTRATIVA
15062-8
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD - SMTc

Endereço: Praça Joaquim Correia - Nº 55
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-907
Telefone(s): (77) 3424-8947 -

96

RECEBIDO EM:

17/06/2022
15:36 hs
Adriana



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**VITÓRIA DA
CONQUISTA**



TERMO DE CONCLUSÃO

Certifico que foi concluído o Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, instaurada por meio da Portaria SMTc nº 089 de 07 de fevereiro de 2022, da Secretaria Municipal da Transparência e do Controle, devidamente publicada, para apuração de denúncia de infração cometida pela pessoa jurídica **RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP, CNPJ: 08.822.105/0004-80**, e que todas as partes interessadas tiveram ciência da decisão (fls. 186 a 192). Isto posto, determino o **ENCERRAMENTO** dos autos do procedimento supracitado com a devida baixa e anotações de praxe.

Gabinete da Secretaria Municipal da Transparência e do Controle, 21 de junho de 2022.

REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

MATEUS NASCIMENTO NOVAIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPAÊNCIA E DO CONTROLE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Secretaria Municipal de Administração

Processo Administrativo Disciplinar

www.pmvc.ba.gov.br



Processo Administrativo de Inadimplência n.º 006/2022

Denunciada: RETINA EYE CLINIC SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Denunciante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

TERMO DE ENCERRAMENTO

CERTIFICO que, nesta data, depois de concluídas as apurações do Processo Administrativo de Inadimplência nº 006/2022, o qual resultou em impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos do processo supracitado, fiz o encerramento dos autos contendo 194 (cento e noventa e quatro) laudas. Do que para constar, lavrei o presente termo.

Vitória da Conquista – BA, 27 de junho de 2022.

Adriana Borges Magalhães Barbosa

Auxiliar administrativo

Mat. 07-15062-8